EM TEMPO:
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO II — Nº 60 — DE 19 A 25 DE ABRIL DE 1979

Entrevista Exclusiva

Riani: dez horas com o homem do CGT

Depois de quinze anos sumido da imprensa, Clodsmith Riani, ex-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores, da CNTI e deputado estadual petebista, recebe quatro repórteres e conta sua história. Entre os lances, ele relembra sua última conversa com Goulart, quando este lhe pede para suspender a greve que o CGT convocara para resistir ao golpe militar de 31 de março de 64.

Página 9, 10

EM PRIMEIRA MÃO

ANISTIA INTERNACIONAL PERGUNTA A FIGUEIREDO:

CADÊ OS DESAPARECIDOS?

O general-presidente recebeu a carta, mas ainda não respondeu. Nem divulgou sua existência.
Nesta edição, 14 páginas, quatro sobre anistia.

Pág. 4

Povo quer anistia irrestrita. VEJA errou.

Pág. 4

Ditadura brasileira condenada na Europa

Tribunal Russel nas páginas 6 e 7

Jesus Carlos

José Alvaro Moysés analisa o sindicalismo do ABC

Pág. 8

Greve dos funcionários

Os servidores avançam na sua luta com a adesão de setores vitais como os hospitais e centros de saúde e mostram o outro lado da greve: a democracia interna nas suas formas de organização (Pág. 14).

Informe do

1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

Síntese das resoluções aprovadas

COORDENAÇÃO DOS SETORES DA OSM-SP — ABRIL/79

OPOSIÇÃO METALÚRGICA

Pág. 11

Cientista revela a face oculta da política atômica brasileira

Pág. 12

O plano do Centro de Informações do Exército, divulgado no dia 18 pelo «Estado de S. Paulo» e «Jornal da Tarde», é expressão clara do que o regime autoritário entende por democracia e liberdade de imprensa. Ele visa destruir a imprensa alternativa de oposição, cercando-a por vários lados, inclusive buscando intervir em outras áreas como a educacional.

Consideramos que o momento é o de reforçar a unidade da imprensa alternativa, na certeza de que nossa existência responde aos anseios mais gerais de expressão de todos os que não se sentem satisfeitos com os limites editoriais da imprensa sustentada pelo grande capital.

O plano do CIE não nos pega de surpresa. Todos nós temos sido vítimas constantes das perseguições do regime. A luta contra mais essa tentativa de nos destruir é mais uma frente na luta geral pelas liberdades democráticas. Pela democracia na base, nas fábricas, nos bairros, pela democracia dos trabalhadores.

Congresso da UNE entra na reta de chegada. O ME e a crise universitária.

Pág. 12

DEBATE

Moniz Bandeira: do «Política Operária» (POLOP) até o PTB. E mais: o trabalhismo em questão, com críticas e propostas.

Pág. 3

Fracassada tentativa de infiltração no PC

Memórias de Felix Nunes — Quarta parte

Pág. 11

Governador demite 20 mil

«Estamos aqui reunidos porque o governador indicado Antonio Magalhães teve a ousadia de nos demitir» — assim abriu-se mais uma das assembléias dos demitidos em Salvador,no dia 31 de março.

Realmente ousadia é o que não falta ao novo governador da Bahia, que entrou de sola na campanha de «moralidade» com a demissão de quase 20.000 funcionários públicos da Prefeitura e do Estado, nos primeiros dias de governo.

O governador institucionalizou o terror anunciando o seu primeiro decreto antes de assumir o governo. Empossado em 15 de março, as demissões vieram logo a seguir.

Em algumas Secretarias, destacadamente a de Saúde, alguns funcionários começaram a se movimentar no início de uma luta que viria a se chamar de Movimento Baiano de Demitidos.

A primeira reunião que contava com 70 pessoas. Ali se formaram as primeiras comissões de trabalho para divulgação e propaganda, consultas e encaminhamentos jurídicos, finanças, etc.

O trabalho cresceu, culminado na realização de uma assembléia com mais de 600 pessoas que, além da continuidade da mobilização decidiram por realizar um ato público em frente ao Palácio do Governo.

O clima foi sempre de medo, de promessas (dos novos secretários) de que todos voltariam, de esvaziamento da luta nos locais de maior tensão como no Pronto-Socorro onde, após as demissões, os 300 internos declararam-se em greve, agravando a crise de atendimento na área de sáude e provocando o primeiro recuo de ACM: a recontratação de todo o pessoal demitido do PS. Estes fatos se repetiram em outros locais chegando a ocorrer a invasão da Secretaria de Saúde por mais de 100 populares do bairro do Bom Juá, exigindo a recontratação do médico do Posto de Saúde do bairro.

O Ato Público não foi significativo em número mas foi uma das poucas vezes que populares vieram ao microfone falar dos seus problemas.

Mas a luta continua, tem um fôlego inesperado, a cada dia novas propostas, novas formas de mobilização: carta-aberta, visita aos bairros, cartazes. A queda do decreto é difícil, mas vitórias parciais são obtidas aqui e ali e, no final das contas, restará ao sr. Governador um desgaste da figura pública que ele vem construindo cuidadosamente, começando a desmistificar a mensagem demagógica que ele vem difundindo na Bahia antes mesmo de sua posse: «ACM de novo, alegria do povo».

Chame o ladrão

O jornal semanário «Companheiro», mais um companheiro de imprensa independente, lançado no início da semana passada, já começou a sentir na carne os novos ares da «abertura». Na noite da última quinta-feira quatro de seus colaboradores pregavam cartazes de divulgação do jornal na região do ABC, em São Paulo, quando foram presos pelo Deops sob a alegação de «portar farto material subversivo». Os colaboradores do «Companheiro» só foram soltos após intervenção do deputado estadual Geraldo Siqueira.

Mas o melhor da história é que o Deops resolveu ficar com o «farto material subversivo», ou seja, trezentos exemplares do jornal. Porém os responsaveis pela publicação não deixaram por menos: além de divulgarem uma nota de protesto onde «repudiam mais essa atitude dos órgãos de repressão contra a liberdade popular», entraram com uma ação judicial contra o Deops para terem de volta os exemplares apreendidos. Está na hora de chamar o ladrão!

Para onde vai a dívida externa?

Estima-se que o déficit no balanço de transações correntes (exportação de mercadorias e serviços menos importações) em 1978 teriam alcançados a fabulosa soma de 6 bilhões de dólares e o que corresponde a cerca de 50% das exportações brasileiras no ano passado. Deste total, nada menos de US$5,1 bilhões correspondeu ao item serviços (remessa de juros, lucros, royalties, etc) sendo que mais do dobro (US$2,8 bilhões) ficou por conta da remessa de juros de dívida externa. Com isso a dívida externa subiu para US$41,8 bilhões, o que equivale a aproximadamente 25% do PNS brasileiro.

Para este ano, as perspectivas não são nada alvissareiros. Somente de amortizações da divida, o país terá de desembolsar cerca de US$5,5 bilhões que constituem compromissos inadiáveis (com vencimento de 1979).

A estimativa é de que no final do ano teremos uma dívida brutal de US$48,8 bilhões supondo-se que a reservas brasileiras em divisas (US$12 bilhões) não caiam.

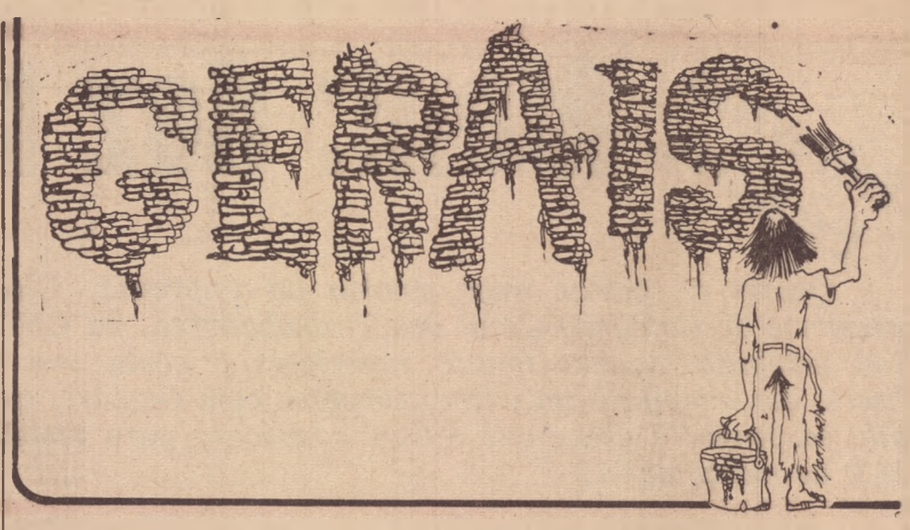
Sendo assim é de se esperar que durante todo o ano de 1979 o país tenha de conseguir algo em torno de US$12 bilhões no exterior para fazer frente ao seu déficit em transações correntes (mais de US$7 bilhões) e pagamento de dívidas vencidas (US$5,5 bilhões).

Entre as várias consequências deste esquema de endividamento crescente, a principal é a dependência em todos os aspectos em relação ao capital financeiro internacional, a é mesmo em pequenos dilemas de político econômico interna. Por exemplo: acredita-se que uma das razões por que não se editou ainda o anunciado pacote anti-inflacionário está na dúvida sobre o tabelamento ou não da taxa de juros. E as razões são simples: além da forte oposição dos banqueiros nacionais — que constituem o segmento da burguesiu nacional melhor represnetado no Governo — tem-se um problema prático e objetivo com o capitalismo financeiro internacional. Para se conseguir cerca de US$12 bilhões no exterior este ano é necessário que as taxas internas de juros situem-se em patamar elevado. Do contrário, como atrair os dólares e fazer frente aos compromissos do déficit e da dívida externa? Por isso o Governo tibubeia na questão do tabelamento da taxa de juros, uma media que provavelmente contribuiria para a redução da inflação, mas que dificilmente será efetivada. (M.L.)

Vitória bancária

A Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), em resposta à campanha salarial unificada dos bancários de todo o País, resolveu conceder uma antecipação salarial de até 20%, a partir de 1º de abril. A reivindicação dos bancários era de aumento de 30% e manutenção da jornada de trabalho de 6 horas. Mas mesmo não tendo conseguido tudo o que queriam, os bancários acham que este foi um passo importante na campanha salarial de 79.

A resposta da FENABAN — que se reuniu em Belo Horizonte no último dia 5 — foi lida pelo presidente do Sindicato dos Bancários de BH — Arlindo Ramos — na concentração realizada após a reunião dos Bancos. E na assembléia realizada no último dia 10, os bancários de Belo Horizonte resolveram aceitar a proposta, como um passo na campanha salarial de 79. Como disse um representante da recém-criada Oposiçã Bancária: «acho que devemos aceitar a antecipação e ficar como ponto de honra que a antecipação não seja compensada em setembro. Iremos até à greve em setembro, mas esses 20% não vão ser compensados de forma alguma. O que está acontecendo agora é o início da campanha; não o seu final». (Carlindo Rodrigues)



Greve pela saúde

Com a greve dos 280 médicos residentes, que já dura há uma semana, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre volta às manchetes dos jornais. No ano passado, somente com a greve é que os funcionários e enfermeiros conseguiram ver atendidas suas reivindicações. Agora, o novo Provedor, sr. José Danton de Oliveira simplesmente se recusa a atender as reivindicações dos residentes e dialogar com sua entidade representativa.

Em carta aberta à população, a Associação dos Médicos Residentes da Santa Casa denunciou: «ascondições precárias para um bom atendimento médico à população, reivindicávamos à Provedoria condições mínimas necessárias para o nosso trabalho ser bem desenvolvido. No entanto, inexplicavelmente, a Provedoria não atendeu a nenhuma reivindicação, demonstrando seu desinteresse pela qualidade do atendimento prestado aos pacientes».

Além desses motivos, os residentes exigem melhores salários e condições de trabalho, bem como o pagamento de três meses de salários atrasados que atingem a mais de 160 residentes.

Como a Santa Casa atende principalmente a população carente de recursos ou não integrada na área do INAMPS, os médicos-residentes procuraram informar a população sobre o movimento, pois a Provedoria continuava afirmando, em plena greve que paralisava o hospital, que este continuava funcionando normalmente.

Desde o início da greve, os residentes da Santa Casa tem recebido inúmeras cartas de solidariedade e apoio de outras entidades de médicos residentes do Hospital Presidente Vargas, do Hospital Conceição, do Hospital Pereira Filho, bem como de várias enfermarias da própria Santa Casa de Misericórdia, cujos diretores e chefes vivem igualmente os problemas e a precariedade de recursos materiais.

Subvertendo o roubo do comércio

O mar não tá prá peixe. Pelo menos pro jornal «A Folha», de Espírito Santo do Pinhal, no Interior paulista, que responde hoje dois processos na Justiça.

O primeiro deles foi motivado por uma matéria onde o semanário informava da instauração de uma Auditoria para apurar a situação financeira do hospital local. O ex-administrador não gostou e foi à Justiça.

O segundo, de maior repercussão, se deu devido a uma matéria onde se denunciou o desrespeito às tabelas da Sunab e os preços abusivos cobrados pelos comerciantes locais, em produtos de primeira necessidade. Não deu outra. O pessoal chiou e entrou com mais um processo.

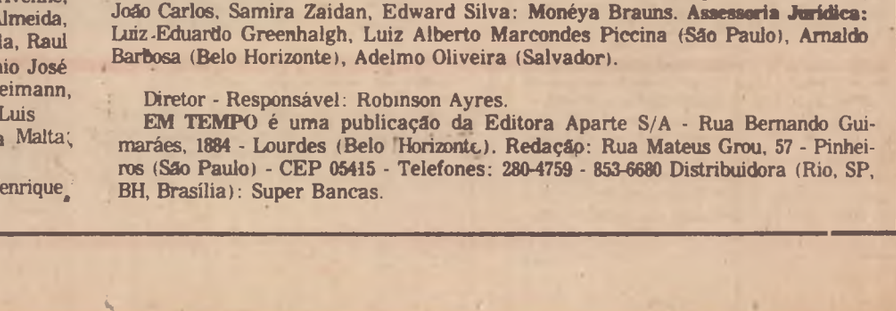
E mais, a Associação Comercial local, em carta enviada à Câmara Municipal, ao mesmo tempo que acusa o jornal de prestar desserviços à coletividade, pede votos de apoio e pronunciamentos necessários contra aquele nocivo e pernicioso órgão de imprensa, desmascarando o real objetivo do mesmo — A SUBVERSÃO.

Enterrando a malandragem

O bairro da Bela Vista, em São Paulo, também conhecido como «Bexiga», é conhecido como o reduto de boêmia e «malandragem». Mas, na hora de escolher um cidadão para homenagear em nome do bairro, uma comissão — composta por não sei quem — escolheu nada mais nada menos que o governador biônico Paulo Salim Maluf, como «cidadão Bixiga» (com i mesmo) do ano.

Qualé, Bela Vista? Não chega terem expulsado a escola de samba Vai-Vai? Que malandragem é essa que puxa-saco de autoridade biônica? (R.V.N).

Assine EM TEMPO:



Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A.
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG. CEP 30.000. Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP 05415, fone: 853-6680.

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini, Tibério Canuto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Candida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida. Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorin.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio **Prado**; Ilustração; Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maizé Trindade, Mauridio Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araujo (administração). Porto Alegre. (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Rio de Janeiro** (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio.
Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITORIOS – Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira: **Aracaju:** David Dantas. **Campinas:** Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinivio de Araujo (administração) e distribuição). **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal:** Cicero Correia, Francisco de Assis. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isasc Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva: **Monéya Brauns. Assessoria Jurídica:** Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

O trabalhismo em questão

Debate

A unidade das oposições populares e a rearticulação partidária

Da POLOP ao PTB

Moniz Bandeira, membro da ala esquerda do PTB, avalia sua trajetória política

Por Flávio Andrade

Qual o significado e conseqüências do súbito pedido de registro do PTB junto ao Tribunal Superior Eleitoral na semana passada?

— Esta questão não é pessoal. O que está por trás de tudo isto, entre a Sra. Ivete Tutti de um lado e Brizola de outro são duas propostas contraditórias de reorganização do PTB. D. Ivete, pela direita, visa restaurar um PTB do titio e do papai, à base de caciques que distribuam sesmarias entre si. Um PTB para manipular, enganar e mistificar os trabalhadores. Já Brizola tem uma proposta pela esquerda de um PTB democrático, popular e renovador congregando todas as correntes progressistas com vistas a uma democracia socialista. A questão básica é esta e não há dúvidas que D. Ivete faz o jogo dos interesses que não são da oposição. O interesse do governo não é dividir o MDB mas sim deixar que setores não oposicionistas se apropriem de uma legenda como o PTB a fim de continuar a empulhação das massas.

ENTUÍSMO OU MUDANÇA DE CONCEPÇÃO

— Como você vê sua trajetória política e ideológica desde os anos pré 64 até hoje quando você aparece como um dos líderes da esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro?

— No período que antecedeu ao golpe eu era membro do Partido Socialista Brasileiro e diretor do periódico Política Operária. Já naquela época eu defendia a ligação daqueles que possuíam um pensamento de vanguarda com a massa, através do Partido Trabalhista. Tanto assim que de 1956 a 1964 eu fui assessor do deputado Sérgio Magalhães que era presidente da Frente Parlamentar Nacionalista e um dos maiores líderes do PTB. Sempre defendi esta tese diante dos companheiros e todos que participavam daquele período participavam também da Frente de Mobilização Popular. Nós temos que nos dar conta de um certo elitismo que a pretexto de uma pretensa pureza ideológica se afasta das massas. E o PTB bem ou mal era, naquela época, o leito legal principal da participação política dos trabalhadores.

— O periódico Política Operária buscava um tipo de proposta de partido e estratégia de transformação da sociedade brasileira que poderíamos chamar de clássica, e que não tem nada a ver com as propostas atuais e passadas do PTB. Como você faz a ponte entre as duas visões?

— Eu vou dar um exemplo para esclarecer. Na época, as pessoas que se agrupavam em torno do periódico defendiam a palavra de ordem do Governo Revolucionário dos Trabalhdores. Esta era uma palavra de ordem educativa, e numa época em que havia mecanismos dos trabalhdores que começavam a florescer - CGT, PUA, etc. E numa época de aguçamento das lutas sociais. Mas mesmo assim era uma palavra de ordem educativa. Hoje, quando ouço alguém falar de Governo Revolucionário dos Trabalhadores, eu dou risada. Não porque eu seja contra, muito pelo contrário. Mas hoje não temos nem sequer organismos nacionais de massa dos trabalhadores. Assim erguer tal palavra de ordem só pode causar risadas.

— Mas somente uma caricatura grosseira do leninismo recomendaria levantar sempre e em qualquer lugar, alto e bom som, a palavra de ordem de um Governo Revolucionário dos Trabalhdores. O que eu pergunto é se a titude de muitos setores da esquerda no sentido da participação no atual PTB é encarada por você como uma tática de entrismo ou como uma revisão da concepção clássica?

— Nem uma coisa nem outra. Além do mais o leninismo não é um dogma. Ele foi necessário à revolução russa e não deve ser aplicado em qualquer país como um dogma. A esquerda que vai em direção ao PTB vai em busca da dimensão nacional e popular da transformação social brasileira; vai em busca de romper o ghetto em que se encontra há muito tempo.

UM PARTIDO PARA A TRANSIÇÃO

— A seu ver a esquerda deveria encarar o PTB como um instrumento de transformação revolucionária ou como uma frente tática?

— Em primeiro lugar é preciso deixar claro que o Partido Comunista é uma coisa e o PTB outra. O PTB não pretende nem vai ocupar o espaço próprio do PC que tem seu papel próprio. Mas a esquerda é somente o PC, e tomada difusamento, ela precisa confluir para o mesmo leito, que é o PTB enquanto partido que vai fazer a transição do capitalismo ao socialismo, ele é um partido para a transição e aí a esquerda deve estar nele. Enfim não podemos ser dogmáticos e temos que estar atentos para sabermos aplicar um método de conhecimento na realidade brasileira de hoje.

— Pelo que percebo seu petebismo não é tático mas sim estratégico; o PTB seria um instrumento de tomada do poder; de transição entre o capitalismo e socialismo no Brasil. Se interpreto bem, como você então avaliaria o que ocorreu no Brasil em 64 e no Chile em 73 para ficar nestes dois exemplos, enquanto fracassos de tentivas de acesso ao poder por vias semelhantes à que você propõe agora pelo PTB? O que há de novo na realidade a apontar para além de uma mera repetição futura destas experiências?

— As condições mudaram muito. O trabalhismo não foi o responsável pelo golpe de 64, pelo contrário, evitou várias tentativas de golpe antes de 64. O golpe enfim, foi decorrência da luta de classes a nível nacional, respondendo a exigências do capital monopolista. Hoje, não subestimamos o inimigo como em 64; hoje estamos atentos para a necessidade de aprofundar a organização popular; hoje temos um contexto internacional diferente com a política de Carter e no futuro teremos Brizola e não Jango - e não há como negar o papel do indivíduo na história. É preciso deixar bem claro que este blá blá blá de que o populismo foi o grande culpado pelo golpe de 64, é uma grande asneira. Eu lhe digo: no caso do Chile não houve o populismo e igualmente o golpe se deu...

UMA DERROTA FATAL

— Mas havia o reformismo do PC e do PS para ficarmos apenas aí, e este reformismo não deixa de ser um certo populismo de esquerda.

— Eu acho que não podemos abusar destas expressões - reformismo, populismo etc - deixando de lado toda a conspiração da CIA como causa do golpe.

— Concordo em não abusar, como uma vara de condão a explicar tudo. Mas pergunto, há autocríticas sérias a se fazer com relação ao que ocorreu em 64?

— O populismo ou o reformismo foram responsáveis simplesmente se considerarmos responsabilidade na medida em que atingiram os interesses do imperialismo. O que houve portanto em 64 foi uma limitação histórica, uma fatalidade, pois não havia outras alternativas. O PTB foi o máximo de consciência política da classe operária naquele momento. Não podemos cair no voluntarismo de que teria podido ser diferente.

UM PROGRAMA ANTICAPITALISTA?

— Passemos para outra questão - o programa do PTB. O que foi apresentado na semana passada no TSE não contempla nem no horizonte mudanças de caráter socialista, coisa que a esquerda trabalhista vinha reivindicando. Como você vê isto?

— Um partido trabalhista tem que ter um programa de defesa do salário e da economia nacional e de implementação de reformas democráticas no sentido do socialismo. Se no processo de luta política as condições se acelerarem tudo bem; se não, seguiremos a trajetória que o tempo nos impuser. De outro lado esta questão é função da nossa capacidade de ação política dentro do PTB, uma questão em aberto portanto O PTB será tanto ou mais socialista dependendo dos socialistas lá estarem ou não.

— O PTB pretende abranger desde os camponeses, passando pelos trabalhadores assalariados chegando até setores da buguesia nacional. Como ver nesta composição de classes a possibilidade de uma plataforma de caráter anticapitalista?

— Não existe partido operário quimicamente puro, e não vamos impedir a participação de ninguém pela sua condição de classe desde que concorde com o programa. O Kurt Mirow por exemplo, desde que aprove o programa, seria muito bem vindo. Agora se há contradição, ela está é na própria realidade...

Preparar um partido popular

É hora de começar a reagir ao regime, diz Airton Soares

— Como o MDB recebeu o lançamento do PTB?

— O governo tem um projeto de dividir a oposição, não somente em duas mas em quatro ou cinco pequenos partidos. Alguns oposicionistas de grande valor como Matheus Schmidt ou Getúlio Dias, açodadamente pediram o registro do PTB. Mas eu acho que o trabalhismo, na fase atual deveria engrossar o MDB e se desenvolver dentro do próprio partido.

— Você acha que o MDB tende a sobreviver ainda por muito tempo?

— Não. Creio que a legislação que o governo prepara virá dissolver as atuais legendas, pois para eles é um grave perigo o MDB continuar existindo. Mas me parece que no momento devemos unificar o comportamento dos autênticos para prepararmos uma atitude unitária no momento oportuno. Não devemos sair com nada de imediato; o que nos cabe é reagir com unidade no momento em que o governo atacar. E para ser conseqüente nossa reação unitária deverá ser como uma proposta popular, claramente comprometida com os movimentos sociais e democrática no seu interior, aberta à participação de todas as correntes, entre elas o próprio trabalhismo.

As uvas estão verdes

Fernando Henrique: ainda é cedo para avaliar os trabalhistas

— Como você vê o lançamento do PTB?

— A questão dos novos partidos está na ordem do dia. Se as oposições e em especial o MDB, não entenderem isto não poderão ter aí um papel construtivo e o governo encontrará campo livre para suas manipulações. Isto em primeiro lugar. Por outro lado causou-me espanto no lançamento do PTB na semana passada, o fato dos nomes signatários do pedido de registro serem todos eles do passado, e ausência de ligação com os movimentos sociais e seus líderes depois de tantos anos de lutas intensas da oposição. Além disto a formulação do prgrama me parece demasiadamente genérico para poder ser mais contundente.

— Que possibilidades você vê de unidade entre estes trabalhistas e os integrantes da articulação de um partido popular, democrático e voltado para o socialismo, você entre eles?

— A questão partidária se acelera, sem dúvida, como disse anteriormente. Dentro de dois a três meses acho que a questão estará resolvida. Mas creio que agora devemos buscar é dentro do MDB, a constituição de um pólo real das oposições populares. Nossa relação com o trabalhismo ainda é cedo para defini-la. As uvas ainda estão verdes. Em princípio sou a favor de uma grande convergência das forças populares, e portanto contrário à fragamentação. Mas temos que deiar as águas rolarem primeiramente, pois uma articulação real das forças populares não se faz assim a toque de caixa.

Por um trabalhismo socialista

Lysâneas Maciel: simpatizo com um PTB expurgado de seus vícios.

— Como você se coloca diante do lançamento do PTB?

— A rigor ainda não li o programa que apresentaram. E tenho a impressão de que uma certa pressa na formação de novos partidos poderá prejudicar o desenvolvimento dos movimentos de base que hoje correm no Brasil — oposições sindicais, associações de periferia, comunidades eclesiais de base etc. Estes movimentos podem vir a ser forçados a uma participação prematura na política partidária quando a médio prazo eles poderiam convergir, conscientemente para um grande partido popular. Minha preocupação portanto não é com a unidade do MDB, que aliás já está se esfacelando, mas com os movimentos de base.

— Mas especificamente diante do PTB qual sua posição?

— Eu tenho simpatias por um PTB que fosse democrático no seu interior e com um claro compromisso ideológico com o socialismo, expurgado de seus vícios passados de manipulação, do peleguismo e do caudilhismo. Pois um PTB como foi no passado é um mal grave a nos rondar. Inclusive acho que o pouco apoio que este lançamento agora teve, em parte se deve a que estes vícios não estão claramente expurgados da proposta tal qual ela se apresentou.

As greves e a Frente Única dos Trabalhadores

Frente à «transição democrática», os trabalhadores devem se armar

Por Andreas Maia

A greve dos operários metalúrgicos do ABC submeteram as «aberturas» promovidas pelo governo Figueiredo ao seu primeiro teste. Os operários metalúrgicos não reivindicavam apenas os 78% de aumento salarial, mas também chegaram a reivindicar o reconhecimento do delegado sindical na empresa e a jornada de trabalho semanal de 40 horas. E no fundo de todas estas reivindicações estava a luta pelas liberdades democráticas.

O governo procurou usar duas armas: por um lado empreendeu as negociações através do Ministro do Trabalho Murilo Macedo, tentando apresentar uma imagem de «diálogo»; por outro lado a greve foi tratada como caso de polícia e a repressão generalizou-se massivamente contra os piquetes de greve, contra as assembléias públicas e contra os sindicatos do ABC que sofreram intervenção. Ao preconizar à obediência à legislação semi-fascista da CLT e ao transformar o aparato policial em milícia particular dos patrões, o governo demonstrou o significado da «democracia do prende e arrebenta».

Estes acontecimentos não foram fatos isolados e são indicadores de tendências importantes sobre as quais é necessário refletir. Uma greve de 200 mil operários no coração da indústria de ponta do capitalismo brasileiro, que não se limitava a reivindicações quantitativas (o reajuste salarial) e que incorporava no início reivindicações qualitativas quanto às relações trabalhistas e à democracia industrial, como no caso o reconhecimento dos delegados sindicais, indica que os trabalhadores começaram a compreender que não devem mais arcar com o ônus da crise econômica em que está atolada a economia capitalista brasileira.

Uma transição à democracia?

O que é necessário pensar é que seria uma grande ilusão acreditar que a ditadura militar brasileira vive o seu crepúsculo, os seus dias finais. As «reformas» do regime não podem ser confundidas com uma marcha irreverssível para uma democracia tradicional, que teria supostamente começado com a revogação do AI-5. O que na realidade acontece é que o regime é obrigado agora a negociar e a encontrar uma «solução política» em função da exacerbação dos conflitos sociais.

A ditadura está em crise. Uma ditadura militar sem bases sociais mais amplas, escoradas no grande capital e nas multinacionais, é instável demais e suscetível de crises constantes, pois não é legitimada por ninguém. Para o regime é necessário encontrar uma saída capaz de manter um regime duro e forte mas capaz de realizar concessões pequenas à oposição moderada (o MDB, o PTB em gestação, a Igreja, etc.) por meio de canais institucionais que serviriam de tachada a uma ditadura disfarçada e controlada à distância pelas Forças Armadas.

A integração da burguesia brasileira com o capital monopolista internacional reforçou fortes laços políticos para governos autoritários e tecnocraticamente dirigidos. O grande capital e as multinacionais não tem interesses na existência de uma democracia parlamentar clássica no Brasil. A dependência das classes dominantes ao Estado e às multinacionais debilitaram sua dominação política, tornando-a incapaz de realizar concessões progressivas ao movimento operário. Está aí para comprovar o nosso sindicalismo atrelado a e CLT que resistem há quatro décadas. A industrialização acelerada, desigual e anacrônica, selvagem, concetrou um contigente de trabalhadores altamente explosivo e criou fortes contradições sociais que fazem emergir lutas de classes potencialmente anti-capitalistas muito antes do país ter se proposto a realizar uma democracia burguesa clássica. O que nos leva a concluir que qualquer abertura democrática, mesmo obtida sob pressão de movimentos reivindicatórios como os atuais, serão períodos transitórios na luta de classes. períodos transitórios na luta de classes. Um confronto aberto e direto entre os trabalhadores por um lado e e o patronato e o governo por outro, serão invetáveis

A democracia que queremos

A grande lição a extrair da greve dos operários do ABC é que a solução para as questões econômicas que afligem a massa trabalhadora passa pela necessidade de se lutar por uma democracia política ampla. Os trabalhadores devem dizer não à farsa do governo travestida de «democracia». Tampouco devem criar ilusão sobre a democracia formal e limitada que o MDB vem pregando. Devem começar a compreender que uma verdadeira democracia tem que chegar às fabricas e empresas com a existência de comissões e comites operários, capazes de controlarem o poderio patronal e a própria produção capitalista. E que a nível nacional permita sobretudo a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte, num contexto de completa liberdade sindical e partidária para os trabalhadores.

A classe trabalhadora começou a ganhar confiança em suas forças. Uma autonomia proletária crescente vem se fazendo presente no seio das oposições, até então limitada ao movimento estudantil e às composições parlamentares. Porém a política de «aberturas» do governo não combina muito com uma conjuntura econômica de recessão. No momento, o regime não terá outra saída senão a de negociar e conceder. Mas em última instância apelará para soluções de força expressas no fascismo e na barbárie: a destruição do movimento operário e popular por meio da repressão sangrentea.

A greve checa as oposições

A greve colocou as oposições numa encruzilhada. Para o MDB, para os fundadores do PTB, para os articuladores de «Frentes Populares» entre operários, classes médias e empresários «progressistas», trata-se de lutar nesta conjuntura de reformas políticas por uma volta ao processo institucional parlamentar que mantha intocável o regime capitalista. No melhor dos casos, luta-se por uma «etapa» democrática burguesa desligada da luta anti-capitalista geral. Mas para o ponto de vista do socialismo, as lutas democráticas são um instrumento de potencialização da capacidade hegemônica dos trabalhadores no seio do movimento das oposições populares ao regime, vinculando as lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista com as luas democráticas em um programa de reivindicações transitórias anti-capitalistas. A encruzilhada também se apresenta no marco das alianças de classe. Os reformistas deixam o movimento operário subordinado a fenômenos em que sua participação é secundária, pois se dão no campo de alianças com a chamada «burguesia progressista». Mas para uma luta de trabalhadores, que emerge a democracia em sua forma mais ampla combinada com uma luta potencialmente anti-capitalista, as alianças entre trabalhadores e patrões progressista», acabam sempre em derrotas para o movimento operário. Quem não aprendeu com o comportamento da nossa «burguesia nacional» durante as greves do ABC não compreendeu absolutamente nada do que acontece no país.

Os trabalhadores tem que buscar, portanto, uma alternativa de luta que desenvova as lutas de massas, que estenda e generalize as formas de auto-organização nas empresas (comissões de fábrica) e a auto-gestão das lutas pelos próprios operários. Devem lutar por uma unidade na ação entre todos os trabalhadores, isto é, trabalhadores sindicalistas, emedebistas, trabalhistas, católicos, socialistas, sem partido, etc., transbordando as direções conciliadores na medida em que mostram-se vacilantes no aprofundamento das lutas democráticas e reivindicatórias. Uma frente única de trabalhadores nas bases não é apenas condição para levar movimentos reivindicatórios como o do ABC a soluções vitoriosas, mas a condição para os trabalhadores reagirem à grande conspiração que se processa à sua revelia e que se intitula «redemocratização do regime».

Por uma Frente de Oposição Popular

Presos políticos, no anonimato, divulgam documento sobre partidos

"Sobre o PTB— 1. As articulações em torno da reconstituição do PTB são positivas na medida em que aglutinam setores oposicionistas que não estavam engajados na vida partidária, e até mesmo na vida política nacional, e que não vêm no MDB sua expressão própria , ou que nêle estão tolhidos de se expressarem mais claramente suas posições programáticas, ou de desenvolver sua atuação de forma mais consequente. Objetivamente estão politicamente engajados na luta comum das opisições contra a ditadura militar, que limita a liberdade de organização partidária.

2. Isto não exclui uma visão crítica do que foi o PTB , no passado, ou de que PTB pretendem criar certos setores.

Não se pode esquecer que o PTB era um partido burguês, com certa base de apoio entre os trabalhadores, que foi criado visando impedir a constituição de uma vanguarda que realmente expressasse os interesses da classe operária e demais trabalhadores. Um partido que em toda sua trajetória procurou subordinar os interesses dos trabalhadores às lideranças burguesas , populistas ou não. É certo que, em determinadas circunstâncias abrigou setores da esquerda, pequenos burgueses radicalizados, que procuravam levá-lo e uma maior aproximação com as massas do que os demais partidos populistas da época. Contudo, jamais conseguiu se transformar em um partido dos trabalhadores.

3. As articulações para ressurgimento do PTB tem seu principal centro naquelas lideranças e antigos militantes do antigo PTB; acrescido de uma tendência trabalhista existente dentro do MDB, e de uma série de cidadãos que procuram reingressar na política nacional através do mesmo.

Vale a pena avaliar o futuro dessa articulação pelo que até agora tem sido encaminhado; pela tendência que tem predominado nas articulações.

O nível de participação das massas nas discussões tem sido praticamente nulo; o esforço maior tem ficado por conta de entrevistas através da imprensa, que, não consegue atingir, e menos ainda propiciar participação das grandes massas trabalhadoras, ou pelo menos de seus contingentes mais combativos.

Assim, a julgar pelos encaminhamentos até agora dados à formação do PTB, vai-se constituir um partido desligado das massas, e principalmente das massas trabalhadoras, vai-se repetir a construção dos partidos burgueses tradicionais, de cima para baixo, etc...

4. Qual o posicionamento daqueles que se alinham dentro da oposição popular diante da rearticulação do PTB?

1º) — é preciso distinguir claramente a diferença que há entre o MDB e o PTB; porque não representa a mesma coisa participar do MDB e participar do PTB; senão vejamos:

a) — O MDB foi criado pela própria ditadura militar, para o jogo político consentido; já o PTB é um instrumento criado numa situação de abertura, em 46, e representa as forças que foram alijadas pelo golpe militar de 64;

b) — o PTB renasce a partir de lideranças e de forças que estiveram afastadas da luta política direta, e só terá condições de surgir em função da crise do regime, e da possibilidade que se abre de uma maior margem de liberdade política: logo o PTB representa um instrumento aglutinador de forças alijadas do processo político;

c) MDB nunca conseguiu oferecer-se ao eleitorado como alternativa política dos trabalhadores, nunca conseguiu ultrapassar os limites do partido oposicionista consentido, para agregar forças de oposição ao regime, formal ou ralmente. Já o PTB tenta renascer como um partido que pudesse representar os trabalhadores retomando todos os mitos do passado, e tudo o que isso implica.

2º) — participar do PTB hoje em dia, não é exatamente a mesma coisa do que participar do MDB, porque justamente este não tem o passado do PTB, nem os mitos deste. É preciso ver que o PTB é um mito da história política nacional, mito com o qual seus formadores de agora estão jogando em grande escala; logo qualquer comprometimento com o mesmo tem que ser pesado a partir dessas constatações.

3º) — defender o direito do PTB se organizar, como de todo e qualquer partido político da oposição (ou da situação) e combater as teses de que isto representa fazer o jogo do regime, como se não se pudesse fazer o jogo do regime dentro do MDB (como de resto tem muita gente fazendo).

4º) — deve-se considerar as diversas forças que estão se propondo reorganizar o PTB. Existem aqueles setores que realmente se interessam pelos problemas das massas trabalhadoras, e lutam para incorporá-las ao processo político respeitando seus interesses e sua independência (ainda que possamos identificar os seus equívocos, no caminho escolhido); mas estes setores devem ser valorizados pelo que representam, em termos da possibilidade de levar adiante a luta de massas trabalhadoras; em termos da possibilidade de atividade comum e coordenada de todas as forças políticas que procuram representar os interesses das massas trabalhadoras; e finalmente, da perspectiva inevitável da unidade dessas forças políticas, através de mecanismos supra-partidários.

QUE FAZEM?

Todos os partidos criados nesta conjuntura estarão dentro dos limites ditados pelo regime, ou melhor partirão desses limites e só conseguirão ultrapassá-las a custo de muita luta. Dadas as condições atuais, em que nem todas as tendências conseguirão se organizar, estes partidos terão que comportar dentro de si, necessariamente várias tendências políticas, ainda que afins. Assim, a partir de agora já se torna necessário a unidade política das forças políticas que pretendem representar os interesses das massas trabalhadoras; e estando em um ou vários partidos, forjarão sua unidade e procurarão mecanismos formais para sua expressão.

2. Como na atual conjuntura política o centro da luta da oposição popular (e até mesmo dos setores mais consequentes da oposição liberal burguesa), é colocar fim à ditadura militar e como a liberdade de organização política-partidária ainda é limitada e continuará a sê-lo enquanto prevalecer a ditadura militar a unidade das forças representativas dos interesses das massas trabalhadoras, deverá satisfazer dois requisitos: a) a luta contra a ditadura militar b) a luta pela liberdade de organização político-partidária, e construção de canais de expressão políticas das massas trabalhadoras. Essa unidade só poderá ser feita ao nível política através de um movimento unitário, que ainda que respeite as diversas tendências e partidos políticos existentes ou em articulação, deverá se concretizar através de um instrumento político capaz de aglutinar todas as forças políticas de base popular. Um instrumento dessa natureza deverá assumir o caráter de uma frente ou movimento político supra-partidário.

3. A constituição de uma frente ou movimento de oposição à ditadura militar e pela democratização do país em todos os níveis, não é contraditório com as articulações partidárias que se processam hoje, na medida em que essas articulações possam servir para elevar o nível de organização, consciência e combatividade das massas. Esse movimento ou frente de oposição popular deverá comportar a presença de todos os partidos ou tendências que tenham representatividade e sejam defensores dos interesses populares, porém, não se restringirá a ser uma frente de Partidos ou tendências mas sim um instrumento político das massas que englobasse membros dos diversos partidos, lideranças populares, setores avançados da massa.

A constituição de um instrumento político das massas que permitisse unificar, coordenar e fazer avançar o nível das lutas e consciências das massas, transformando um amplo movimento de oposição à ditadura militar levando a democratização da vida nacional em todos os níveis, criando melhores condições de vida e de participação política seja partidária, seja sindical, seja associativas, etc. Criando assim maiores possibilidades para se forjar uma forte e coeso bloco constituido por todos explorados e oprimidos em sua luta contra a ditadura militar, à base para um projeto político independente com perspectivas socialistas».

A anistia que queremos

Numa atitude que reforça a luta das oposições brasileiras, pela anistia ampla, geral e irrestrita, a organização Anistia Internacional cobra do general Figueiredo o paradeiro dos desaparecidos por razões políticas. As manifestações dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAS) no dia em que se comemora o 34º aniversário da Anistia geral decretada em 18 de abril de 1945. Uma «Carta aos Leitores», que responde à última edição da revista Veja, *acompanhada dos resultados de uma pesquisa que diz: a maioria do povo quer a irrestrita. E mais: um histórico que faz o contraponto entre a luta pela anistia antes de 1945 e a que hoje se trava no Brasil. E duas páginas com o julgamento da ditadura brasileira na Europa, feito pelo Tribunal Bertrand Russel, e ainda inédito em nosso país. Nesta e nas três páginas seguintes.*

Anistia Internacional

Queremos uma completa investigação

amnesty international
International Secretariat, 10 Southampton Street, London WC2E 7HF, England
Telephone: 01-836 7788 Telegrams: Amnesty London Telex: 28502

XXX

Em carta enviada ao general Figueiredo, a organização «Anistia Internacional», depois das congratulações de praxe, passa às cobranças. A manutenção da prisão de Cajá até hoje, o seqüestro dos uruguaios no Rio Grande do Sul e, finalmente, «o destino das pessoas desaparecidas, após serem detidas, nos últimos dez anos no Brasil». Através de uma lista de 56 nomes de desaparecidos, a «Anistia Internacional» se inscreve ao lado daqueles que hoje, no Brasil e no exterior, lutam por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Pois é evidente que o esclarecimento destes casos passará necessariamente pela investigação do funcionamento dos aparelhos repressivos e de seus crimes, contribuindo desta forma para o movimento em prol de seu desmantelamento, o que é sem dúvida, um dos aspectos do caráter irrestrito da anistia pela qual lutamos. Aqui, na íntegra e em primeira mão, o documento.

«Como Secretário-Geral da **Anistia Internacional**, gostaria de apresentar-vos nossas congratulações por ocasião de vossa posse como Presidente da República Federativa do Brasil e expressar a Vossa Excelência nossos melhores votos de sucesso em vossa gestão presidencial.

Permita-me Vossa Excelência, igualmente, expressar nossas esperanças de que, sob vossa liderança, o Brasil irá em futuro próximo, assinar e ratificar a Convenção Americana dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Políticos e Civis o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.

AI recebeu muito bem os **avanços** recentemente feitos pelo Brasil em relação aos direitos humanos: a abolição da pena de morte e a revogação das penas de prisão perpétua e banimento. Ficamos igualmente sensibilizados com a diminuição do número de prisioneiros detidos por razões políticas. Enquanto continuamos a trabalhar pela libertação de um certo número de prisioneiros por delito de opinião no Brasil (uma lista dos casos concernidos encontra-se em anexo, para informação de Vossa Excelência), nós acreditamos, que conforme os termos da nova Lei de Segurança Nacional, um maior número de libertação é aguardado. A **Anistia Internacional** está igualmente empenhada em uma revisão de certo número de casos de prisioneiros que fogem ao alcance de nossa definição por delito de opinião mas que, devido a natureza de seus processos ou devido à duração de suas penas seriam postos em liberdade condicional ou teriam reduzidas suas penas. Isso é particularmente verdadeiro no caso dos prisioneiros políticos de Itamaracá.

Gostaríamos de unir nossa voz à daqueles que, tanto no Brasil quanto no exterior, estão pedindo por uma anistia geral que, como um gesto de reconciliação e reparo, incluiria os prisioneiros por delito de opinião.

Não obstante os encorajadores sinais de grande seriedade com que tem sido encarados os direitos humanos no Brasil, houve, em 1978, várias alegações de tortura e raptos os quais, por sua caracterização, dizem respeito a Anistia Internacional e relacionam-se com:

Por exemplo, o caso de Edval Nunes da Silva, que ainda é mantido em detenção preventiva, em Recife, e o rapto e expatriamento dos uruguaios, Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Diaz. Em tais casos, como parece claro que houve abuso de autoridade por parte das forças de segurança e da polícia, a AI espera, sinceramente, que as medidas disciplinares adequadas serão adotadas contra os responsáveis, de modo a evitar a repetição de semelhantes atitude, no futuro.

Gostaríamos, finalmente, de levar ao conhecimento de Vossa Excelência nosso profundo desejo de que uma completa investigação seja feita para averiguar o destino das pessoas desaparecidas, após serem detidas, nos últimos dez anos no Brasil. A necessidade e importância desta investigação é tanto maior quanto é grande a certeza de que só ela poderá devolver a paz e pôr fim à ansiedade de tantos lares que ignoram se seus familiares estão ainda vivos. Com o objetivo de levar nossa colaboração a esse importante trabalho, encaminhamos a Vossa Excelência uma lista (em anexo), não exaustiva, de pessoas cujos nomes foram encaminhados a AI, nos últimos dez anos, como estando desaparecidas. Nossa esperança é de que Vossa Excelência não tardará em encaminhá-la às autoridades competentes para um urgente exame.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, protestos da mais distinta e respeitosa consideração.

RELAÇÃO DOS DESAPARECIDOS: DE 69 A 75

Anos de 1969-70: Antonio dos Três Reis Oliveira, Celso Gilberto de Oliveira, Jorge Leal Gonçalves Pereira, Marcos Antonio Dias Batista, Mario Alves Vieira de Souza, Virgílio Gomes da Silva.

Ano de 1971: Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, Antonio Joaquim Machado, Aylton Adalberto Mortati, Carlos Alberto Soares de Freitas, Eleni Teles Pereira Guariba, Felix Escobar, Edgar de Aquino Duarte, Joaquim Mariano dos Santos, Luiz de Almeida Araújo, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Rubens Beyrodt Paiva, Stuart Edgar Angel Jones, Walter Ribeiro Novais, Ivan Mota Dias.

Ano de 1972: Ezequias Berzerra da Rocha, Frederico Eduardo Mayr, Isis Dias de Oliveira, Jana Morone Barroso, Luiz Eurico Tejera Lisboa, Paulo César Botelho Massa, Paulo Costa Ribeiro Bastos, Sérgio Landulfo Furtado.

Ano de 1973: Caiuby Alves de Castro, Honestino Monteiro Guimarães, Humberto Câmara Neto, João Batista da Rita Pereda, Joaquim Pires Cerveira, José Porfirio de Souza, Paulo Stuart Wright, Ramires Maranhão do Valle.

Ano de 1974: Ana Rosa Kucinsky Silva, David Capistrano da Costa, Eduardo Collier Filho, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Ieda Santos Delgado, Iassmi Nakamura Okano, João Massena Melo, José Romam, Luiz Inácio Maranhão Filho, Rui Frazão Soares, Thomas Antonio da Silva Meireles Neto, Walter de Souza Ribeiro, Wilson Silva.

Ano de 1975: Armando Teixeira Frutuoso, Elson Costa, Hiram Pereira Lima, Ithair José Veloso, José Montenegro de Lima, Orlando Rosa Bonfim Junior, Jaime Amorim Miranda.»

Martin Ennals,
Secretário-Geral.

Por que ampla, geral e irrestrita?

Comemorando na última quarta-feira os 34 anos da anistia de 1945, vários movimentos reafirmaram seu caráter irrestrito diante das propostas «relativas» do regime.

Os «químicos e mágicos do governo», na expressão de Luis Eduardo Greenhalgh, do CBA de São Paulo, preparam uma anistia parcial para já: «será em três etapas, e com a manutenção do arbitrio, restringindo os beneficiados; e condicionando-a, àqueles cujas informações dos órgãos de segurança constam ações armadas, ao ingresso em juízo provando a não participação» esclarece Luís Eduardo. Mas isto não é anistia; «é um engodo, em primeiro lugar porque as informações dos órgãos de segurança na maioria das vezes são falsas e exageradas; e quando não foram obtidas por coação física irresistível», argumenta o advogado.

Segundo o CBA de São Paulo o número de beneficiados por uma anistia irrestritia, hoje, seria: 8.000 exilados, 80 presos políticos, 5.000 ex-presos políticos e, cassados em torno de 4.500. Com a proposta do governo «somente cerca de 10% deste total serão beneficiados», afirma Luis Eduardo. E não os 90% que o governo tem anunciado constantemente.

O objetivo maior do governo é meter uma cunha na oposição dividindo-a entre os que merecem e os que não merecem o «perdão». E de novo o CBA de São Paulo, em nota comemorativa dos 34 anos da anistia da queda do Estado Novo no dia 12 último concluia: «o governo desde o início esteve contra a anistia... se a luta pela anistia conseguiu abalar os projetos do governo, forçando-o a reconhecer esta necessidade, será o aprofundamento desta luta que dará ao regime a certeza de que o povo não aceita sua proposta de clemência, de revisão, de perdão, de parcialidade em relação à anistia». Os julgamentos da Justiça Militar, continua o documento do CBA, «são nulos de pleno direito» e assim, a questão da CPI dos Direitos Humanos, uma das tarefas hoje em pauta na luta pela anistia, é fundamental, pois «a apuração através dela das infrações ocorridas nos últimos 15 anos contra opositores políticos justifica a urgência da concessão da anistia».

Para se entender a questão dos «terroristas» — na linguagem do regime — «é necessário voltar até pelo menos 1964 e acompanhar os desdobramentos do processo político que se iniciou desde então» afirma o CBA de Minas em sua nota comemorativa do dia 18. O Governo de Jango foi deposto por um golpe; uma onda de violência — demissões, aposentadorias, reformas, cassações e prisões — ocupou imediatamente o País, sucessivas edições de Atos Institucionais se seguiram eleições diretas foram tornadas indiretas; fechamentos do Congresso se repetiram; listas e mais listas de cassados foram divulgadas etc, etc até que culmina este processo no AI-5. E conclui o CBA: «o AI-5 foi um marco apenas por consagrar cabal e definitivamente o arbitrio de um regime cujo verdadeiro nome desde muito andava na boca do povo — ditadura militar».

Neste contexto de cerceamento total de todos os canais de participação popular, com prisões, torturas e mortes fazendo parte do cotidiano, é que alguns setores da oposição popular vão se lançar no caminho da luta armada. E para o CBA mineiro, «não nos cabe julgar os erros e acertos destes setores, pelo menos enquanto não vivemos num regime democrático que garanta a liberdade necessária para esta discussão». Assim sendo, conclui a nota comemorativa: «na noite sombria que se abate sobre a nação naqueles anos, a resistência armada era uma opção política e como tal tem que ser encarada. Ou não seria política a opção dos tenentes da década de 20, dos insurgentes de 35 a 37, dos de Aragarças e Jacaréacanga?»

Mas a luta pela anistia não termina no seu caráter amplo e irrestrito reivindicado pela oposição. A questão do desmantelamento do aparato repressivo é fundamental, se se quer abolir de vez a possibilidade de novos candidatos à anistia, inscrevendo a luta no quadro mais geral do fim do regime militar. O que, ao não ocorrer em 45, deixou intacta toda a máquina repressiva que Dutra viria a acionar nos anos seguintes para reprimir o ascenso do movimento popular. É esta questão, afirma Alberto Duarte, presidente do CBA mineiro, somente será resolvida «na medida em que conseguirmos levar adiante a popularização da luta pela anistia, envolvendo mais e mais camadas populares nesta luta». E nesta direção que o CBA mineiro está tentando fundar um Pronto Socorro dos Direitos Humanos, uma frente de luta que tem como objetivo denunciar todas as violações de direitos humanos em Belo Horizonte: «vamos incentivar a formação de um corpo fixo de médicos, advogados e jornalistas no sentido de participar da apuração e denúncia de todas as violências cometidas contra o povo».

É por isto, afirma D. Helena Grecco, do Movimento Feminino pela Anistia de Minas, «que em última análise, uma anistia ampla, geral e irrestrita não beneficiaria apenas aqueles que foram atingidos diretamente, mas todo o povo brasileiro que está impedido de participar da vida política de seu país».

Enfim, e na mesma direção, apontam os presos políticos do Rio de Janeiro em manifesto denominado «Basta de 64» em comemoração também dos 34 anos da anistia: «a experiência da anistia de 45 nos ensina que não basta ser uma conquista popular, ela precisa ser plena. Assim como a democratização alcançada com a derrubada do Estado Novo nos demonstra que não basta uma democracia formal, cheia de parlamentarismo; é necessário que ela se embase numa profunda e irreversível participação das massas populares».

Nossa pesquisa conclui

O povo quer anistia irrestrita

Carta aos leitores

Na sua última edição, a revista **Veja** descobriu uma «verdade»: «É o caso da anistia ampla, geral e irrestrita. Faltava-lhe apoio político. Verifica-se agora que lhe falta também apoio da opinião pública», afirma o editor, na «Carta ao Leitor», ao referir-se à pesquisa Gallup encomendada pela revista, cujos resultados esclareceriam que a maioria do povo não quer a anistia irrestrita. Quer a parcial, como o governo pretende conceder. «São os fatos... jornalismo tem dessas coisas», arremata o porta-voz da revista.

Pois é. Jornalismo tem mesmo dessas coisas. Mas tem outras também. Deixando de lado os aspcetos metodológicos da pesquisa, de resto questionáveis em vários pontos como todo **survey**, fica a lição: a **Veja**, mais uma vez, como digna integrante da «grande imprensa», revela de forma gritante os interesses a que serve, independentemente das posições gerais dos profissionais que a fazem. Não é por menos que a «Carta ao Leitor» termina procurando tripudiar sobre os movimentos pela anistia ampla, geral e irrestrita e o povo em geral, com o cínico comentário: «Neste momento, ela (a anistia irrestrita) é apenas a expressão de um grupo entre tantos outros na sociedade, que quer impor sua vontade — nada mais que isto». O que não interessa à **Veja** reconhecer é que a luta pela anistia geral responde à vontade da maioria da população, que continua reprimida nas fábricas, nos bairros, na política, na vida enfim.

E se em todo caso a discussão é para ser travada no mesmo terreno das estatísticas, a resposta está aí. O CBA baiano encomendou também uma pesquisa a uma empresa do ramo, e os resultados são o contrário daqueles divulgados por **Veja** como a opinião dos brasileiros. Para **Veja**, 62% da população quer anistia parcial, como o governo; e somente 18% a querem irrestrita, como a oposição. Na pesquisa do CBA baiano, ao contrário, somente 4,9% dos consultados se manifestaram a favor da anistia restrita e 38,9% foram pela irrestrita.

Além disto, a pesquisa do CBA desagrega os dados por classes de renda, algumas capitais e sexo, levantando algumas conclusões interessantes sobre a popularização da anistia.

Aqui, na íntegra, o relatório do Instituto Paulista de Pesquisas de Mercado entregue ao CBA.

A maioria da população de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre — amostragem do pensamento das grandes cidades brasileiras — já possue opinião firmada sobre Anistia. Dentre os que tem opinião firmada, o número dos que são a favor da Anistia sem restrições (38,9% do total) supera em muito o número dos que são contra (17,5%). É mínimo (4,9%) o apoio a uma Anistia restrita, proposta levantada pelo governo como modo de excluir os chamados «terroristas» e talvez, outros punidos «indesejáveis» ou «perigosos» (Brizola, Arraes, Julião, Paulo Freire etc.). Diferentemente do que se poderia esperar, especialmente quando se recorda que a campanha pela anistia tomou seu impulso atual a partir da fundação do primeiro núcleo do Comitê Brasileiro pela Anistia — o do Rio de Janeiro — em fevereiro de 1978, a questão da Anistia não está presente apenas para as classes mais altas.

Ainda que nas classes mais baixas seja maior o índice dos que não sabem o que é anistia (17,4%) a maioria já tem opinião sobre o assunto e dentre estes não só a posição favorável a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita é majoritária como a divisão entre favoráveis (35,3%) e contrários (19,5%) é mais nítida, a medida que a admissão de Anistia Parcial é sensivelmente menor (2,9%). Os homens definiram-se em percentagem maior que as mulheres entre os quais se encontra maior índice de desconhecimento do que é Anistia. Os mais jovens (entre 15 e 30 anos) têm posição mais definida a favor (41,6%) ou contra (23,3%) a anistia enquanto que, entre os mais de 30 anos, a maior prudência leva a uma queda de 4% no número dos que se declaram a favor (37%) e de 10% nos que se declaram contra (13%) ao tempo em que se eleva o dos que ainda não tem opinião formada (17%).

Estas foram as principais conclusões do levantamento encomendado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia — Núcleo da Bahia ao Instituto Paulista de Pesquisas de Mercado e realizado em início de março com 3.000 pessoas — amostra representativa da população com mais de 14 anos das quatro cidades que melhor espelhariam as tendências do mercado e da opinião urbana no Brasil. Os dados levantados por cidade, classe, sexo e faixa etária são divulgados agora, às vésperas do Dia Nacional pela Anistia.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro uma surpresa — o mais alto índice dos que têmm opinião, mas não desejaram declará-la (17,9%) — indício de que consideravam arriscado divulgar para os entrevistadores a sua opinião, provavelmente o apoio à «radical» Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Estes são responsáveis por dois fatos que só ocorrem no Rio. Apenas no Rio o número dos que se declaram a favor da Anistia sem restrições é um pouco maior nas classes CD (37,4%) que na AB (35,2%).

E é exatamente na faixa entre 30 e 49 anos — período em que se concentram as maiores responsabilidades familiares — que o índice dos que não quiseram declarar sua opinião alcança a 23% contra apenas 30,3% dos que apoiam explicitamente a Anistia sem restrições.

Este fato adquire maior realce quanto entre os menores de trinta e maiores de cinquenta o apoio é de 41%. A maior definição dos homens e dos mais jovens e a maior aceitação (7%) da Anistia Parcial pelas classes mais altas são traços que se repetem no Rio. A maior prudência dos mais velhos em relação aos mais jovens é confirmada, mas obscurecida pelo fato de que a prudência é maior entre os entre 30 e 49 anos. Nestes últimos, a soma dos que não têm opinião formada com os que não a desejaram declarar chega a 38,5% contra 24,8% dos menores de trinta e 31% dos maiores de 50.

São Paulo

A menor definição das classes mais baixas e dos com mais de 50 anos é um traço encontrado em S. Paulo. A Anistia Ampla, Geral e Irrestrita já possui o apoio de 46% dos paulistas da classe AB, mas apenas de 31% dos CD. Esta diferença decorre basicamente do desconhecimento do que é Anistia que nas classes mais baixas chega a 18,4%. Os com mais de 50 anos mostraram definição um pouco menor e maior prudência. Ainda que neles seja menor o número dos que não sabem o que é Anistia (lembrança da campanha de 1945?) é maior o número dos que se não quiseram pronunciar ou não têm opinião formada. A diferença ao nível de definição entre homens e mulheres também se observa em São Paulo, mas é pequena — apenas 4%.

Porto Alegre

Em Porto Alegre o maior apoio a Anistia sem restrições e a menor aceitação de uma anistia parcial. Os homens um pouco mais que as mulheres, os de classe de média para cima um pouco mais que os de média para baixo, os mais jovens um pouco mais que os mais velhos, mas o apoio à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita obteve sempre o apoio de mais de 40% dos gaúchos. É em Porto Alegre, também, que a Anistia Parcial obteve seus menores índices de apoio não só em relação à média das demais cidades como em relação a qualquer das variáveis analisadas.

A exclusão dos que pegaram e armas para lutar contra o governo (apodados de «terroristas») só foi aceita por 2,8% dos porto alegrenses — sendo que só obteve o apoio de 0,4% dos de classes mais baixas e 1,5% dos menores de 30 anos.

Recife

Em Recife a polarização: a maior reação contra a anistia (24%) e a maior taxa de desconhecimento do que ela significa (19%) coexiste com um índice de aprovação de Anistia Irrestrita que já beira os 46% na classe AB e é de 42% entre os mais jovens. É exatamente entre os mais jovens que é maior a divisão — com 42% apoiando a Anistia Irrestrita e 36% se opondo à Anistia. Ainda que a oposição contra a Anistia não chegue a 25% dos recifenses pode-se especular se esta maior oposição não seria, concomitantemente, base e reflexo da intransigência da Justiça Militar pernambucana com relação, p. ex., aos presos políticos que já deu origem a greves de fome e várias denúncias de familiares e órgãos ligados à defesa dos direitos humanos. Deve-se também levar em conta para explicar o índice de desconhecimento do que é Anistia, especialmente nas classes baixas de Recife, não só a sua pobreza e baixo grau de acesso a leitura de jornais como a organização muito recente do núcleo local do Comitê Brasileiro pela Anistia. O núcleo pernambucano do CBA — que está ampliando a luta até então levado apenas pelo MFPA — começou a se organizar no fim do ano passado e seu lançamento oficial deverá ocorrer no próximo dia 18.

POSIÇÃO SOBRE ANISTIA	Total (%)	Classe (%)		Sexo (%)		Faixa Etária (%)		
	Base	A/B	C/D	M	F	14/29	30/49	50 e +
SIM — Para todos	38,9	42,5	35,3	40,9	37,0	41,6	37,4	37,1
SIM — Menos para terrorista	4,9	6,9	2,9	5,7	4,1	4,8	5,1	6,2
CONTRA	17,5	15,5	19,5	17,3	17,7	23,3	13,8	13,3
Não tem opinião formada	14,4	14,1	14,7	14,7	14,1	10,8	17,0	17,0
Não quis responder	10,9	11,7	10,1	10,3	11,5	9,6	15,5	12,2
Não sabe o que é Anistia	13,3	9,2	17,4	16,6	23,3	10,8	11,2	14,2
(BASE)	3.000	1.500	1.500	1.500	1.500	1.200	1.200	600

FONTE: Pesquisa de campo: Instituto Paulista de Pesquisas de Mercado — IPPM

Anistia de Getúlio a Figueiredo

A anistia de 1945 foi conquistada graças às pressões populares contra a ditadura de Vargas, através de movimentadas passeatas e comícios. Entretanto, por maiores que possam parecer as semelhanças daquele momento com a nossa situação de hoje, existem diferenças profundas que não podem ser esquecidas ou ignoradas.

Por Elvira C. Oliveira e Luiz Nadai

«É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste Decreto-lei». Deste modo, há 34 anos, era concedida anistia total a aproximadamente 600 brasileiros atingidos pela repressão do Estado Novo, inclusive integralistas notórios que estavam presos ou exilados, como era o caso de Plinio Salgado. A caminhada para a anistia tinha sido longa e árdua, mas, enfim, vitoriosa.

Desde 1943 a campanha pela anistia vinha acumulando forças, inicialmente sob impulso do Partido Comunista Brasileiro — PCB — mas posteriormente com a adesão de outros setores sociais democráticos e contrários à ditadura de Vargas. Entretanto, é somente no final de 1944 e inícios de 45 que a campanha adquire um maior vulto, quando várias entidades a assumem, tais como: Sociedade de Amigos da América e Liga de Defesa Nacional, presidida por Oswaldo Aranha. A Liga era uma «velha instituição patriótica» fundada por Olavo Bilac, que a partir do final de 1944 e início de 1945 começa a ser reativada e controlada pelos comunistas, que conseguem levar a luta pela anistia às ruas, em passeatas, comícios, etc.

REVER CASO POR CASO, INDIVIDUALMENTE

Assim, a ditadura de Vargas inicia o ano de 1945 em pleno processo de esfacelamento, premida pela conjuntura do pós guerra. Crescia a luta pela democracia em todo o mundo com sucessivas vitórias sobre o nazi-fascismo. Os Estados Unidos, por sua vez, pressionavam o Brasil para uma normalização política já que para tê-lo como um parceiro na Organização das Nações Unidas, que estava sendo criada, este não podia ser uma ditadura. Como reflexo dessa situação, ocorre o crescente isolamento do Estado Novo com as mobilizações contra Vargas — se avolumando. Na capital do País, puxadas principalmente pelos estudantes com grande participação dos setores médios, adquiriam maior vulto; os comitês de estudantes pró-anistia se multiplicavam rapidamente e a ditadura perdia bases sociais de sustentação.

Em fevereiro deste ano Vargas é obrigado a se manifestar sobre a anistia e tenta ganhar tempo dizendo que para a concessão da anistia teria que se considerar antes a repercussão que ela teria sobre as Forças Armadas e a vida brasileira e que «cada caso seria estudado individualmente». Nesse mesmo mês, no dia 28, promulga um Ato Adicional tentando adaptar o Estado Novo a esta situação de fortalecimento do movimento pela democratização da sociedade, é uma espécie de reforma no regime ditatorial, com promessas de democracia.

Entretanto, os malabarismos do ditador não eram mais suficientes para conter as manifestações pela democratização e consequentemente, pela anistia. Em 21 de março é criada a União dos trabalhadores, intelectuais reivindicando liberdades democráticas e anistia, com grande repercussão a nível nacional. Logo em seguida os trabalhadores da imprensa e do rádio criam um comitê pró-anistia e no dia 3 de abril é lançada a Campanha Feminina pela Pacificação da Família Brasileira defendendo a anistia ampla e irrestrita. «Somos mulheres de todas as classes e profissões. Apelamos para todas as mulheres brasileiras para uma participação direta no movimento da anistia. Apelamos para que todos participem diretamente do movimento da anistia, seja organizando comissões de bairros, seja participando de comícios populares, palestras radiofônicas, reuniões populares...» Assim várias categorias profissionais aderem formando comitês por todo o País. E a Semana Nacional Pró-anistia, organizada pela União Nacional dos Estudantes — promovendo comícios por toda a parte — adquire efetivamente um caráter popular.

Os comícios em praça pública reuniam sempre, em São Paulo e no Rio de Janeiro, 30 a 40 mil pessoas. Militares de grande prestígio dentro das Forças Armadas — tais como Eduardo Gomes, Juarez Távaro e Juracy Magalhães — cada vez mais se posicionavam contra o Estado Novo, pela democratização e pela anistia. Concretizava-se assim o isolamento de Vargas que, a partir de abril, começa a ceder às pressões populares e de outros setores sociais. Primeiramente o Supremo Tribunal concede «habeas-corpus» a Armando Salles de Oliveira, Otávio Mangabeira e Paulo Nogueira Filho, permitindo-lhes a entrada no País, pois se encontravam exilados.

Em seguida muitos outros políticos brasileiros também consegem «habeas-corpus» e no dia 11 de abril o Supremo Tribunal decide que todos os exilados poderiam retornar ao País. Logo após Vargas é obrigado, pressionado pela opinião pública, a assinar um decreto reintegrando os professores Castro Rebelo, Leônidas de Resende e Maurício de Medeiros em suas cátedras universitárias, das quais estavam afastados desde 1935 por terem feito oposição ao regime. Finalmente no dia 18 de abril é assinado o decreto-lei 7.474 concedendo anistia a todos que vinham cometendo crimes políticos desde junho de 1934. Entre outros foram beneficiados: Otávio e João Mangabeira, Carlos Marighela, Pedro Aleixo, Odilon Graba, Washington Luis, Francisco Mangabeira, Hermes Lima, Otávio Malta, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Gustavo Barroso, Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, Benjamim Soares Cabelo, Manoel Venâncio Campos da Paz, Aparício Torelli, Pedro Motta Lima, Heloisa Prestes, João Café Filho, Heolino Cascado. Enfim, 563 presos políticos, entre os quais mais de uma centena de comunistas e quase todo o Comitê Central do PCB (Miranda, Rodolfo Guioldi, Harry Berger, Arthur Ernest Hewert e Luiz Carlos Prestes).

AMPLA, GERAL, MAS RESTRITA

Como a repressão durante o Estado Novo — capitaneada por Felinto Muler e sua polícia política e institucionalizada através do Tribunal de Segurança Nacional — atingiu indistintamente comunistas, integralistas, liberais, políticos burgueses e elementos da própria burguesia (Julio de Mesquita Filho, Armando Salles de Oliveira, etc), também a anistia tinha que ser ampla. Em nenhum momento, durante toda sua campanha, se cogitou de uma anistia parcial e, mesmo o pronunciamento de Vargas, em 2 de março, dizendo que haveria resistências das forças armadas ao retorno dos militares que tinham participado do movimento de 1935 não teve maior repercussão.

Pelo contrário, quase como que uma resposta a este pronunciamento, é que o general Dutra — ministro da guerra do próprio Getúlio — e o brigadeiro Eduardo Gomes aderem à luta pela anistia total e pela democratização. A própria burguesia, através principalmente da Campanha Feminina pela Pacificação da Família Brasileira, acaba aderindo — em princípios de abril de 45 — à campanha pela democratização e pela anistia, na medida em que tinha sido atingida, também, pelo ditador. Assim, contando com o apoio dos mais amplos setores sociais a campanha tomou um grande impulso a partir de abril.

Entretanto, Vargas não perdeu totalmente o controle da situação e conseguiu fazer passar um decreto de anistia bastante restrito. O 2º e o 3º artigos desse decreto (veja box ao lado) acabaram impondo tantas condições e restrições à reintegração dos militares e funcionários públicos, que muitos deles — principalmente os militares que fizeram oposição à esquerda — não conseguiram reintegração. Assim, ficou garantido que não houvesse nenhuma grande alteração na composição das Forças Armadas.

Quanto aos crimes praticados durante o Estado Novo, estes não foram apurados e mesmo a CPI montada em 1946 através da união do PCB — então na legalidade — da UDN e outros partidos menores não conseguiu terminar seus trabalhos, caindo no esquecimento após a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos através do PCB. Mesmo apesar de não ter concluído seus trabalhos, esta CPI conseguiu reunir depoimentos suficientes para incriminar, pelo menos, Felinto Muller. Entretanto, nada disso aconteceu e o chefe da repressão continuou livre e participando do Parlamento como senador.

Torturadores

Figueiredo-pai queria punir Figueiredo-filho nada diz

Dois aspectos definem bem a característica da campanha pela anistia em 1945 e marcam as diferenças com relação à questão da anistia hoje. O primeiro aspecto é o fato de que os mais diversos setores da burguesia participaram ativamente da campanha pelo simples fato de precisarem da anistia para que seus expoentes máximos pudessem voltar e atuar politicamente pelo país. Com isto, os meios de comunicação de massa da época facilmente se sensibilizaram pela anistia e muitas portas foram abertas. Hoje, ao contrário, a burguesia não tem este interesse imediato e somente os seus setores mais liberais se sensibilizam pela questão, mesmo assim, falam em uma anistia parcial ou recíproca. Portanto, somente os liberais mais conseqüentes e a esquerda é que não se deixam levar pela proposta de 80% de anistia como propõe Dinarte Mariz.

Do lado dos militares, mesmo os que fazem oposição ao regime, ficam todos arrepiados quando ouvem falar em anistia aos que pegaram em armas e punição aos torturadores. Aqui temos o segundo aspecto que marca uma distinção fundamental entre o Estado Novo e o regime de hoje. A ditadura de Vargas foi um governo civil onde as Forças Armadas enquanto Instituição nunca estiveram envolvidas diretamente com a prática de torturas e por isto foi possível se obter de militares como Dutra, Eduardo Gomes, Euclides Figueiredo e outros a condenação da violência do Governo de Getúlio sem colocar em xeque as próprias Forças Armadas. Por esta razão é que o pai do nosso presidente — Euclides Figueiredo — pode se tornar deputado pela UDN juntamente com José Maria Crispim — deputado pelo PCB — o mais ativo membro da CPI dos Direitos Humanos, exigindo a punição dos torturadores.

Hoje, entretanto, seu filho jamais poderá assumir este papel, por mais que lhe doa a consciência. Qualquer condenação que se faça à prática de torturas nestes últimos 15 anos se atingirá diretamente as Forças Armadas, isto é, a essência do regime. Segundo a doutrina da Segurança Nacional estas ações foram praticadas durante a guerra contra a subversão, no cumprimento do dever e, segundo algumas fontes militares «não se pode sequer pensar em colocar esses oficiais denunciados como torturadores no banco dos réus, porque se estaria julgando a própria instituição que se lançou como um todo nessa guerra». Este é o limite intransponível que hoje os militares e o Governo tentam impôr. Para isso acenam com a proposta de uma anistia parcial que estabelece um claro divisor de águas de até onde poderá ir, no limite mais elástico, a chamada abertura política.

Portanto, estes são os aspectos mais significativos que marcam o caráter distinto da luta pela anistia levada a cabo hoje. Ou se joga com as cartas marcadas da proposta do Governo, partindo do pressuposto que nenhum militar «admitirá nunca ser julgado por seus atos em defesa do sistema e do regime», considerando que tudo foi feito em função da «necessidade de guerra para se parar com os atos terroristas», conforme argumentam os militares; ou se tenta romper com estes limites levantando cada vez mais alto a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita.

Anistia: decreto-lei de 1945

Neste decreto os militares e os funcionários sofreram várias restrições para serem reintegrados às suas funções

«Art. 1º — É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste Decreto-lei.

Parágrafo 1º — Não se compreendem nesta anistia os crimes comuns não conexos com os políticos, nem os praticados, em tempo de guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-lei nº 4.766 de 1º de outubro de 1943.

Parágrafo 2 — Consideram-se conexos para os efeitos deste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 2º — A reversão dos militares, beneficiados por esta lei, aos seus postos, ficará dependente de parecer de uma ou mais comissões militares, de nomeação do Presidente da República.

Art. 3º — Os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos semelhantes, à medida que ocorrem vagas e mediante revisão oportuna de cada caso, procedida por uma ou mais comissões especiais de nomeação do Presidente da República.

Art. 4º — Em nenhuma hipótese terão os beneficiados por este Decreto-lei direito aos vencimentos atrasados ou suas diferenças, e bem assim a qualquer indenização.

Art. 5º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação».

Anistia para os trabalhadores é liberdade de luta na fábrica

Em abril de 1964 o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte - Contagem sofreu intervenção. O presidente em exercício era Ênio Seabra, metalúrgico da Mannesmann e um dos mais combativos dirigentes sindicais de Minas Gerais.

A história de Ênio e do Sindicato que ele dirigia contêm os ingredientes comuns às histórias dos sindicatos brasileiros garroteados pela CLT e duramente perseguidos após o golpe de 1964.

Ênio foi admitido na Mannesmann em 1953 e em 1959 já era diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, cargo para o qual foi reeleito no biênio seguinte (1961-1963). Em 1963 chega a Vice-presidência e em janeiro de 1964 à presidência, em razão do afastamento (voluntário) do presidente eleito. A intervenção no Sindicato não afasta Ênio de suas bases: em 1967 é eleito Presidente, mas não toma posse: seu nome foi impugnado pelo Delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana. Entre 1968 e 1969 é preso cinco vezes. Além da perseguição policial, também ficou sem emprego: a Mannesmann o despediu por ter participado de greve por aumento salarial. Em 1969 teve seus direitos políticos cassados por 10 anos.

No dia 30 de abril próximo, Ênio recobrará seus direitos políticos mas a permanecer a atual legislação trabalhista ele jamais poderá ocupar qualquer cargo sindical. Hoje, com 48 anos, Ênio fala sobre a intervenção em 1964, as perseguições que sofreu e afirma a necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Segundo ele «a anistia proposta pelo governo vai ser uma farsa porque ela não pode ser para algumas pessoas, não pode ser restrita. Há muitos líderes sindicais que foram cassados e exilados em 1964 e inclusive, para os trabalhadores, a anistia é liberdade de luta na fábrica e liberdade para os sindicatos, é o fim da tutela do Ministério do Trabalho».

Ênio Seabra, líder sindical mineiro cassado

Depoimento a Carlindo Rodrigues e Juarez Guimarães

Antes de 1964, o Sindicato tinha mais força para reivindicar salário. Não havia repressão ostensiva. Nas greves sempre houve perseguição, mas os operários não eram demitidos na preparação das greves. A gente mandava dentro da fábrica, ia de um setor a outro. As indústrias, os patrões não tinham ligações entre si. Não havia as «listas negras». Hoje a repressão é pior, mais atuante, os patrões mais organizados. Em 1973, fui trabalhar na cantina da Mannesmann para uma firma que pegou uma empreitada, mas o DOPS mandou-me sair da Mannesmann.

O que atrapalha hoje o trabalhador é a repressão. Não tem ninguém prendendo minha boca. Mas, se eu perco meu emprego, não vejo onde achar outro. Quem está preso tem mais segurança do que quem está desempregado, porque tem auxílio-reclusão para a família. Fiquei cinco anos sem arranjar emprego em nenhuma firma depois de minha demissão da Mannesmann em 1968.

Nós fomos eleitos em 1963. O presidente, Onofre Martins, que hoje é diretor da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) se afastou em janeiro de 1964. A gente queria ser objetivo em relação às lutas da classe, queria que o sindicato participasse de todos os movimentos da classe, seja as greves, etc, e que não ficasse vinculado ao Ministério do Trabalho. O golpe interrompeu nosso esforço, cujo objetivo era organizar a classe para a luta junto com outros sindicatos.

1964: A INTERVENÇÃO

Com o golpe eles não fizeram intervenção imediata: apareceu primeiro um coronel que queria participar diretamente dentro do Sindicato. Havia cartazes pregados nas paredes pedindo reforma agrária, estabilidade, defendendo a União Nacional dos Estudantes, etc. O coronel achou que a parede estava um pouco suja e pediu-me que limpasse a parede, eu não aceitei.

Defendi a reforma agrária dizendo que os camponeses têm direitos que devem ser respeitados. Que os operários só terão vida melhor quando a situação dos camponeses melhorar também. O Cel. pediu a documentação do Sindicato. Aí eu procurei Onésimo Viana e lhe disse que não forneceria documentação para o Cel., mas forneceria para a DRT quando Onésimo quisesse. A intervenção no Sindicato veio logo em seguida e o interventor foi Onofre Martins Barbosa indicado pela ID-4, segundo o próprio Onésimo Viana. Eu não fui demitido porque tinha imunidade sindical.

Nessa época, não houve perseguição em massa como em 1968. A repressão maior foram as intervenções nos Sindicatos, que tiraram a mobilização da classe, as lideranças sindicais foram cortadas, como nos casos de Dazinho (deputado-operário, representante dos mineiros de Nova Lima), Bambirra (deputado - operário e líder tecelão), Riani (liderança na CGT), Ziller, Faria e Fausto Drumond (bancários) e outros.

1967: A IMPUGNAÇÃO

De 64 a 67 foi feito o trabalho de rearticulação da classe. A participação no Sindicato e a sua reconquista era ponto de honra na luta operária dos metalúrgicos de BH-Contagem. Em 1967, apesar da preocupação da classe com a repressão policial e patronal, foi possível - com um mínimo de pessoas disponíveis - a gente fazer uma chapa. A concorrência foi meio pau-a-pau, porque eles criaram um grupo em torno deles devido a empréstimos, cooperativa habitacional, bolsas de estudo e assistência social a que o Estado obrigava o sindicato, que usava isso como arma na época das eleições.

A chapa Verde concorreu contra a azul deles. A Verde encarnava assim um maior objetivo para as lutas da classe operária, nosso programa de lutas era contra o arrocho, pelo direito de greve, contra o FÇTS, pela liberdade sindical. Nosso reduto era a Cidade Industrial, na época não tinhamos uma ligação com os bairros e as paróquias operárias, o trabalho dependia 90% do sindicato.

Enfim, vencemos por 73 votos mas demos uma lavada na Cidade Industrial. Só na Mannesmann a Chapa Verde teve 90% de votos, mas aí veio a impugnação de meu nome e nunca me foi dada nenhuma explicação. Falaram que havia uma portaria dizendo que nenhum elemento que participou da diretoria de antes de 64 poderia participar do Sindicato. Mas havia 5 elementos da chapa de Sebastião que haviam participado, como eu, da diretoria que sofreu intervenção. E eles não foram impugnados.

PRESO CINCO VEZES

No dia 3 de maio de 1968 fui intimado a comparecer no DOPS, fui lá e o delegado David Hazan apresentou um mandado de prisão do Cel. Medeiros contra mim. Fiquei preso sete dias; fui interrogado sofrendo pressão moral. Na Mannesmann houve ameaça de greve se eu não fosse solto.

Na noite do dia 30 de setembro de 1968 fui preso pela segunda vez. Fiquei sete horas preso. Soltaram-me de manhã, fui em casa às 11:15 cheguei na Companhia: era o dia marcado para começar a greve. Ao meio-dia a fábrica estava parando. No dia 3 de outubro de 1968 fui preso junto com dezenas de operários na Igreja do bairro Inconfidentes. O Sindicato sofreu intervenção no dia 1º de outubro, por isso a assembléia para decidir se a greve continuava ou não estava sendo realizada na Igreja. A polícia cercou a Igreja e nos prendeu e eu fiquei preso mais ou menos 45 dias.

Minha quarta prisão foi na véspera do 1º de maio de 1969. Eu estava com minhas quatro crianças quando a polícia chegou me levaram e elas ficaram sozinhas em casa. Fiquei três dias e acho que me prenderam só por prender. Na última prisão fiquei 105 dias. Foi em julho de 1969, no bairro Amazonas.

O AI 5 não caiu

As relações e as vinculações entre a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e a legislação sindical brasileira são íntimas e inseparáveis.

Por Maurício Godinho

Talvez para surpresa de alguns, a resposta indica que certamente há uma grande vinculação entre as duas coisas, podendo-se afirmar que uma anistia não será completa se não abranger os casos que ocorrem na vida sindical do País.

Isso porque a lei sindical brasileira prevê uma série de medidas punitivas para os trabalhadores, com respeito à vida sindical, configurando uma inequívoca situação de opressão política que deveria ser tratada quando se falasse de Anistia.

O exemplo mais ostensivo dessa situação encontra-se no art. 530 da CLT que arrola um sem-número de impedimentos para o trabalhador participar de diretorias sindicais. O que chama mais atenção é o fato dessas punições, em alguns casos, serem permanentes, isto é, prevalecerem por toda a vida do trabalhador. Não seria por acaso que a CLT passou a ser considerada como o AI-5 perpétuo dos trabalhadores.

Assim não podem (para sempre) ser eleitos para cargos sindicais ou permanecer neles os trabalhadores que não estiverem no gozo de seus direitos políticos; aqueles que tenham sido destituídos de cargo administrativo ou de representação sindical (e esta destituição acontece através de uma simples portaria do Ministério do Trabalho ou de seus prepostos regionais); e ainda aqueles que defendam princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado.

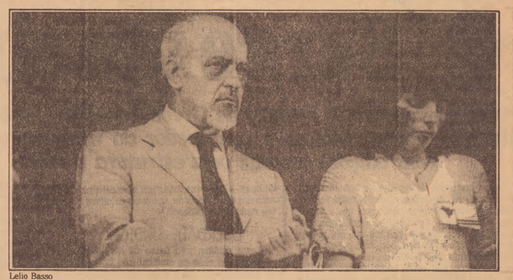
Em todos esses casos, o trabalhador pode ter seu nome impugnado nas chapas que concorrem a eleições sindicais ou ser destituído da direção sindical caso já tenha sido eleito. É bom observar que a autoridade que o impugna ou destitui é o Delegado Regional do Trabalho e ao trabalhador cabe recorrer para o Ministro do Trabalho, o que certamente acaba dando na mesma.

A Portaria 3.435, de 1974, do Ministério do Trabalho acrescentou ainda a proibição de estrangeiros serem eleitos para cargo sindical.

Além disso, a lei de greve (Lei 4.330, de 1964) considera crime, punível segundo o Código Penal comum, a participação em greves «ilegais» os piquetes, o desrespeito à decisão da Justiça do Trabalho que declarar ilegal uma greve. Já a Lei de Segurança Nacional arrola fatos da mesma natureza como crimes contra a segurança nacional. Finalmente, aos estrangeiros, além dessas, uma medida especial: a expulsão do País.

CULPADO

Jean-Paul Sartre



Lélio Basso

O forte sistema de censura à imprensa vigente no país em 1974 e 1975 impediu que a opinião pública brasileira tomasse conhecimento, substantivamente de um julgamento singular ocorrido na Europa: a ditadura do nosso país estava no banco dos réus, acusada de violação sistemática dos Direitos Humanos.

O governo do general Ernesto Geisel não mandou na época representantes para fazer a defesa nem da «Revolução de 1964», nem do «Milagre Brasileiro». Mas mesmo assim, o júri sentiu-se com a consciência muito tranqüila para dar um veredito que condenava as autoridades brasileiras, junto com a de outros três países, Bolívia, Chile e Uruguai.

Trata-se do **Tribuna l Russel II**, coordenado e presidido pelo senador Lelio Basso, da esquerda independente italiana, um especialista em Direito e teórico do marxismo, que faleceu há poucos meses depois de participar ativamente em novembro do Congresso Brasileiro pela Anistia, em São Paulo. O escritor francês Jean Paul Sartre foi o presidente de honra da iniciativa.

AS ORIGENS EM 67: CRIMES NO VIETINÃ

Em novembro de 1966, o celebre Lord Bertrand Russel — filosofo e matemático inglês, Prêmio Nobel de Literatura em 1950, muito conhecido pelos pretestos contra a violência imperialista e contra o perigo atomico — reuniu em Londres uma quinzena de democratas de vários países a fim de constituir um organismo que examinasse e julgasse os crimes do governo norte-americano no Vietinã. A iniciativa recebeu o nome de **Tribunal Internacional para os Crimes de Guerra**, simplificado depois para **Tribunal Russel** em homenagem ao seu inspirador.

Este **Tribunal realizou duas sessões: uma em Estocolmo, de 2 a 10 de maio de 1967; outra em Roskilde, Dinamarca, de 21 a 30 de novembro daquele mesmo ano. Ambas tiveram caráter decisório. Primeiramente, o Tribunal condenou especialmente o governo dos Estados Unidos como culpados de três crimes internacionais: a guerra de agressão contra o Vietinã: os atentados contra a soberania, a integridade territorial e a neutralidade do Cambodja, e os bombardeiros sistemáticos 1de objetivos de caráter puramente civil, a segunda sentença acrescentou a consideração dos Estados Unidos como culpados de uma agressão contra o povo do Laos, assim como de três series de violações do direito de guerra relativas, respectivamente, à utilização e experimentação de armas proibidas e tratos desumanos contra as populações civis. Finalmente, o governo imperialista norte-americano foi considerado culpado do crime de genocídio contra o povo vietinatês.**

RETOMADA EM 71: DITADURA NO BRASIL

A origem do Tribunal Russel II remonta a 1971.Um grupo de refugiados politicos brasileiros, residentes no Chile, procuram o professor Lélio Basso, para sugerir-lhe uma segunda iniciativa do organismo, agora dedicada à repressão de que vinha sendo vitima a população brasileira. Ele topou a parada e reuniu «desde então, todas as forças, o ardor, o engenho e dinamismo para a organização deste tribunal».

Um comitê de promoção constituiu-se com a participação de três antigos membros do Tribunal I Basso, Vladimir Dedjer, e Jean Paul-Sartre, além derepresentantes da Fundação. Bertrand Russel em favor da paz.

Depois de dois anos de esforços, chegou-se, em 6 de novembro de 1973, à constituição do **Tribunal Russel II**, em Bruxelas. Neste encontro,, os membros presentes, por unamidade, alteraram um pouco o eixo das investigações, diante do impacto causado por um dos episódios mais sangrentos da história politica da América Latina, ocorrido menos de dois meses antes — a derrubada do governo constitucional de Salvador Allende, presidente assassinado do Chile.

Lélio Basso descreveu o surgimento assim: «Inicialmente, o **Tribunal Russel II** foi projetado para julgar somente a repressão no Brasil. Mas, depois do golpe chileno, a própria viúva do presidente Salvador Allende rogou-nos que o Tribunal se ocupasse também do Chile». Justificando a ampliação da meta primeira o senador italiano assinalou que não se tratava apenas de acrescentar um país a outro país, «mas de destacar o fato de que entre os generais brasileiros e os generais chilenos, como também entre a policia, existiam acordos que contribuiram para preparar o golpe de estado chileno». E mais: «O mesmo havia sucedido no Uruguai e Bolivia. O do Brasil não era somente um caso de ditadura militar, mas aparecia como um modelo que tendia a extender-se por toda a América Latina», declarou Bassoo no seu discurso de abertura, em 1974.

AS JORNADAS DE ROMA: MUITA INFORMAÇÃO E ANGUSTIA

Dois anos de intensos trabalhos de organização e a colaboração de um grande número de juristas, politicos, médicos, escritores, estudantes, administradores, entre outros profissionais, tornaram possivel que no dia 30 de março de 1974, o Tribunal Russel II, iniciasse suas sessões em Roma. Ao longo de sete dias de duração, isto é, até 5 de abril, o organismo celebrou 13 sessões, em audiências pela manhã e à tarde, cinco numa sala cedida pelo Conselho Nacional de Investigação da capital italiana, e as restantes nas dependências da Federação dos Operários Metalurgicos.

Um extenso volume de informações acerca das violações dos Direitos Humanos e das Liberdades fundamentais no Brasil, Chile, Uruguai, Bolivia e outro países da Amèrica Latina, surgiu nestas jornadas, através de provas verbais escritas e filmadas, bem como das atas de acusação, informes técnicos, documentos periciais e vivos depoimentos de testemunhas, que haviam sofrido e presenciado as mais atrozes violências politicas.

O material resultante desta compilação é angustiante, tanto por sua extensão, como por seu conteudo, passando das três mil páginas o total do que o Tribunal pode tornar público. Neste material, inclui-se grande parte da documentação audio-visual, remetida ao Tribunal por meio de filmes e fitas de gravador.

O segundo grande encontro do **Tribunal Russel II** deu-se em Bruxelas, de 11 a 17 de janeiro de 1975, para analisar mais especificamente questões como: «Por que povos inteiros são privados de direitos elementares? Por que todas as manifestações da vontade popular são brutalmente reprimidas? Por que os direitos de propriedade das classes tradicionalmente donas do poder são so únicos direitos individuais respeitados? Por que a politica do governo avança no sentido de um desenvolvimento econômico desenfreado, sempre destrutivo dos valores humanos e culturais dos pobres? E por que estes mesmos governos garantem privilégios exorbitantes para companhias estrangeiras e seus agentes?» Ou traduzindo melhor o rumo das indagações: desta vez o Tribunal Russel II pretendia descer a fundo nas razões nas sessões de Roma. A conclusão seguiu o caminho da condenação «à esta forma de desenvolvimento e organização da sociedade da qual o modelo brasileiro é o mais representativo».

A LEGITIMIDADE: O VEREDITO DAS MASSAS

Um debate sempre presente nos trabalhso do **Tribunal Russel** gravitava em terno da Legitimidade da iniciativa. Afinal, em nome de que e de quem, com que mandato, um grupo de cidadãos realizava reuniões públicas com o atrevimento de querer condonar nada menos que o governo de quatro países latino-americanos, em especiai o Brasil, acusados de violação dos Direitos Humanos? Ou então, com que direito estes ilustres senhores dos mais diferentes cantos do merido se arvoram em meter o bedelho na politica interna destes países, ferindo-lhes o rogulho e a soberania nacional, ao lançar as acusações dos mais «hediendos crimes»?

Ao discursar, na abertura do Tribunal Russel II, Lélio Basso respondeu a estas frequentes indagações da imprensa e dos politicos conservadores: «Ainda que esta tarefa não nos tenha sido confiada por nenhuma autoridade constituida, nos assumimos a responsabilidade em interesse do genero e em defesa da civilização. Nessa ação se baseia num interesse privado. Somos absolutamente independentes de qualquer governo e de qualquer organização oficial ou semioficial, e acreditamos firmemente poder expressar a profunda ansiedade inquietação da consciência de todos aqueles que, em muitas nações, se sentem irmãos. Acreditamos firmemente que nossa ação contribuirá para despertar a consciência do mundo». argunmentou ele.

O tribunal que investigou os crimes de guerra no Vietnã já havia enfrentado também a questão da legitimidade:%

«Somos perfeitamente conhecedores — frisou Sartre na sessão inaugural em 1967 — de não ter recebido mandato de ninguém. Mas se tomamos a iniciativa de nos reunir, o fizemos por que sabemos também que ninguém podia nos dar este mandato. Certamente, nosso Tribunal não é uma instituição, nem substitui a nenhum poder constituido: nasceu, melhor dizendo, de um vazio e de um toque de reunir».

O vazio a que se refeira o escritor francês era a falta de um organismo internacional oficialmente constituido e habilidade para julgar os crimes de guerra. O toque de reunir originava-se na consciência moral dos povos ofendida por aquilo que se sucedia no Vietnã e sobretudo partia do próprio povo vietnâmita, agredido pela potência mais forte do mundo.

Lélio Basso aplicou os mesmos argumentos de Sartre para justificar o **Tribunal Russel II**:

«Nós nos auto-nomeamos então os interpretes desta consciência moral, e nossa legitimidade deriva, por isso, da nossa capacidade para interpretar esta consciência». Tanto para o escritor francês quanto para o jurista italiano, a garantia da Legitimidade seria dada **a posteriori**, isto é, dependendo do veredito a que os povos dos outros países chegassem a propósito do Tribunal. «Se as massas ratificam nosso julgamento, então se converterá em verdade, e nós no momento mesmo em que nos apaguemos perante elas, que se constituirão em guardiões e testemunhas poderosas desta verdade, saberemos que fomos legitimados».

Naturalmente, os governos do Brasil, Uruguai, Bolivia e Chile não pensavam desta maneira e não compareceram para sentar-se no banco dos réus, embora tenham sido expressamente convidados pela comissão organizadora do Tribunal Russell I.

Já aconteceu na Europa: a ditadura brasileira foi parar no banco dos réus

A violação sistemática dos Direitos Humanos levou o governo militar de nosso país às barras de um tribunal, em 1974, o mesmo que havia condenado em 1967 o governo norte-americano por crimes de Guerra no Vietnam. A censura à imprensa na época impediu a divulgação das sessões européias ao júri. A partir desta semana, **Em Tempo** *publica conclusões e documentos do Tribunal Bertrand Russel II.*

Por Flâminio Fartini

Quem é quem no Tribunal Russel II

Presidente de Honra: Jean-Paul Sartre, escritor francês, que presidiu o Tribunal antes de suas crimes de guerra dos Estados Unidos no Vietnam.

Presidencia do Executivo: Presidente, Lelio Basso, doutor em Direito, especialista em Direito Internacional, senador da esquerda independente italiana, teorico do marxismo.

Vice-presidente: Vladimir Dedjer, historiador iugoslavo, professor nos Estados Unidos, Doutor em Direito.

Vice-Presidente: Gabriel Garcia Marques, escritor colombiano.

Vice-Presidente: Françoi Rgaux, professor de Direito Internacional da Universidade Católica de Louvain.

Vice-Presidente: Alberto Soboul, professor da Sorbonne.

Membros:

Abu Omar, representante da Organização pró-Libertação da Palestina, professor de Ciências Politicas nos Estados Unidos.

Juan Bosch, ex-presidente da República Dominicana.

Luiz Cabral, presidente do Conselho da Republica Democratica de Guine Bissau e do PAIGC (ausente).

Georges Casalis, teologo protestante.

João Cortazar, escritor argentino.

Giulio Girardi, teologo católico, docente do Instituto Católico de Roma.

Paul Rilliat, membro do Partido Social-Democrata Alemão e do Parlamento da Republica Federal Alema.

Alfred Kartler (frances, Premio Nobel de Fisica).

Emilio Maspero, secretário geral da Confederação Geral de Trabalhadores Latino-americanos (CLAT).

J.B. Metz, teologo Catolico, professor de Teologia na Universidade de Muenster (Republica Federal da Alemanha) (Ausente).

John Molggard, membro do Partido Socia-Democrata dinamarquês e diretor de sindical (ausente).

Joe Nordmann, secretário geral da Associação Internacional de Juristas Democratas.

Andreas Papandreu, secretário geral do Movimento Panhelenico.

James Petras professor de Sociologia da Universidade de Nova York.

Phan Van Bach presidente da Comissão de Crimes Americanos de guerra no Vietnam; vice presidente da Conferência de Advogados da Republica Democratica do Vietnam; vice-presidente do Tribunal Supremo Da Republica Democratica de Vietnam. (Ausente).

Laurent Schwartz, matemático, professor da Sorbonne.

Benjamim Spook, pediatra americano (Ausente)

Bruno Trentim, secretário geral da FLM.

Armando Uribe, professor de Direito Internacional, ex-embaixador de Allende em Pequim, membro da Junta Diretiva da Esquerda Cristã chilena.

Georges Wald, americano, professor da Universidade de Harvard, Prêmio Nobel de Biologia (Ausente).

Miguel Arraes acusa

«O regime militar brasileiro alegou que sem «segurança», isto é, sem repressão, não há evolução: o desenvolvimento econômico justifica todos os crimes: os assassinatos, as torturas, as prisões e perseguições políticas. O pretexto para as intervenções militares foi também a defesa da civilização ocidental e cristã. Como se Cristo, torturado e crucificado, houvesse recomendando a defesa de seus princípios mediante as formas mais bestiais e desumanas de pressão.»

Miguel Arraes

O ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cassado e exilado, foi quem leu a «Ata de Acusações» ao governo brasileiro, antes de serem ouvidas as testemunhas pelo **Tribunal Russel II**. Eis o texto de Arraes:

No começo de abril de 1964, um golpe militar aniquilou o governo constitucional do Brasil. Desde então, o poder ficou concentrado nas mãos de um pequeno grupo de oficiais. O general que ocupa a Presidência está dotado de faculdades para dissolver o Congresso, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais: para anular mandatos de senadores, deputados ou vereadores; para desistir juizes, militares e funcionários públicos; para proibir organizações politicas; para suspender os direitos politicos dos cidadaos, assim como para expropriar os bens de qualquer cidadão O direito de Habeas Corpus, mantido para os crimes comuns, foi abolido para os presos politicos.

No País se cultiva sistematicamente a desinformação da opinião pública e a censura alcança a todos os meios de difusão. São controlados os periódicos, as emissoras de rádio e televisão, cinema e teatro; os telefones e as cartas; e em géral todo quant se refere tanto à produção cultural e artistica como a livros e música. Estas são medidas previstas pela própria legislação da ditadura. As ações mais graves são executadas à margem das mesmas normas dessa legislação. A tortura foi transformad em atividade rotineira nas prisões brasileiras e chega a refinamentos sem precedentes na história do pais. Para isso se dispõe de órgão policial-militares especializados em tortura, como a Operação Bandeirantes e os Comandos de Operações de Defesa Interna, além do estimulo que recebem as atividades de grupos paralelos, como os Esquadrões da Morte.

No vértice desta atividade ilegal está a eliminação física daqueles que se opõe ao Regime. Como se pode ver pelas listas de nomes que dispõe o Tribunal, as vitimas da repressão pertencem a todas as tendências da oposição e procedem de todas as classes sociais. São estudantes operários, camponeses, intelectuais, artistas, religiosos, jornalistas profissionais, militares dos escalões médio e baixo, industriais e comerciantes pequenos e médios. Representam a esmagadora maioria das forças mais vivas e dinamicas da nação.

Os agentes do Regime alegam que tais atos ocorrem apenas com algumas pessoas que se haviam excedido na luta contra o Governo. A repressão, contudo, afeta a todo o povo, que se encontra privado das mais elementares liberdades. As organizações operárias, camponesas e estudantis foram suprimidas ou cairam sob o estrito controle policial. Nas igrejas do país, chega-se inclusive a utilizar aparelhos gravadores a fim de examinar a orientação dos sacerdotes na pregação do Evangelho, um exemplo extremo que pode servir para mostrar o alcançce do controle que se exerce sobre as diversas formas de associação, de reunião e de expressão.

A tendência inicial do Regime foi negar as formas mais violentas da repressão, executadas em segredo por seus órgãos policiais-militares. Acossado por forte clamor que se levantou nos meios internacionais, o Governo passou a alegar que sem «segurança, isto é, sem repressão, não há evolução Nesse caso, o proclamavel «milagre econômico» justificaria todos os crimes. Os assassinatos, as torturas, as prisões e perseguições, a carência de liberdades nada representariam se, entretanto, se estabelecesse solução para os problemas econômicos do País.

Alguns dados extraidos das publicações do próprio Regime dão conta não obstante, de que ocorre o contrário exatamente. Já antes eramos um País que mais se desdiscava pela concentração da renda e das propriedades agrárias nas mãos de uns poucos. Diversas correntes politicas, representativas de várias classes sociais, trabvam de descobrir uma solução para acabar com a enorme miséria dessas clamorosas desigualdades.

Com a ditadura, agravaram-se as condições de vida da população. Segundo estatisticas de 1970, o setor mais rico da população (apenas 1%) viu **aumentada** do 11, 72 ao 17, 77 % sua participação na renda nacional, enquanto que a do setor mais pobre (os 60%) diminuiu de 25,18 ao 19,90%.

No que é referente às terras, a ditatura as distribui em grandes lotes de dezenas ou, inclusive, centenas de milhares de hectares, na mesma forma de repartição utilizada pelo rei de Portugal, no século XVI. Naquela época, os indios eram expulsos on escravizados na região Cisteira. Hoje ocorre o mesmo com os que ainda vivem no Amazonas, ou na região centro-oeste, e com pequenos produtores que se assentaram ali faz muitos anos, como testemunham os protestos das autoridades religiosas.

Nas cidades, a situação não é diferente. A aquisição dos gêneros indispensáveis para a vida exige um volume muito maior de trabalho, segundo revela o Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Estatisticos, DIEESE, organisme de análise estatisticas oficialmente reconhecido. Em 1965, um operário necessitava fazer sete horas e 48 minutos de trabalho para comprar seis quilos de pão; em 1971, necessita 13 horas e 30 minutos; 26 horas e 24 minutos para comprar seis quilos de carne, em 1965, e 42 horas e 42 minutos, em 1971; de 4 horas 15 minutos para comprar 7,5 litros de leite, em 1965, e de 5 horas 22 minutos, em 1971; de 46 minutos para adquirir 600 gramas de café em 1965 e de 3 horas 23 minutos em 1971. Tendo em conta estes dados, o estrito controle sobre os salários e o fato de que, segundo o censo de 1970, os 42% dos trabalhadores recebiam menos do salário minimo legal, pode-se imaginar as graves consequências da politica que ditadura sobre a vida da população.

Não é preciso siquer imaginar, basta ler as declarações dos funcionários, e até de altos representantes do Governo, na imprensa por eles controlada. O presidente do Instituto Nacional da Alimentação afirmou, em dezembro de 1973, que 12 milhões de crianças idade préescolar, ou seja, os 70% da população compreendida nessas idades, sofria de desnutrição. A má alimentação é responsável por 10 milhões de casos de retardados mentais existentes no País.

Esta situação não existe tão só nas regiões pobres, como no nordeste do Brasil. Na cidade de São Paulo, principal centro industrial do País, onde produz-se o «milagre econômico», o indice de mortalidade infantil aumentou nos últimos dez anos. Estudos publicados em janeiro de 1974 mostram a relação existente entre esse aumento e a redução do salário real dos trabalhadores.

Entretanto, a situação para a maioria torna-se cada vez mais miserável: as riquezas nacional são entregues a grupos extrangeiros, através de concessões. E isto ocorre, precisamente, em um momento em que outras nações procuram defender suas riquezas aprovando medidas de caráter coletivo como as recolhidas nas resoluções da Conferência de Paises não Alinhados, celebrada em Argel. No Brasil, a legislação que havia sido conquistada, durane décadas, mediante lutas popularesd, foi abolida por decretos promulgados a partir dos primeiros dias de ditadura depois do golpe. As abundantes jazidas minerais do país, que a lei declarou patrimônio nacional, estão sendo agora destinadas a atender a escassez de matéria primas dos Estados Unidos e não no nosso próprio desenvolvimento.

A entrega não só dos minerais, mas das finanças, da indústria, do comércio exterior às grandes companhias multinacionais constitui, o objetivo declarado do Regime desde seu estabelecimento. A politica de interdependência, definida em pronunciamentos dos sucessivos generais que ocuparam o poder, aponta a uma integração cada vez maior, de nossa economia aos Estados Unidos. Essa dependência aceita e proclamada pelos agentes do regime se estende também ao plano politico, militar e cultural.

Em resumo, o pais encontra-se ocupado, o neocolonialismo implantado na América Latina desde o século XIX, e contra o qual lutam seus povos, é enriquecido agora com as experiências adquiridas pelas forças dominadoras em outras partes do mundo. Estabeleceu-se uma espècie de vietinamização preventiva com o propósito de retardar a libertação das nações hoje hoje subjugadas e exploradas.

A ditadura brasileira não é um caso isolado, mas a precursora de uma série de regimes semelhantes que se estabeleceram no campo de influência americana na última década. O Regime do Brasil ajudou a implantação das ditaduras da Bolivia e do Uruguai, e a Junta que arrasou o governo de presidente Salvador Allende, com a tradição do nosso continente, a pretexto para as intervenções militares ue nele se produzem é a defesa da civilização ocidental e cristão; como se Cristo torturao e crucifi ado, houvesse recomendado a defesa de seus principios mediante as formas mais bestiais e desumanas de repressão. O regime ditatorial, que utiliza estas formas repressivas para executar essa politica de transferência de propriedade dos interesses nacionais, carece de todo apoio popular. Pelo contrário, a tirania não faz calar o povo brasileiro.

Este Tribunal se reúne para ocupar-se d Brasil, entre outros paises latino-americanos, porque vive e luta com o objetivo de contribuir a derrubar a ditadura, essa forma de dominação imperialista sobre nosso pais. A solidariedade internacional fez possivel que o mundo identificasse-se ao verdugo do nosso povo, e agora permitirá que a consciência dos homens livres se manifesta através deste Tribunal, precisamente quando os generais celebram o décimo aniversário do golpe militar.

Na sentença que se pronunciará a seu momento, os crimes contra as pessoas humanas terão, certamente, um lugar destacado. Não se deverá esquecer que o maior crime contra o nosso povo, contra toda a nação brasileira, foi perpetrado ao colocar-se uma ditadura ao serviço dos que dominam e exploram esta nação.

Que os rigores da sentença recaiam sobre essa traição. Cumprido este dever, o povo brasileiro, que sabe ser grato a seus amigos, agradecerá ao Tribunal ajuda tão valiosa em sua luta.

Lelio Basso condena

«O inferno descrito pelo poeta Dante perderia em imaginação para a realidade das torturas brasileiras. O Tribunal Russel II vê na sistemática destruição do Estado de Direito, assim como nas violações das próprias leis, por parte da ditadura, não só a negação dos Direitos Humanos, mas, sobretudo, um meio para conseguir a liquidação de todas as conquistas realizadas progressivamente no curso da história do movimento operário e camponês. Há uma situação de opressão e miséria semelhantes às do capitalismo da era selvagem».

O Tribunal declara culpados de violações graves, repetidas e sistemáticas, dos Direitos Humanos, às autoridades que de fato exercem o poder no Brasil», foi o que concluiu o presidente do júri, Lelio Basso, que redigiu a sentença da sessão romana do Tribunal II e. A seguir um resumo dos termos da condenação:

Desde o golpe de 1964, a violação dos Direitos Humanos no Brasil vem se manifestando num ritmo de evolução de rara perfeição técnica que alcançou seu apogeu no Ato Institucional nº 5, na nova Constituição de 1969, e na institucionalização da arbitrariedade mediante diversos decretos; tudo isto não tarda em dar seus frutos em uma repressão minuciosamente orquestrada. Nelas, as molas do poder atuam de tal maneira que impedem aos cidadãos as organizações e aos sindicatos toda possibilidade de expressar um pensamento politico independente, como demonstra o balanço de dez meses de ditadura durante os quais 521 pessoas, entre elas 88 deputados federais, se viram privados de seus direitos politicos. Com a mesma rapidez de ação, dissolveram-se as Assembléias Legislativas dos estados de Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Pernambuco, e Sergipe. Em 1969, se produz um novo golpe de estado: um decreto dá ao poder Executivo a faculdade de exilar os inimigos politicos do regime. A Lei de Segurança Nacional, que já estava em vigor, é brutalmente reforçada mediante uma definição que não merece sequer a pena ser comendata, pois afirma que «constitui a garantia necessária para conseguir os objetivos nacionais frente aos antagonismos tanto internos como externos». É a velha história já conhecida: termos vagos e abstratos para que se possa utilizá-los como melhor convenha nos casos concretos.

O ponto máximo na destruição do estado de direito se alcança com um decreto de 1971: o Presidente se arroga a faculdade de ditar decretos confidenciais e inclusive, secretos, destinados a que foram torturadas no Brasil. Tem, igualmente uma lista dos torturadores e da descrição dos métodos altamente refinados que vem usando, assim como conta com informações detalhadas sobre a existência de locais públicos (repartições militares e quartéis) nos quais se pratica a tortura.

É difícil descrever em poucas frases todos os atrozes sistemas usados pelos torturadores para levar ao paroxismo o sofrimento das vítimas. Todos os meios de pressão física, psicológica, e moral vem sendo usados por parte de especialistas na matéria, que realizam seus atos de tal maneira que diante deles a imaginação de Dante perderia parte de sua força. Isto não é exagero: pelo que sabemos, no inferno descrito pelo poeta não se tortura a nenhuma criança. Não obstante, do Brasil conhecemos o caso de uma criatura de apenas um ano que foi submetida a descargas elétricas na presença de seu pai, que lançou-se sobre o torturador e foi assassinado imediatamente. Uma testemunha deu conta do caso de um advogado torturado junto com uma filha de seis anos, e outro da tortura de uma criatura de três anos na presença da mãe.

Ante todos estes fatos, tudo empalidece; mas não se pode deixar de mencionar a prática da tortura coletiva, no curso da qual alguns presos foram obrigados a martirizar a seus póprios companheiros. Todas estas torturas ocorrem no interior das prisões, mas algumas vezes se fizeram publicamente para levar o terror a população. É conhecido o caso dos camponeses cruciflcados num estadio da Bahia, que serviu de exemplo atroz para se que o presenciaram.

Caso alguém se colocasse o problema de qual possa ser a responsabilidade do governo nestas práticas, bastará dizer que as torturas se praticam em edifícios públicos (quartéis e locais da polícia), e que os torturadores dispõe de meios técnicos muito aperfeiçoados, sem falar na ajuda prestada por médicos para controlar cientificamente o limite da resistência física dos torturados. Uma testemunha confirmou a presença de um técnico estrangeiro e outro descreveu aparelhos de tortura muito aperfeiçoados, um dos quais era de fabricação norte-americana; finalmente, outra testemunha declarou que seu filho havia sido usado como vitima de tortura no curso de uma espécie de demonstração à que assistiam cerca de 70 oficiais do Exército, alguns dos quais se retiraram porque não podiam suportar tal espetáculo.

Entretanto, a tortura não é o aspecto pior de um regime que pretende a eliminação, por qualquer procedimento, de seus adversários. No Brasil, reina a violência a todos os níveis da vida e tal violência se prepara e se põe em ação com a mesma fria eficácia que manifesta na prática da tortura. Com precedentes desta natureza, a aparição do chamado «Esquadrão da Morte» não pôde despertar muita suspeita. Estes esquadrões foram organizados pouco depois do golpe de Estado. Começaram suas tarefas assassinando a delinquentes e a «marginais», cujos cadáveres eram abandonados nas carreteras acompanhados de cartazes escritos destinados a aterrorizar a quem os visse. Disso passou-se ao assassinato politico. E o tristemente famoso chefe do esquadrão, Fleury, se vangloria, sem a menor vergonha, dos numerosos assassinatos cometidos por ele pessoalmente e por seus homens. Uma vez que um juiz se atreveu a acusá-lo por seus crimes, ordenando seu encarceramento, Fleury recuperou rapidamente a liberdade graças a uma lei — sancionada com toda prontidão pelo Congresso Nacional —, votada expressamente para ajudá-lo a recuperar a liberdade.

Podia-se dizer muito mais; mas depois de quanto dizemos até aqui, será, talvez, necessário?

O Tribunal vê, na sistemática destruição do Estado de Direito assim como nas violações das próprias leis, por parte da ditadura, não só a negação dos Direitos Humanos, mas, sobretudo, um meio para conseguir a liquidação de todas as conquistas realizadas progressivamente no curso da história do movimento operário e camponês.

A arbitrariedade elevada à categoria de fundamento do Direito serve para relegar os trabalhadores — precisamente na época da civilização industrial avançada — a uma situação de opressão e de miséria propria, unicamente, do capitalismo na era selvagem.

Este **Tribunal** pôde comprovar efetivamente que nestes paises a remuneração dos operários não é sequer suficiente para permitir sua própria subsistência e a reprodução da força de trabalho. Os soldados armados que asseguram a vigilância dos operários em algumas fábricas chilenas, ou de camponeses em alguma região brasileira, representam a última fase de um sistema, que em nome de um modelo de desenvolvimento econômico, acaba por negar os fundamentos mesmos de qualquer sociedade industrial.

Com efeito, no que diz respeito à tortura, o **Tribunal** comprovou que vem evoluindo segundo um processo sensivelmente comum a todos os paises interessados. Os documentos e os testemunhos recolhidos neste **Tribunal** permitiram concluir que a forma primitiva da tortura — cujo fim essencial era o de obter confissões para iniciar processos ou informações para facilitar detenções arbitrárias — está hoje claramente superado. Como meio de investigação, a tortura converteu-se em uma sanção, suplementar gratuita. Com ela se trata de neutralizar a energia democrática e revolucionária, provocando o sofrimento fisico, a humilhação, a demolição moral da pessoa, ou sua total aniquilação mediante a criação artificial de ações de traição.

O **Tribunal** está convencido de que, longe de ser o fruto de um comportamento incontrolado, a tortura é uma atividade planificada, guiada conscientemente, que tem sua origem nos próprios governos nacionais que a organizam, e nos governos estrangeiros que a inspiram; no particular, o do Brasil, e com ele, o dos Estados Unidos. A tortura é igualmente um elemento de um plano politico que aspira a abandonar os operários nas mãos da oligarquia nacional e em mãos do imperialismo estrangeiro. Seja ela individual ou coletiva, física ou moral, privada ou pública, a tortura se converte, assim, em um método de governo.

A sentença que este sistema de governo merece deste **Tribunal** encontra seu principio e sua força na batalha daqueles que lutam no mundo contra esta forma da degradação humana, e em modo particular, na vontade de resistência daqueles que, ainda vítimas da tortura, continuam lutando: já que como indica o mesmo preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos, a insurreição contra a tirania e a opressão é o recurso supremo do povo.

O **Tribunal** teve ocasião de considerar os fatos dos quais teve conhecimento, dos assassinatos, torturas, detenções arbitrárias; da miséria de quem foi privado do trabalho, de cuidados de alimentação, bem como crimes cometidos contra qualquer das vítimas, bem como atentados contra o direito inalienável dos povos a decidir por si mesmos seu futuro politico, econômico e social. Esta é sua concepção de Direitos Humanos.

Os trabalhos desta primeira sessão foram dedicados à defesa do povo martirizado (...) Tais trabalhos permitiram chegar à conclusão que são empresas multinacionais e as classes dirigentes fiéis a elas são os beneficiários dos regimes fascistas instalados em numerosos paises da América Latina. Uma sessão posterior terá por objeto a análise em profundidade do papel desempenhado pelo governo dos Estados Unidos, assim como pelos organismos internacionais confinados à dependência direta deste governo, e pelas sociedades multinacionais responsáveis pela instauração e manutenção do poder de tais regimes.

Em consequência, o **Tribunal** declara **culpados** de violações graves, repetidas e sistemáticas, dos Direitos Humanos, às autoridades que, de fato, exercem o poder no Brasil (...).

O **Tribunal**, tendo em conta a essência destas violações, declara que as mesmas constituem, consideradas em seu conjunto, um crime contra a Humanidade cometido (...) pela autoridade que exerce o poder.

ABC

Surge um sindicalismo de massas

Prosseguindo com o balanço da Greve do ABC, EM TEMPO publica a primeira parte do depoimento prestado por José Alvaro Moisés, sociólogo e conhecedor do movimento operário. Veja as diferenças entre as greves de 1978 e deste ano, as contradições geradas pela estrutura sindical e a tendência à massificação dos sindicatos de trabalhadores.

Sem a pretensão de substituir as análises que, certamente, as lideranças sindicais estão fazendo sobre a grande greve de 1979, creio que é importante retomar o exame do seu significado, seja pela imensa repercussão política que ele já teve sobre sociedade como um todo, seja porque é um movimento que ainda está em curso e cujos resultados ainda não estão completamente definidos. Nesse sentido, a tentativa de outros setores sociais envolvidos pelas implicações políticas da greve, de analisar o seu significado talvez possa servir como contribuição para os rumos do movimento.

O primeiro ponto que pede uma consideração mais cuidadosa diz respeito ao fato de que essa greve — que, na verdade, é uma continuidade das greves de maio de 1978 — acena para o fenômeno da formação, em nosso País, de um verdadeiro **sindicalismo de massas**, que, na prática, rompe com o velho imobilismo da estrutura sindical subordinada ao Estado e projeta para o movimento operário a possibilidade de um movimento sindical estreitamente vinculado com os interesses de sua base.

As assembléias de massas do ABC — que mobilizaram setenta, oitenta e até mesmo 90 mil trabalhadores, no caso de São Bernardo — indicam que, se o sindicato tem sido, até recentemente, em nosso País, uma organização sem participação de base, isso se deve tanto ao caráter autoritário e centralizador da estrutura sindical como à prática das velhas lideranças sindicais, que, em sua maioria, estão muito aquém de alcançar por exemplo, a mobilização que as lideranças do ABC lograram realizar. As assembléias de massas mostraram que há, da parte das bases operárias, uma disposição prática de democratizar o sindicato — quer dizer, de suplantar uma estrutura rígida burocrática, que tradicionalmente tem paralisado as mobilizações de base — para construir um sindicalismo enraizado em decisões cada vez mais coletivas e cada vez mais democráticas.

LIBERDADE SINDICAL

Neste sentido, não deixa de ser interessante observar, no caso do sindicalismo brasileiro que no momento mesmo em que as lideranças sindicais «autênticas» colocam o problema da liberdade sindical, como saída para romper com o tradicional imobilismo que marca a história do nosso sindicalismo, desde os anos 40, que a grande inovação deste ano foi uma mobilização massiva, que não ocorria mesmo antes de 64, que aponta na direção de uma progressiva democratização do sindicato brasileiro.

Entretanto, como essa inovação teve de ocorrer dentro do quadro das próprias estruturas sindicais tradicionais, ela apresentou a contrapartida de todos os problemas decorrentes de qualquer mobilização de massa que, entretanto, não contam com a intermediação de organismos de base e lideranças intermediárias.

Quer dizer, as greves de 1979 — que, ao contrário das do ano passado — vieram **de fora para dentro das empresas** tiveram que se apoiar, quase que totalmente, na capacidade de mobilização e direção dos sindicatos. E é por isso que elas foram greves deflagradas pelos legítimos líderes sindicais do ABC. Isto representa uma diferença com relação a 1978, quando as greves, surpreendendo os empresários, o Governo e, às vezes, até os dirigentes sindicais vieram **de dentro das empresas** para, em seguida, reivindicar a presença do sindicato como instrumento de intermediação nas negociações com os patrões.

Essa diferença é muito importante e apresenta tanto vantagens como desvantagens. A primeira grande vantagem é que esse processo de deflagração de greves de 1979 serviu para indicar aos patrões, ao governo, aos próprios trabalhadores — enfim, à sociedade como um todo — a potencialidade de organização e luta para defender os seus interesses e enfrentar o regime dos operários do setor mais avançado da economia brasileira, a partir da iniciativa das lideranças «autênticas».

Outra vantagem é que essa processo de deflagração da greve — na medida em que deslocou o comando do movimento de dentro para fora das empresas, quer dizer, para o plano onde ele costuma estar nas sociedades onde existe a liberdade sindical — criou condições para impedir a perseguição dos líderes de base, que, no ano passado, foram os responsáveis pela deflagração da greve que, como sabemos em muitos casos acabaram demitidos de seus empregos.

SURGE O IMPASSE

A conclusão dessa análise é evidente. As vantagens deste ano apresentam uma contrapartida necessária e que é uma grande desvantagem: deflagradas pelos sindicatos, as greves logo puderam ser consideradas ilegais, ponto de partida para a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos. E assim, estiveram logo perto do impasse.

Este é um ponto que exige a atenção de todos os interessados na sorte do sindicalismo brasileiro, porque a sua análise mostra que a intervenção nos sindicatos do ABC se deveu não a um erro de tática das lideranças sindicais, mas à própria natureza das atuais relações entre sindicatos e Estado no Brasil.

É claro que as lideranças sindicais contemplaram essa possibilidade antes da greve ter chegado ao ponto do impasse que antecedeu à decretação de intervenção.

Mas o problema é que — descansando sobre o direito de greve conquistado na prática no ano passado e, ao mesmo tempo, confiando, em alguma medida, na disposição de «liberalização» do regime — as lideranças sindicais tiveram que passar pelo ritual institucional que a estrutura sindical preconiza nessa situação. E, dessa maneira, foram forçadas a experimentar uma vez mais os estreitos limites da estrutura sindical corporativista.

De novo, essa situação apresenta vantagens e desvantagens. Talvez a grande vantagem foi ter permitido que a massa trabalhadora envolvida no conflito experimentasse concretamente pela sua prática todas as limitações da estrutura sindical brasileira, ponto que, aliás, já vinha sendo denunciada há mais de um ano pelas lideranças «autênticas» do ABC, como o Lula e o Benedito Marcílio. O ponto a considerar, nesse caso, é que — ao jogar os sindicatos ao exercício desses estreitos limites — essas lideranças sindicais criaram as condições necessárias para que as bases de apoio conhecessem, pela prática da vida, toda a extensão do autoritarismo que a denúncia da estrutura sindical apontava na teoria.

Tratou-se de um processo de experimentar, na prática, aquilo que a lucidez política já vinha indicando através das análises e das denúncias. Creio que, para o processo de amadurecimento da consciência de participação social e política dos trabalhadores na sociedade, esta não foi uma experiência irrelevante.

Entretanto, como nos outros casos, esta nova situação também apresentou desvantagens e a maior delas foi que — ao deslocar o comando da greve de dentro das empresas para o plano dos sindicatos — expôs os dirigentes sindicais à repressão e aquilo que a CLT preconiza para casos como esse: a intervenção.

Além disso, malgrado a imensa potencialidade de luta que a greve demonstrou, o movimento deste ano evidenciou uma debilidade que certamente nunca passou despercebida às lideranças sindicais «autênticas»: ao concentrar o ímpeto da mobilização de massa no plano sindical e como a tradição do sindicalismo brasileiro é imobilista e autoritária, o resultado foi a inexistência de organismos intermediários entre a massa e as direções sindicais. Não se pode acusar, simplesmente, as lideranças sindicais do ABC por esssa inexistência, pois a reivindicação do reconhecimento do delegado sindical e, em si mesma, uma evidência de que os líderes «autênticos» se colocavam esse problema e, mesmo procuravam resolvê-lo. Entretanto, na situação concreta o problema ainda estava de pé e provocam resultados negativos para o movimento.

Portanto, o problema é que, ao acenar para um **sindicalismo de massa**, a greve de 1979 teve que percorrer caminhos ambíguos e, por vezes, contraditórios, que são aqueles permitidos pela estrutura sindical oficial. Não se trata, entretanto, de especular com a alternativa um sindicalismo paralelo, porque isso poderia ser mais desastroso para a unidade sindical do que o foi a própria intervenção.

Mas se trata de perceber que, quando surgem lideranças sindicais comprometidas com as suas bases, o choque entre o compromisso dessas lideranças e os limites da estrutura oficial é inevitável. O processo de construção de sindicatos democráticos passa por mecanismos de participação das bases nas decisões das direções sindicais. Mas, no momento mesmo em que as próprias lideranças sindicais estão preconizando essa democratização, o uso da estrutura oficial **até os seus últimos limites** pode ser contraditório com esse objetivo. pois ela pode levar o movimento operário e um grave impasse.

Mineiros do carvão: sem luz depois do túnel

As peripécias dos mineiros do carvão de Rio Maina, Santa Catarina para conquistar o seu sindicato. Patrões, polícia e pelegos usam de todos os artifícios para impedir a vitória da oposição.

Por Valdir Alves
(nosso correspondente em Florianópolis)

«Qualquer eleição que eles façam nós ganhamos. Os mineiros hoje já sabem distinguir quem defende os interesses deles. A pelegada aqui não tem mais vez», disse um trabalhador das minas de carvão da região de Criciúma, em 20 de abril de 1977, às vésperas de um pleito para a direção do seu sindicato. Ele tinha razão. Por cinco oportunidades a chapa de oposição aos pelegos venceu as eleições. Só com um detalhe: em nenhuma delas pôde tomar posse.

Desde que emergiu da Intervenção Federal em 1976, o sindicato dos mineiros de Rio Maina já esteve envolvido com seis eleições, tendo de todas participado decisivamente a Delegacia Regional do Trabalho, para impedir que a chapa de oposição chegasse ao poder. Os pretextos utilizados são os mais absurdos imagináveis, desrespeitando até mesmo o arcabouço jurídico da ditadura. A história é esta.

DE ACORDO COM AS LEIS VIGENTES

Levantada a Intervenção Federal do sindicato, em meados de 1976, as primeiras eleições foram convocadas para o mês de novembro. Os operários mais conseqüentes e preocupados com os interesses da classe se organizaram, lançando uma chapa liderada por Luiz Mendes Xavier, para concorrer com uma outra organizada pelos donos das minas, tendo como candidato a presidente Aristides Motta.

A agitação eleitoral se alastra de forma surpreendente e praticamente todos os três mil mineiros da área do sindicato se envolvem, embora os sindicalizados sejam somente uns 1.300. Mas logo as posições são aclaradas e os resultados fáceis de perceber: «a chapa do Luizinho (como Xavier é conhecido na mina) vai ganhar estourada», anunciavam os operários.

Diante do quadro, Alberto Manente — ex-interventor do próprio sindicato e no momento desempenhando a função de juiz classista no Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba — busca um contato com Luizinho para tentar salvar a chapa dos mineradores. Propõe uma coalizão onde seu candidato, Aristides Motta, ficaria com a presidência, cabendo à oposição a primeira secretaria. A proposta é imediatamente repudiada.

Esgotada esta e outras tentativas de manobras, o Delegado Regional do Trabalho, Airton Minógio do Nascimento — ex-advogado do sindicato, quando o presidente era o interventor Alberto Menente — baixa, a mando dos proprietários das minas, uma portaria tornando inelegível o Luizinho. Isto a cinco dias do pleito. A portaria foi justificada com apenas esta frase: «ela está de acordo com as leis vigentes».

O candidato da oposição contrata um advogado e ainda no mesmo dia desloca-se para Florianópolis onde entra na Justiça com um Mandado de Segurança. Imediatamente, o Juiz concede eliminar favorável, dando assim condições legais para que possa concorrer.

Finalmente, acontece a eleição. De acordo com os prognósticos, os resultados foram de 65,5 por cento dos votos para a oposição e para a pelegada apenas 34,5 por cento. Alberto Maneta e Airton Minógio do Nascimento ficaram irritados com os resultados e arbitrariamente, uns dias depois, declaram nula a eleição, alegando os seguintes motivos: **Os operários votam sob influência psicológica a favor da chapa de oposição, tendo em vista possíveis perseguições sofridas por Luiz Mendes Xavier para que não concorresse. E porque também, de acordo com as leis vigentes, o mesmo é inelegível».**

Mais tarde, o Delegado Regional do Trabalho veio a público explicar que novas eleições seriam convocadas imediatamente e que com certeza correriam sem problema algum «uma vez que Luiz Mendes Xavier não poderá mais ser candidato». Em tempo: poucos dias depois, o Mandado de Segurança impetrado por Xavier é julgado e a sentença final lhe confere ganho de causa.

Nova eleição volta a ser convocada para o dia 29 de abril de 1977. A oposição mantém a chapa anterior sem alterações e a situação igualmente. Aristides Motta renuncia então à presidência do sindicato, que exercia interinamente, assumindo em seu lugar uma Junta Governativa, liderada por Valdir Roussenq. E enquanto os pelegos se revezavam, o Delegado do Trabalho, violando a legislação que rege as eleições sindicais, reduziu os dias de votação de dois para um e transferiu todas as urnas localizadas nas minas para o sindicato.

A intenção do Delegado, com tal atitude, era evitar que a eleição tivesse quorum, pois mais uma vez era óbvia a vitória da oposição. E uma vez que os dias de votação estavam reduzidos e o local que constava do Edital de Convocação alterado certamente os operários não conseguiriam votar em número suficiente para garantir a exigência legal — devia pensar o Delegado.

Contudo, a manobra não surtiu efeito. Na véspera do pleito , os operários se encarregaram de levar a notícia para os companheiros desavisados e no outro dia todos estavam lá para votar. Vendo o volume de trabalhadores que comparecia ao sindicato, o pelego de plantão suspende a eleição alegando «falta de cédulas».

Uma vez mais, a data da eleição é transferida, desta feita para os dias 29 e 30 de agosto, permanecendo as chapas com os mesmos elementos. E mais uma vez está patente que a vitória da oposição será estrondosa. Assim, para evitar que isto venha a ocorrer os mineradores de comum acordo com a pelegada e a Delegacia do Trabalho convocam os serviços da repressão.

Na ante-véspera da eleição, o presidente da chapa de oposição Luiz Mendes Xavier. é intimado a comparecer na polícia local para prestar depoimento. Só que ao invés de depor é enviado à Capital do Estado para se encontrar com o Secretário de Segurança e Informações. No encontro, uma surpresa: o Secretário afirmou que não sabia do que se tratava.

Xavier retorna a Criciúma logo em seguida, quando então o quadro já está alterado. A sua intimação não passara de manobra. Assim que Xavier foi intimado pela polícia, os pelegos junto com a Delegacia do Trabalho puseram em funcionamento a indústria do boato e da corrupção. Cinco elementos da oposição foram comprados, ficando a chapa, conseqüentemente, impossibilitada de concorrer por falta de número legal de membros. Mas, para surpresa geral, a chapa dos pelegos renuncia.

MÉTODOS SUTIS

Dias 19 e 20 são as datas marcadas para a realização de um novo pleito. Desta vez a situação vem com uma articulação mais sutil. Os elementos comprados na eleição anterior se apresentam com uma chapa dizendo-se da oposição. São três então as chapas concorrentes. Mesmo assim era duvidosa esperar o resultado final. Os comentários durante o primeiro dia de votação davam ampla vantagem, mais uma vez, à chapa liderada por Xavier . E por via das dúvidas na noite de 19 para 20 a polícia local levou as urnas para um local ignorado, só devolvendo-as no outro dia, pela manhã.

Findo o segundo dia, as apurações mostraram os seguintes resultados: chapa oficial 112 votos. Chapa dos «vendidos» 507 votos e oposição 640 votos. Os resultados, entretanto, causaram grande espanto e a conclusão a que chegaram os trabalhadores foi uma só: a polícia havia alterado os votos do primeiro dia, distribuindo os da oposição entre as duas chapas de pelegos.

Assim, nenhuma das chapas atingiu o número necessário de votos para ser empossada no sindicato, ocorrendo , então, nova convocação de eleição para os dias quatro e cinco de janeiro de 1978. Desta vez, a chapa de oposição para evitar que a polícia ou outra «autoridade» qualquer viesse a trocar os votos, pediu aos operários que votassem somente no segundo dia do pleito.

No primeiro dia de votação era grande o número de operários diante do sindicato onde estavam as urnas. Mas ninguém votava. Ao contrário pediam aos companheiros que chegavam que votassem somente no outro dia. Enquanto isto, mais de 50 automóveis das duas chapas oficiais rondavam as minas e as casas dos trabalhadores tentando convencê-los de votar. Ao final do dia, nem 10 por cento dos habilitados haviam votado.

Mas o dia teve as suas surpresas. Nas primeiras horas da tarde chegava à cidade o Sr. Waldemar Motta, enviado especial do Delegado Regional do Trabalho para acompanhar «os movimentos» da eleição. O «enviado», logo após sua chegada, se reuniu com o presidente dos trabalhos de votação, Job da Silva Nova, sem ter tornado público o que havia discutido.

A SAÍDA É FAZER A GREVE

O assunto tratado, contudo, logo no outro dia pela manhã ficou claro qual era. Job da Silva Nova que, além de estar presidindo os trabalhos eleitorais, é advogado do sindicato, suspendia a eleição mais uma vez, acatando uma denúncia verbal da chapa dos pelegos que acusava a oposição de estar violando a «liberdade dos eleitores».

Os operários se revoltaram com a atitude e houve até ameaças de violência. Mas logo tudo foi acalmado. O fato foi comunicado a Geisel, ao Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, enfim, a muitas autoridades, mas nenhuma delas tomou providência alguma!

Novas eleições ficaram então de ser marcadas, mas a data sempre era adiada enquanto os mineradores, através do vereador da Arena, Miguel Esmeraldino, tentavam comprar os membros da chapa de oposição. No final de 1978, a oposição sofre uma perda significativa. Luis Mendes Xavier se forma em administração e resolve trocar o salário de dois mil cruzeiros por outro um pouco melhor. Embora a decisão tenha sido compartilhada com os colegas da chapa, a saída de Luizinho esvaziou um pouco a oposição.

Daí em diante, principalmente, as articulações de Esmeraldino tiveram seu ritmo acelerado. Mas como disse Domingos Alamiro, que passou a ocupar o lugar de Xavier, «não se tinha notícia de nenhuma desistência. Apenas de companheiros que não aceitavam as propostas».

Entretanto, no dia três de março deste ano, a Delegacia do Trabalho apressadamente publica um edital convocando nova eleição para os dias 12 e 13 do mesmo mês. E no mesmo dia, o presidente do sindicato Valdir Roussenq, visita a casa de Domingos para certificar-lhe que sua chapa está impedida de concorrer ao pleito, uma vez que não possui o número legal de membros. «Alguns desistiram», explicou ele.

De fato, a chapa de 12 elementos estava reduzida à oito. Imediatamente a oposição apresentou mais quatro nomes para completar os cargos vagos, mas a Delegacia do Trabalho recusou sob a alegação de que o tempo havia se esgotado para tal procedimento.

Segundo Armando Serafim, o prazo mínimo para a convocação teria que ser 90 dias, e que tal medida estava violando 13 artigos das leis que regulamentam as eleições sindicais. O advogado resolveu então entrar na Justiça com um Mandado de Segurança, pedindo a suspensão das eleições, ou a permissão para a complementação da chapa.

O Mandado de Segurança teve um resultado dos mais vergonhosos, mas que bem ilustra os desmandos que nestes 15 anos de ditadura acompanham parte da Justiça. O Juiz Federal Jonas Neves de Farias, disse que «por falta de amparo legal deixava de conceder a liminar».

Diante da situação, a oposição lançou palavra de ordem para que ninguém votasse. Contudo, o sindicato divulgou os resultados logo após as eleições, dando vitória para os pelegos.

Esta vitória, no entanto, é duvidosa. Corre entre os operários que o quorum não foi atingido. Isto com base em seções que a oposição pode controlar mais de perto e observou uma abstenção quase que total. Numa seção de 100 eleitores, por exemplo, votaram apenas dois.

O advogado, diante deste fato, entrou na Justiça local pedindo o fornecimento das folhas de votação e da ata, para uma verificação. A Justiça, no último prazo, forneceu os elementos solicitados e o levantamento está sendo feito, devendo estar concluído dentro de mais uns dez dias, segundo as informações.

O que por certo não irá alterar em nada, se os mineiros continuarem atrelados aos mecanismos da Justiça, porque agora «só nos resta uma alternativa para solucionar este problema — como disse um membro da chapa de oposição — fazer a greve».

Bancários iniciam luta nacional

Por Terezinha Ferreira

O 1º Encontro Nacional de Oposições Sindicais Bancárias foi realizado em São Paulo, nos dias 13 e 14 últimos. O Encontro esteve aberto a participação de diretorios sindicais classistas e, além da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, estiveram presentes as diretorias de Porto Alegre, Belo Horizonte e Uberlândia. As Oposições participantes foram as do Rio de Janeiro, Campinas, Maringá, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Uberaba, Recife e Porto Alegre.

A realização deste Encontro havia sido decidida em fevereiro, numa reunião realizada na cidade de Uberlândia (MG), onde foi sentida a necessidade de um encontro a nível nacional para se discutir os problemas da categoria. A pauta do encontro constou dos seguintes temas: aumento imediato de 30% para toda a categoria e campanha salarial, jornada de seis horas, estruturação sindical e preparativos para o 1º de maio.

Duas teses foram apresentadas para a discussão - a primeira, assinada por doze elementos da diretoria do Sindicato de São Paulo; a segunda, pela Tendência Bancária pelo Partido Operário. Em vista de divergências fundamentais existentes entre as duas propostas, os dois dias do Encontro não permitiram que fossem discutidos todos os itens da pauta. Os participantes perceberam que temas como «estrutura sindical» necessitariam discussões bem mais intensas, a fim de se atingir o consenso desejado.

O primeiro dia de encontro levantou os informes trazidos por todas as delegações sobre a situação em cada base sindical. Depois, os setenta participantes se dividiram em quatro comissões, onde se discutiram fundamentalmente os temas tidos como prioritários: a continuidade da luta pelos 30% e pela jornada de seis horas e o inicio imediato da Campanha Salarial, já que a data-base da maioria dos bancários é 1º de setembro.

CONTINUAR A LUTA

Os bancários mal iniciaram a campanha por 30% de aumento e pela jornada de seis horas e a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) respondeu com a sugestão aos banqueiros para que antecipem 20% e não façam negociações isoladamente com os Sindicatos. Muitos dos bancos já confirmaram a antecipação e os bancários entendem que tal fato significa uma resposta dos banqueiros a sua mobilização.

Assim, o Encontro decidiu que é necessário «intensificar a luta sob o eixo da não compensação da antecipação e a sua complementação para atingir os 30%, combinando-a «com a defesa da jornada de 6 horas e a estabilidade no emprego». Conforme a tese apresentada pela diretoria de São Paulo, «este é o aumento mínimo que precisamos conquistar para que os bancários estejam em condições de assumir a luta pela jornada de seis horas, tendo condições de se desfazer das duas horas-extras que são obrigados a fazer para melhorar os salários»

Esta campanha deverá ser levada através da organização de Comissões por banco, e sua divulgação será feita por meio de um Cartaz Unitário, com as seguintes palavras de ordem: 30% sem descontos, jornada de 6 horas, estabilidade no emprego, comissões de banco e direito de greve. A continuidade da luta «deve estar dentro do espírito da organização e preparação para setembro». Para tal, os bancários reunidos no Encontro decidiram que a campanha salarial deverá iniciar-se já no começo de maio, com a realização de assembléias, reuniões por banco, debates, etc.

«A partir de hoje, devemos assumir a preparação dos bancários para responderem à intransigência patronal com a greve, instrumento legítimo de luta dos trabalhadores», diz o boletim a ser distribuido com as resoluções do Encontro. O início imediato da campanha salarial visa «lutar pela unificação da data-base», inclusive dos funcionários de financeiras que, apesar de pertencerem ao mesmo Sindicato, têm data diferente para o dissídio coletivo, o que enfraquece sua luta.

Para garantir a unidade da campanha deverão ser feitos Encontros Regionais onde se discuta a minuta de reivindicações da categoria e se elejam delegados representativos para uma próximo Encontro Nacional, a se realizar em julho.

Sobre o 1º de maio, a posição do Encontro é de que seja uma manifestação classista com a participação dos «Sindicatos e de todos os organismos frutos legítimos do movimento operário e popular, ou seja: associações de bairro, comissão de fábricas, oposições sindicais, etc».

Integrantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo também estiveram presentes, levando um convite aos bancários para participarem do Primeiro Encontro Nacional de Oposições Sindicais proposta tirada do seu primeiro congresso.

Além dos metalúrgicos participaram do encontro representantes da Comissão Pró-Anistia do Bancário, que vem lutando pelos bancários que foram atingidos pelo Ato Institucional nº 1, em 1964. As oposições aprovaram uma moção endossando a luta que vêm travando os antigos sindicalistas.

Outras moções foram aprovadas: pela revogação das intervenções nos Sindicatos do ABC, contra as demissões de trabalhadores grevistas, apoio à greve dos professores do Rio Grande do Sul.

GREVE EM PORTO ALEGRE

Em Porto Alegre, os bancários poderão entrar em greve ainda nesta semana. Lá, a data-base da categoria é em novembro, e devido a isso, os banqueiros ainda não concederam o adiantamento. Tanto a diretoria do Sindicato, quanto a Oposição, informaram que o descontentamento dos bancários é muito grande e que, a luta pelos 30% deve levar à paralisação.

Este fato também foi muito discutido no Encontro de Oposições, e algumas medidas serão encaminhadas: formação de «Comitês de Solidariedade aos bancários e a outras categorias de trabalhadores em luta por suas reivindicações». Além disso, caso a greve gaúcha se concretize, deverão se realizar nos outros estados assembléias de apoio.

EXCLUSIVO

1º parte

No dia 5 de abril de 1964, quando o golpe militar sacudia o país com um vendaval de prisões. Um dos mais importantes dirigentes sindicais daquela época recusou o asilo político que lhe aconselhavam e dirigiu-se ao exército de Juiz de Fora para se entregar.

Era Clodsmith Riani, dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores, presidente de 62 a 64, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e deputado estadual por Minas Gerais, além de líder do PTB de Juiz de Fora. Condenado a 17 anos de prisão, cassado o seu mandato, Riani ficou quase seis anos na cadeia.

Nos últimos quinze anos, ele praticamente não falou à imprensa, embora muito assediado, em particular agora com o ressurgimento do movimento sindical na cena política.

Riani recebeu recentemente quatro repórteres para conversar durante dez bem curtidas horas, cujo texto publicamos a partir desta edição. Ele afirma que não havia nenhuma preparação para enfrentar a quartelada, relembra os momentos em que o CGT tentou deflagar uma greve geral de resistência, fracassada, e narra as dificuldades que enfrentou durante todo este período, desde o espancamento aos apertos de saúde na família. Também discute a recriação do PTB e diverge do lançamento, nesta oportunidade, pois ameaça enfraquecer o MDB.

Por Carlos Alberto Guilhermino, Renato Dias, Ronaldo Dutra e Jorge Sanglard.

RIANI O HOMEM DA CGT

Gostaríamos que você fizesse um breve relato de como foi estruturado o golpe de 64. — É uma pergunta que infelizmente não estou à altura de responder porque não participei destes movimentos de 64, a não ser como vítima. Me coloco à sua disposição, mas isto aí eu não me recordo. Porque a nossa luta era em prol dos interesses da classe operária, quer no campo político ou no campo sindical. Nós então tínhamos que observar, mas não tínhamos tempo para observar que pudesse existir este movimento golpista de 64. A gente ouvia falar e combatia, mas não chegava a supor que fosse um caso de maneira que chegou porque praticamente nós fomos pegos de surpresa.

Quer dizer que vocês não sabiam de nada que estava sendo tramado?

— De nada propriamente dito não. Porque há mais de um ano se dizia, em São Paulo que o próprio Ademar de Barros tinha mais de 60 homens aí, fora da força pública. Já se sabia da chegada de armamentos também para o Nordeste e estavam sendo cambiadas armas para Minas Gerais, o que a gente tinha acompanhado por notícias de jornais. Mas, do jeito que foi, nós não tínhamos este esclarecimento não.

Onde você estava quando o movimento foi deflagrado?

— Quando o movimento foi deflagrado eu estava praticamente no Rio. Porque vim para cá com a família passar a Semana Santa, estava até adoentado, e fiquei na granja de um amigo em Mussungê. No dia 30 de manhã, quando parti para a Guanabara, tive conhecimento de que houve aquele caso dos marinheiros na Guanabara, e no dia 30 eu fui imediatamente para o Rio. Quando cheguei, a questão estava tensa. Então eu, estando em Juiz de Fora, em Minas Gerais, no dia 30, poderia ter sido até preso aqui mesmo. Não tive nenhum conhecimento Ao chegar ao Estado de Guanabara recebi um recado convidando para uma reunião de emergência em uma das federações nacionais, não me recordo qual, se era dos aeroviários ou dos marítimos. Justamente na hora desta reunião, fui chamado ao telefone. Na hora em que fui atender o telefone na saleta, o prédio fio interditado pela polícia da Guanabara e vários companheiros, quase a totalidade foi presa, encapuçada. Isto eu assisti, mas saí normalmente do prédio, porque o elevador estava interditado e desci pela escada, passando no meio de policiais e ninguém me molestou. Não sei se era por que não me conheciam. Quando cheguei no hall de entrada, a porta estava fechada, já tinha polícia guarnecendo, eu abri a porta e pude ver o carro da polícia estacionado do lado de fora, com os colegas sendo introduzidos encapuçados. Saí normalmente, peguei um táxi e fui para o hotel.

Colegas encapuçados... taparam o rosto deles para que o povo não visse quem estava sendo preso?

— Não sei. Era a maneira que eles usavam.

Desta turma algum desapareceu?

— Não sei e acredito que... Confesso que hoje é muito difícil recordar de todos eles que lá estava , inclusive porque naquela hora eu estava chegando para a reunião, certo? Era uma reunião ampla, de caráter de emergência, mas daqueles colegas, por exemplo, logo que chegeuei ao hotel tomei as providências imediatas: telefonei para a CNTI pedindo que tomassem as providências de lá, com nosso outro diretor, se por ventura la estivesse, e de lá mesmo telefonei para nosso ministro do Trabalho, telefonei para o Palácio do Governo, para o Presidente da República, pedindo também as providências para a soltura de nossos colegas e estes nossos colegas foram soltos neste mesmo dia.

Porque justamente no dia imediato nós tivemos uma reunião e eles estiveram presentes, pelo menos aqueles que pudessem ter mais afinidade, mais convívio, então estes participaram de nova reunião.

Você foi preso quando?

— Eu só fui preso... Preso mesmo não fui porque me entreguei aqui em Juiz de Fora. Fiquei na Guanabara no dia 30, para a reunião. No dia 31, pela manhã, outros colegas foram para o Palácio do Governo, tendo em vista que a situação estava muito tensa e foi marcada mais uma reunião para a noite do dia 31. Então nesta reunião da noite, que o CGT ia tomar as providências.

Que tipo de providências seriam estas?

— A providência foi uma greve geral, mobilizar a turma para uma greve. A turma só acreditava nisso, quer dizer, na greve... Nós não tínhamos armas, não cuidávamos disso.

Essa reunião foi realizada no dia 31 de março à noite. É bom reprisar isso porque é um dado histórico que poucos tem conhecimento. A revolução não é de 31 de março. Ela é de 1º de abril, e houve depois um achego para evitar a pecha da data 1º de abril em cima de um movimento militar. Quer dizer, no dia 31 de março tinha operários reunidos no Rio de Janeiro fazendo planos para uma greve geral. Quer dizer, o golpe ainda não estava vitorioso.

— Vitorioso em si não, mas em vários estados podia estar vitorioso. Em Minas Gerais a turma já estava presa, com a turma do Magalhães Pinto aí, do governo, que tinham prendido os líderes sindicais. No dia 30 nós já tínhamos a notícia da prisão de vários líderes sindicais de diversas partes do País. E eu, conforme aconteceu no Rio de Janeiro, não fui preso, mas vários dos meus colegas foram, mas ainda pude presenciar a prisão, escapar da prisão e tomar as providências. Se eu não tivesse visto? Quer dizer no dia 30, a turma toda, o comando sindical brasileiro já estava preso.

A sua viagem ao Rio é que evitou sua prisão no dia 30?

— Não quer dizer que tenha evitado, porque não sei se no dia 30 eles estavam me procurando aqui. Eu acredito que não, porque no dia 30 eu saí normalmente. Talvez sim, porque no dia 30, em Minas, vários tinham sido presos. Logo que eu cheguei no Rio já tinha comunicado que da turma de Minas tinha vários presos. Então dei vários telefonemas, pois a situação estava muito tensa. A gente tinha que agir rapidamente em todos os setores. Era São Paulo reclamando, outros lugares reclamando. E nesta reunião, como eu já contei, vários colegas foram presos e procuramos soltar. Quando foi no dia 31, porque é isto que eu quero dizer, quando ela se tornou vitoriosa foi mesmo no dia 1º de abril, porque foi justamente se não me engano, lá por meio-dia, onze horas, por aí, foi quando o doutor Jango largou o Palácio das Laranjeiras e seguiu com destino a Brasília, que dizer, então que nesta hora, a Guanabara estava praticamente perdida, porque eles não quiseram reagir militarmente. Foi quando houve aquele problema dos Fuzileiros Navais.

Antes da Revolução, qual foi o último contato que você teve com João Goulart?

— Foi justamente na noite do dia 31. Quando eu cheguei para esta reunião, ela já tinha começado, já estava sendo presidida e a turma já estava tomando deliberações. Normalmente eles me davam imediatamente a presidência, porque era o presidente da CNTI, da CGT, era mais conhecido e também pelo meu modo de presidir os trabalhos. Era um elemento considerado por eles como o mais gabaritado para presidir qualquer moviento de âmbito nacional. Naquele dia não me deram nem a presidência. O negócio estava bastante tenso, bastante tumultuado. Durante a reunião, fui chamado para atender a um telefonema da presidência da República, para responder a uma pergunta do doutor João Goulart que me solicitava para evitar a greve. Ele sabia que estávamos reunidos para uma greve, inclusive até tinha um navio petroleiro da Petrobrás que precisava ser descarregado e nós esclarecemos que não tinha mais jeito, que era mesmo palavra de ordem e que nós entendíamos que o que poderia segurar um Governo era só mesmo o povo na rua. Disse ainda que na nossa parte, nós não queríamos falhar com a História. Então nós não atendemos o Presidente da República, em sua última solicitação e foi a última vez que ouvi o doutor João Goulart. Inclsuive ele disse que não podia esclarecer ao pessoal mas que podia ficar tranquilo que ele estava mantendo entendimentos aquela altura com o comandante do 2º Exército de São Paulo, General Kruel, que tudo sairia bem.

Você só se apresentou depois que percebeu que o movimento estava vitorioso?

— De qualquer maneira decretamos a greve, que não teve assim as consequências esperadas. A maioria já não tinha jeito de mobilização, já estava tudo imobilizado nos estados, mesmo na Guanabara, e vários setores não puderam atender. Alguns setores só que paralisaram, tendo em vista o movimento sufocado pela polícia, pelo Exército, pelas Forças Militares. A reação foi muito forte. Quer dizer, não houve efeito a greve decretada no dia 31, praticamente no dia 1º, porque foi de manhã. Eu fiquei no Rio até o dia 4. Então, não houve possibilidade de mais nada.

Até o dia 4 ?

— No dia 1º mesmo, a CNTI já tinha sido interditada, os sindicatos todos invadidos, militarmente, a própria CNTI já estava lacrada, não tinha nem condições...

No que falhou o esquema da CGT para uma paralisação geral no caso de um golpe?

— A CGT não tinha em mira fazer uma paralisação, uma greve geral numa situação destas pois em cada Estado, havia um Conselho Sindical, que se reunia para tomar uma posição política. Então o Comando Geral também dava sua opinião, entendiam os trabalhadores que tinham direito. Então através da CGT se reuniam os trabalhadores e tiravam talvez um manifesto, mas nesse problema do golpe, nestas condições, nós não estávamos esperando. Epor isso nós não preparamos nada antes. Nosso problema não era preparar, mas reivindicar em favor da classe operária, principalmente a econômica. Esse era o nosso setor e só manifestamos politicamente porque achávamos que era nosso direito, porque achávamos que devíamos participar. Os estudantes também na UNE e todos mais.

Então você concordaria com a opinião de muitos que acham que o movimento operário da época do Jango foi principalmente inocente, digamos assim, que foi um movimento inocente porque não supunha que da parte dos patrões pudesse haver uma reação no nível que foi a Revolução?

— Não. Isso aí eu confesso que a classe operária nunca esteve preocupada com isso. Nunca nos preparamos para enfrentar uma Revolução, uma guerra, nada disso. Nosso setor era sempre de reivindicação, lutávamos por um Brasil melhor, dentro da parte nacionalista, democrática, tudo isto. masnão assim. Nesse porte. Nós sabemos que a luta foi muito árdua para nós no caso de reforma agrária. muito acentuada. Aqui em Minas Gerais sabíamos que seria muito difícil. a classe muito conservadora. mas nós fomos em frente até conseguirmos a decretação da Reforma Agrária. que foi aquele famoso comício do dia 13. na Praça D. Pedro II, com mais de 200 mil pessoas. Então foi uma mobilização geral. Então a nossa luta era neste sentido. De conquistas reais das reformas de base preconizadas pelo governo, mas que tinham sido solicitadas mesmo peolo povo, pelos estudantes, pelas forças mais vivas da Nação. Então esta era a nossa preocupação. Jamais podíamos estar preparando para lutar num campo deste aí, de Revolução e Contra-revolução. Isto nunca nos passou pela mente.

Quer dizer que os trabalhadores não estava armados igual eles depois propagaram por aí? Na época divulgaram que os trabalhadores e operários estavam armados. Que havia um trabalho de base, trabalho de guerrilha. Isto é verdade?

— Não é verdade e pelas consequências que eu paguei aí, quase seis anos de prisão, posso garantir que nem os sindicatos sob meu comando nem os camponeses estavam com este espírito. Eu me lembro que uns jornalistas credenciados naAssembléia me fizeram esta mesma pergunta, parece que o professor Bilac Pinto tinha dito que os sindicatos estavam armados. Então eu fui obrigado a dizer-lhes que lamentava muito pelo respeito e admiração que pudesse merecer o professor Bilac Pinto, mas que aquilo não passava de uma safadeza da parte dele e eu o desafiava imediatamente e estava à disposição para percorrer os sindicatos de Minas, despesa pagar por mim. Não sei se foi publicado ou não, confesso que não me recordo, mas foi esta a resposta que eu dei para os jornalistas naquela época, rebatendo, muito antes da revolução.

"Recusei asilo: eu jamais fugiria"

Quer dizer que quando você se apresnetou, você não tinha medo de qualquer denúncia contra você?

— Denúncia tinha, porque na Guanabara eu me reuni com os 4 advogados da CNTI, do Departamento Jurídico, e eles ficaram de constituir um advogado para a minha defesa e me aconselharam, já tinham conversado e eu tinha direito de asilo na Embaixada do Chile e do México. Já estava preparado. Eles tinham preparado para mim. Eu falei, depois de reunir com eles por mais de duas horas, quais as providências que eles deveriam tomar com respeito à CNTI, que eles não me conheciam bem nos dois anos que trabalharam comigo, que eu jamais fugiria de assumir a responsabilidade dos meus atos. Que aqueles que tiveram por mim, não um líder, mas de qualquer maneira poderiam se considerar meus liderados, pois eu era presidente de um partido em Juiz de Fora, do PTB, e como presidente da CNTI, presidente da CGT, então eu tinha que assumir as responsabilidades dos meus atos. E por isso eu jamais fugiria do País. Então eu resolvi que, diante disto, vir para Juis de Fora. Eles ficaram até certo ponto aborrecidos, chateados, sabendo do sofrimento que eu ia passar e eu disse que viria para enfrentar qualquer situação.

Você tinha consciência disso?

— Tinha consciência de correr qualquer risco porque já sabia que era o dia 4. Estava ciente do que estava ocorrendo em vários lugares.

Você esteve preso aqui em Juiz de Fora?

— Então eu cheguei no dia 5 pela manhã. Saí do Rio mais ou menos à meia-noite e vim. Passei pelas forças do Mourão aí pela estrada e não fui molestado. Vim normalmente, dirigindo o carro e cheguei em Juiz de Fora. Minha família, estava por demais apreensiva, porque minha casa estava cercada pela polícia e pelo Exército. A situação era muito desagradável. Então eu falei para a tranquilidade deles que eu não estava correndo risco e que minha intenção era justamente passar em Juiz de Fora, visitar a família e segunda-feira ir para a Assembléia de Minas assumir meucargo. Se eu não fui preso como presidente da CNTI, não seria também como deputado. Quando eu saí lá do movimento que nós estouramos a greve, cada um saiu com uma missão. Eu saí com uma missão de ter contatos e etc. O Dante Pelacanni saiu para ficar como vice-presidente, tomando conta da CNTI, mas quando nós passamos pela CNTI, nós fomos chamados para falar na Rádio Nacional. A CNTI já estava interditada e lacrada pela polícia. Então nós falamos. A última fala nossa foi pela Cadeia Nacional e logo depois nós fomos atender a UNE, aos estudantes. Isso também foi no dia 1º e nem alí na UNE nao teve mais jeito. Apesar da barricada, estourou alí a vitória deles, etc. Mas, chegando aqui, decidi me apresentar. Ainda fui à missa na Glória, às 5 e meia e de lá fui diretamente para a 4ª Região.

Isso no dia 4?

— No dia 5 de manhã

E daí?

— Daí, você já viu, né? Foi umas perguntas etc. e tal. No mesmo dia já fui levado para Belo Horizonte e entregue ao DOPS com mais outros companheiros que já estavam presos aqui em Juiz de Fora.

Quem?

— Não me lembro muito bem assim de momento quem foi comigo porque foram vários e acho que não foi um só caminhão. Eu fui num caminhão aí, escoltado. Um jipão do Exército. Mas me lembro que foi o Jair Reihn, líder sindical, me parece que estava o Peralva de Miranda Delgado e vários outros. Eram muitos.

Aí você foi logo para o DOPS do Rio?

— Não, de Belo Horizonte. No DOPS fiquei uns dias e os outros colegas foram para a parte da Aeronáutica e depois eu fui para o CPOR, transferido para a repartição do Exército. Depois voltei para o DOPS novamente e estive depondo no 12º RI. Estive também inaugurando o pavilhão novo lá das Neves, depois voltei para o DOPS e vim para Juiz de Fora, num período de mais ou menos de uns 30 dias. Houve aí um apelo às famílias de Juiz de Fora e então nós fomos todos transferidos para aqui, para o 4º RO, repartição do Exército, em Juiz de Fora.

Houve alguma tortura?

— Isso aí eu prefiro não falar. Não é receio de nada, porque graças a Deus sempre fui uma pessoa que se tivesse tido receio tinha até fugido. Mas não gosto de falar porque a gente quando está na chuva é prá molhar. Eu enfrentei minha luta igual num campo de futebol. Você vai, uma hora você dá uma canelada, outra hora você toma. Isso aí é da vida, né? Esse problema de tortura eu nunca gostei de frisar, mas não precisa tortura, pois basta um sujeito perder a sua liberdade de locomoção, só isso, já é o fim, e isso eu posso falar porque tive quase 6 anos preso. Então o sujeito não precisa de ser torturado, não precisa de apanhar, tomar uma coronhada na cabeça, tomar um pontapé, tomar isso e outras coisas piores que a gente vê falar. Mas isso tudo passa, né? O pior mesmo é você perder a liberdade, o contato com a sociedade, com os filhos, com a esposa, com a família, com a mãe, com os amigos, enfim o contato com a sociedade. Então é só isso... Não pode existir maior martírio não, os outros são consequências, né? Sempre em qualquer lugar desses você pode dizer que encontra uma pessoa, um comandante, um elemento que pode ser até um maluco, né? Então faz, te tortura. Outros são humanitários, então isso é da humanidade. De maneira que nunca falei a esse respeito de torturas, mas principalmente quando eu estive no RO, repartição do Exército, foi um dos lugares que eu fui mais bem tratado, estive quase dois anos lá.

Porque que você foi transferido para a Ilha Grande?

— Aí é o seguinte: de lá, eu estive lá um ano e oito meses no RO, e de lá me transferiram não sei por qual razão para a Guanabara. Fui para o Batalhão de Guarda do Exército, quer dizer, Batalhão de Polícia Militar, também não tenho queixas. E de lá fui transferido para o Batalhão de Guarda da Presidência da República, também repartição do Exército, e na ocasião do meu julgamento eu vim a Juiz de Fora. Antes disso, quando eu estava na Polícia Militar do Exército, meu advogado conseguiu o «habeas corpus». ganhou o «habeas corupus» no Superior Tribunal Militar, então eu fui trazido a Juiz de Fora para ser colocado em liberdade, mas infelizmente aqui a Auditoria Militar foi cercada pelo Exército, ela foi interditada e bastou eu assinar o termo de que estava recebendo a liberdade e ao descer as escadas eu já fui preso e conduzido por um carro e entregue à mesma escolta que me trouxe do Rio. E fui levado outra vez para lá.

Sob qual alegação?

— Não houve alegação nenhuma, não tinha mandado nem nada.

Até quando o advogado impetrou o «habeas corpus» você estava sem culpa formada, sem nada? Estava preso e acabou? Não tinha satisfação porque quê estava preso?

— Não, nada disso.

Você sabia porquê, por causa do movimento, né?

— é.

Não tinha culpa formada nem nada?

— Não tinha nada, e assim era no Brasil inteiro. Aqui em Minas devia ter uns 3 a 5 mil presos. Nessa hora eu estava tranqüilo porque sabia que outros elementos estavam presos. E eu, como deputado, fui cassado, sabia que naturalmente ia demorar mais um pouco. E os meus advogados já tinham me alertado, de que procurasse ficar tranquilo porque não sairia tão cedo, diante da situação.

Aí dessa segunda prisão é que você foi para a Ilha Grande?

— Não. Quer dizer, me prenderam justamente até vir um julgamento. Então fui novamente para a Polícia do Exército e de lá fui transferido para o Batalhão, conforme tinha esclarecido. De lá do Batalhão é que depois houve o julgamento aqui em Juiz de Fora e eu vim para assistir o julgamento e fui condenado a 17 anos. Aí eu voltei para a Guanabara condenado. Depois, de lá, eu fui transferido aqui para Juiz de Fora e vim para o 2º BI. No 2º BI eu não tive o mesmo tratamento que tive lá nessa repartição do Exército, embora quero esclarecer que, porque não gosto de deixar nada em dúvida, você me perguntou sobre o negócio e tortura. Quando eu me apresentei, então, a gente foi, na noite da minha apresentação, a gente sofreu alí espancamento. Mas tão logo teve conhecimento, a chefia do comando, então na minha presença eu vi o chefe do Estado Maior da 4ª Região chamar a atenção dos senhores majores, naquela época em número de quatro, que eu assisti, de que isso aí não era permitido, que eles tinham responsabilidade, que isso aí não era coisa que podia existir dentro do Exército, o que eu, como qualquer outro que estava preso alí mas não tinha nenhum preso, pois não tinha culpa formada, estávamos apenas por questão de esclarecimento, e isso eu presenciei, por isso é que eu não falo que fui torturado e não jogo a culpa nisso ou naquilo, que isso tão logo, conforme eu esclareci, teve conhecimento, o Comando da Região naquela época, na minha presença, foi chamada atenção dos quatro majores que não me lembro o nome e chamando a atenção de que isso jamais poderia ocorrer dentro do Exército, comigo ou com qualquer um outro. No 2º BI, o tratamento não foi esse. No segundo BI, no xadrez, a gente pres, o xadrez muito frio, muito ruin, eu estive até doente, a situação dificílima e a família aqui perto, nós achávamos que era muito melhor, mas não sei porque o tratamento era mais difícil, embora que não era por causa da turma em si da polícia, porque tanto os soldados e sentinelas que me guardavam, o sargento, nada disso, nenhum ato de espancamento, nada disso, é questão do tratamento mesmo em si.

Era um problema de conforo pessoal mesmo, a própria instalação não oferecia o mínimo de conforto...

— É, e a questão também de visitas. Eles eram mais rígidos, mas é conforme eu falei, tudo depdnde da situação de comando, da época, uma hora mais tensa...

"Tenho crédito de 3 anos na prisão"

Talvez seja penoso você tocar neste assunto, mas nós já estamos no 2º BI, e porque você foi parar na Ilha Grande?

Não foi de repente. A história da Ilha Grande, você vai me permitir, é assim uma história bem longa. Confesso também que vocês estão me entrevistando e eu não estava quase em condições de responder isso porque isso tem 15 anos e eu não pretendia dar essa entrevista. Se vocês me falassem antes, eu podia ter pelo menos preparado o espírito para responder essa pergunta. Mas lidat com jornalista é assim mesmo, com jornalista a qente tem que esperar preparado para tudo. Então eu estou querendo ser liberal com vocês mas não quero entrar pelo cano. Mas isso aí é uma história longa. Então é o seguinte, não é questão de sair do BI. Então eu tinha 17 anos pela frente. Estava condenado a 17 anos. Mas com isso meu advogado, foi dr. Sobral Pinto, foi muito cuidadoso. Aqui em Juiz de Fora foi o Francisco de Assis Ribeiro. Tanto um quanto o outro foram meus advogados graciosamente. Eu não paguei um tostão. Uma porque não poida pagar mesmo, na época. E outra que eles não me cobraram, sabiam que eu tinha família numerosa e não tinha condições. Fizeram a parte como amigos. Bem, com isso foi impetrado um recurso, então no Superior Tribunal Militar e minha pena foi reduzida para 10 anos. Então daí, com recurso formulado para o Supremo Tribunal Federal, a pena foi reduzida apenas para 1 anos e 2 meses.

Você foi condenado a 17 anos. Qual era a culpa na época? A acusação?

— A gente não pode dizer qual era a culpa porque agora é que eu tou querendo tirar certidões. Mas quando do primeiro contato com meu advogado que veio do Rio, um dos assessores do dr Sobral Pinto, ele foi muito claro. Você fique tranquilo aí na prisão porque você vai ficar muito tempo. Requerer habeas corpus não vai resolver, porque o promotor público de Juiz de Fora pegou a Lei de Segurança Nacional e se os artigos somados der 100 anos, é 100 anos que ele pediu para você. É isso que foi dito pelo advogado, quer dizer que eu devo ter sido citado por quase todos os artigos da época. Mas eu me lembro que até na campanha do 13º salário-família, que nós mobilizamos a classe operária e o movimento sindical e fomos em caravanas a Brasília, até isso foi citado lá, que nós queríamos para um poder da República. Até por isso acho que fui condenado por uns três anos, se eu não me engano, juntou três anos nisso.

Quer dizer que de 17 anos sua pena foi reduzida para 1 ano e 2 meses?

— Não foi de repente.

Gradualmente..

— E, quando eu já estava preso quatro anos e dois meses, o Supremo Tribunal Federal reduziu a pena para 1 ano e 2 meses num acordão feito com meu advogado. Com a redução da pena colocado imediatamente em liberdade. Quer dizer, eu fiquei com um crédito de 3 anos. Isso foi em 68 e em 68 mesmo tinha um processo correndo na justiça comum da Guanabara. Então é o seguinte, o que eu pude deduzir, eu era membro do Conselho Administrativo do Bir Internacional do Trabalho, com sede em Genebra. É uma agência especializada das Nações Unidas. Então eu tinha imunidade internacionais, que é a política sindical, senão eu não poderia exercer a função em qualquer país. E por isso, preso politicamente ou pelo sindicato, teinham sido cassados meus direitos políticos e sindicais por 10 anos, então é lógico que o conselho de administração do Direito Internacional de Trabalho pediu informações ao governo brasileiro a respeito da minha prisão. Porque várias delegações se manifestaram lá contrárias. E o resultado é que nós pensavamos que esse processo lá na justiça comum da Guanabara tinha sido por isso. Nesse processo da Guanabara eu fiu condenado a 2 anos. Então eu quero esclarecer, para não deixar nenhuma dúvida, que esse processo inclusive era por uma apropriação indébita, quer dizer: quando foi realizada aquela concentração para a Reforma Agrária, então mobilizou-se o movimento sindical do Brasil inteiro, aqueles que pudessem ir. Então a turma de S. Paulo do movimento sindical, pediu ajuda ao Ministério do Trabalho para passagens e lanches. Então foi solicitada pelo meu vice-presidente, Dante Pelanci, num ofício, e o ministro do Trabralho, Amauri Silva, concedeu um auxílio de 1.500 cruzeiros. Quer dizer, é uma quantia até irrisória. Inclusive tinha a CNTI, mas a CNTI não podia custear esta despesa. Resultado — porque teria que custear para outros também — então uma quantia de 1.500 cruzeiros. Mas o ministro ainda teve o cuidado de ao invés de doar o dinheiro, ele deu a título de adiantamento. Então teria que ter posteriomente uma prestação de contas , como houvera antes, quando nós, em 63, fizemos o Congresso Sindical dos trabalhadores da Indústria, o II Congresso, que terminou a 1º de maio, teve um almoço de confraternização, então o Ministério deu uma ajuda de 2 mil crizeiros. Então nós prestamos conta regularmente, como consta no Ministério do Trabalho e foi efetivado. Então nós prestamos conta normalmente. E neste caso deste empréstimo de adiantamento de 1.500 cruzeiros, o meu tesoureiro que recebeu, então não fui eu quem recebei, foi dado um cheque em nome da CNTI e não em nome da turma de São S. Paulo, e esse dinheiro teve que ser depositado na conta da CNTI, lógico. E desse dinheiro teve que tirar também 1.500 crezeiros, mesma quantia correspondente, para entregar à turma de S. Paulo. Neste caso, eu tinha, como presidente, isto é estatutário, teria que assinar o cheque, senão o tesoureiro não podia sacar. E foi este o meu crime. Cumpri com a lei e obirgação de assinar um cheque de 1.500 cruzeiros. Assinado o cheque, foi retirado. o dinheiro e foi entregue a Luis Tenório de Lima, que era o presidente de uma Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de São Paulo e diretor-bibliotecário da CNTI, e contra-recibo — um recibo provisório — que foi dado e passado e que estava nos cofres da CNTI. Quando houve o arrombamento do cofre, foi presenciado por várias pessoas que esse documento, quaer dizer este recibo, foi escamoteado...

Quem arrombou o cofre?

— O cofre foi arrombado justamente por isso, quer dizer, houve uma comissão de sindicância na CNTI, uma interventoria, e na interventoria tiveram então que abrir o cofre normalmente. Isso se faz. Então foi aberto o cofre na presença de várias pessoas. Então teve até um contador do Ministério do Trabalho que assistiu isso. Resultado: então esse recibo desapareceu. Então a única, uma devassa que foi feita na CNTI por interventoria do Ministério do Trabalho, por um interventor, não encontraram nada que pudesse desabonar, não a mim, à própria CNTI, a entidade, e à própria diretoria da CNTI, nem meu tesoureiro. Porque em matéria de dinheiro não era comigo a responsabilidade maior. Mas como presidente ou tinha responsabilidade por de fato e por direito da entidade. Então qualquer deslize eu teria que arcar com a responsabilidade. Então não foi encontrado absolutamente nada que pudesse desabonar a diretoria da CNTI e a única coisa que pegaram foi justamente essa quantia. Resultado — correndo o processo, então arrolei as minhas testemunhas e as testemunhas encontraram O primeiro desistiu de falar, o que seria neste caso contra, ou então fala a favor do fato que pudesse ser ilegal. O segundo também se esquivou. O terceiro foi justamente um elemento de grande responsabilidade do Ministério do Trabalho, que era o contador. Ele falou que assistiu a abertura do cofre. Perguntaram se na parte financeira havia algum deslize, ele disse que absolutamente. Se ele tinha conhecimento que existia algum recibo na abertura do cofre, ele disse que existia, citou que o recibo tinha sido passado para o nome do sr. Luiz Tenório de Lima em caráter provisório para posterior prestação de contas. Perguntaram a esta testemunha que seria contrária a mim se esta erba era legal o ministro do Trabalho conceder, ele disse que era legalissima porque isto constava de lei, citou o número da lei, consta do processo, e que o ministro daria esta verba como adiantamento. Então, a entidade teria 30 dias para aplicação e posteriomene 60 dias para prestação de contas. Agora vocês imaginam. Se não houve tempo nem de gastar, quanto mais prestar conta. Depois, estas entidades de S. Paulo, mesmo como esta do Tenório Lima, foram invadidas pela polícia, foram lacreadas e a nossa também, então não havia condições de prestar contas. Foi esta a razão.

Então foi um processo forjado?

— Foi esse processo que me levou para a Ilha Grande. Então, resultado — verificado isso, eu foi condenado a 2 anos. Mas eu quero dizer ainda que Luiz Tenório de Lima, tinha sido condenado a 30 anos em S. Paulo e recorreu parão STM e cai para 4 anos. Então ele ainda foi solto primeorp do que eu. Então eu mandei que citasse a ele para vir para servir de testemunha para ver se ele levou dinheiro, se não levou, se deu recibo ou não deu. Ninguém melhor do que ele para pode exclarecer o processo. A verdade do fato. Resultado: Luiz Tenório de Lima foi citado, compareceu e deu todas as informações, mesmo assim com tudo isso eu ainda fui condenado a 2 anos. O tesoureiro meu por exemplo, nunca foi molestado, nunca foi preso.

Mas você acredita então que esse processo foi criado em função do que o Birê Internacional pediu?

— Eu acredito que sim, porque não havia outra razão. Como é que pode, se eu já estava aqui e fiquei 4 anos e 2 meses, e me deram mais um ano e dois meses e eu fiquei ainda com um crédito de 3 anos, o porque um processo daquela natureza se nada pudesse provar que eu tivesse ficado com o dinheiro? Porque o processo não provou que eu fiquei com o dinheiro, não havia razão.

Continua na página seguinte

Riani, ex-líder do PTB, declara:

"Ainda não é hora de formar o PTB"

Passado esse tempo todo, Riani então de repente acabou o AI-5, entrou a nova Lei de Segurança Nacional, existe um movimento para rearticular o PTB, passando tudo isso que você passou, a gente sabe perfeitamente que foi em função de um ideal que a gente sente que você ainda tem até hoje. Se pintar o PTB você começa tudo de novo?

— Olha, se vocês me falassem que era uma entrevista política, eu falava para vocês que não pretendia dar essa entrevista, porque eu ainda não gosto de falar de problemas políticos, no momento, por questões minhas, questões particulares, pessoais. Mas já vou dizer, inclusive para que vocês não pensem outra coisa qualquer, que eu esteja proibido por isso, mas a minha esposa teve que ficar aqui com 10 filhos, nós não tínhamos situação financeira e econômica e a mulher é que teve que aguentar isso. E, resultado, só de passar 1 ano e 6 meses sem me ver, ela perdeu a saúde, porque ela saía daqui para me visitar em Belo Horizonte, chegava lá eles não me mostravam, porque falavam está no quartel. Ela ia. Está na Secretaria de Segurança, ela ia. Está no DOPS, ela voltava aqui e tinha que mentir para os filhos dizendo que eu estava bem e quando nem tinha me visto. Então vocês imaginam o drama dessa esposa, de maneiras que ela perdeu totalmente a saúde. Então hoje vocês não queiram saber, nesse momento, como ela está preocupada lá na sala.

Deu para perceber na hora da entrada...

— Na hora da entrada? Então quero que vocês me desculpem isso, mas ela, coitada, tem a razão dela. Então ela arcou com essa responsabilidade. Hoje, felizmente, ultrapassamos tudo isso. Eu voltei ao meu trabalho normal, graças a Deus, estamos com a nossa vida em dia, tudo modesto, conforme sempre fomos. E resultado, meu caçulinha já está com 18 anos, naquela época devia estar com uns 3 ou 4 anos, e hoje já está aí servindo o Exército Brasileiro. Quer dizer que não tem mais problema, eu fico mais à vontade. Hoje eu posso ser mais um franco atirador. Mas tem esse problema dela. Você faz uma pergunta, é o que eu estou falando com vocês: vocês são novos, são jovens, tem que informar e a gente tem que colaborar, isso aí não tem dúvida nenhuma. Então a questão do PTB em si, eu acho que não voltaria, porque para mim seria muito fácil, porque já fui procurado pelo pessoal de São Paulo, inclusive com insistência da Ivete Vargas, eu recebi o convite de Belo Horizonte, do presidente do MDB, para uma solenidade na Assembléia Legislativa para o ingresso no MDB dos elementos cassados em Minas Gerais. Eu recebi um telefonema do Sinval da Cunha, que foi um brilhante deputado, em nome do presidente do MDB do Estado. Eu não quero dizer que recusei, mas falei que, para mim, por enquanto, ainda acho cedo, vou esperar, que não tem nada de imediato que pudesse precisar de mim agora. Então que eu preferia ficar numa regra três, mais tarde, quem sabe, eu poderia voltar. Então eu estou te dando aqui as coordenadas. E com a Ivete Vargas, de me pedir o negócio do PTB, eu também fui franco, fui claro, por enquanto eu não quero. Então você vê, agora que, com essa propalada abertura, que nós vamos ver se vem mesmo de fato, então é aí que nós vamos ver. Mas a minha opinião, do que eu pude deduzir até agora, do que eu tenho lido, que eu tenho ouvido, é que eu acho que a oposição, nesse movimento, eu acho que não é hora de formar o PTB. É hora de engrossar, se possível mais, o MDB. Porque o MDB, apesar de ser um partido consentido pelo Governo, como foi a Arena, e apesar da Arena ter todas as condições porque tem o beneplácito do Governo, o MDB sobressaiu muito mais, porque inclusive nos grandes centros, onde o povo é mais politizado, então o povo se manifestou nas urnas, nas eleições, apesar do Governo está sempre contestando, inclusive agora com a mensagem do presidente da República, é que a Arena ganhou em todos os setores. Mas nós estamos verificando que o MDB foi correspondido na bandeira que ele impôs, justamente pela redemocratização, pelo Estado de Direito, peça questão do hábeas corpus, para acabar com os atos arbitrários, esse regime de exceção, enfim, essa luta que o povo aceitou, essas manifestações, e o resultado é que o MDB, no meu modo de entender, cresceu nessas últimas eleições. Eu acho que é hora. Se nesses 10 anos, apesar de todas as falhas que pode ter havido, os atritos dos autênticos com os moderados, o MDB está representando um verdadeiro partido político, que muita coisa ainda tem que ser melhorada, porque em Minas Gerais, tem cidades como Ubá, por exemplo, é uma cidade tradicional, por exemplo, não tem o MDB. Então os outros municípios muito menores não têm o MDB. Hervália, por exemplo, não tem o MDB, Vários lugares não têm. Para criar então o PTB vai ser mais difícil ainda, principalmente por ser um partido cassado pelo Governo. Mas o PTB, não tenho dúvida nenhuma, que com essa abertura política aí, ele virá. Mas para mim, como você pergunta, seria muito fácil, porque se eu fui o último presidente do PTB em Juiz de Fora, e agora na hora dessa abertura, nessa hora da reorganização, então eu teria muita facilidade para que esses meus amigos,colegas de Ideais, estariam inclusive aí comigo para formar, não digo a mesma equipe, inclusive perdemos alguns colegas. Lamento a perda do meu vice-presidente, Adalberto Landau, que era um grande companheiro, legal em todos os sentidos, idealista e desinteressado, um rapaz objetivo em todos os sentidos, mas nós temos aí uma turma que toparia a formação do PTB.

Então, para mim, seria muito bom voltar e ser o presidente do partido. Mas eu acho que não é isso. Então é igual no setor sindical, então eu fui obrigado a falar, porque eu voltei à assembléia do meu sindicato. Teve uma assembléia para aumento de salário e eu fui lá porque estou achando que estou ganhando pouco. Todo assalariado acha que deve ganhar mais, muitas vezes não deve, mas precisa. O certo é que participei da assembléia, fiquei satisfeito, não digo empolgado, mas emocionado e a turma me recebeu de pé no sindicato com salva de palmas pela minha volta depois de 15 anos. Isso é coisa que a gente sente satisfeito pois tem 30 anos que comecei na vida sindical. Foi em 49, depois de um tempo desse. Depois de 15 anos de luta, depois de 15 anos parado por causa desse ato de exceção, por causa da minha cassação, eu voltar a uma simples assembléia e ser aplaudido pela minha classe e muitos que nem me conhecem, a gente fica satisfeito. Então fui obrigado a dizer para eles, ao agradecer, que eu estava ali para colaborar com o mesmo espírito, apesar de mais velho, meio alquebrado na questão da idade, mas que meu espírito ainda é mesmo, é o sindical, que não era por política que eu estive preso. Porque não era por ser presidente do PTB de Juiz de Fora, porque do PTB ninguém ficou preso, a não ser para averiguações. Em Minas Gerais ninguém ficou preso pelo PTB. Então, em Minas Gerais, apenas 3 deputados operários, sindicalistas. Um da Mina do Morro Velho, um da Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte, e eu, dos Eletricistas, é que fomos cassados na Assembléia de Minas Gerais. Aí eu fui obrigado a explicar isso para eles, que eu só não compareci durante esses 15 anos porque eu estava completamente proibido, não podia comparecer às reuniões porque era cassado. Se agora tem essa abertura, estou aqui de novo para ajudar a reivindicar o que é justo para nós.

Como é que você vê a volta do movimento sindical, com as greves, com as lideranças sindicais atuais?

— Então o que eu queria dizer era o seguinte: para mim voltar agora, eu queria voltar é para o setor de base, sindical mesmo. Para mim colocar, por exemplo, como é que eu vou voltar para o setor sindical agora? O Riani, se alguém ficou satisfeito porque eu cheguei a presidência da CGT e a presidência da CNTI com muita luta, porque eu comecei num sindicato pequeno de Juiz de Fora. Pequeno, no modo de dizer associativo, porque ele foi tão grande quanto o maior que tivesse na Guanabara, porque nós chegamos daqui a ser presidente da CNTI. Então, para mim, agora, por conhecimento, podia ser talvez fácil de chegar à cúpula da CNTI outra vez. Tem lá o mesmo Ari Campista que a gente derrubou há 15 anos. O Ari Campista que estava lá com Deocleciano há 17 anos, que desde quando existia a CNTI era apenas o sr. Deocleciano Noronha de Cavalcante. Aí eu me sinto muito feliz, tanto no dia da minha eleição, que eu falei que me sentia realizado, que eu não precisava nem de ser eleito porque eu consegui que nas duas chapas formadas para a disputa da CNTI, que não participasse em nenhuma das duas nem o Deocleciano e nem o Ari Campista, que era o presidente e o secretário geral. Então eu não precisava ser candidato a nada, porque detentor do meu ideal, no início da coisa me levaram para presidente. Então agora eu podia até querer voltar para ser o presidente. Nada disso. Eu acho que num setor desse você tem que voltar, o verdadeiro líder sindical tem que ser forjado é na base, então. Participei das assembléias, do movimento sindical, das reuniões intersindicais que estão paralisadas aqui em Juiz de Fora. A gente não vê mais aquelas reuniões do meu tempo em que se discutia tudo quanto era problema, era o problema da casa própria, da previdência social, educacional, e tudo isso era discutido, não era só aumento de salário. Todos os setores de todas as categorias, os sindicatos se reuniam lá para discutir, porque, por exemplo, não instalam lá um ambulatório do IAPC, porque o IAPC não dá assistência. Então estava ali o associado do IAPI, o sindicato do IAPI, e dos bancários, lutando para o que os comerciários tinham direito. E assim também os comerciários na mesma reunião, lutando para que os bancários tivessem aquela sede que acabou não tendo. Construíram uma sede lá no Parque Halfeld para ser o Instituto do IAPI, depois na unificação os bancários acabarem perdendo. Resultado, mas eram assim as intersindicais, e com isso nós formamos sempre no movimento sindical, da minha época, nós fizemos várias reuniões regionais e fizemos pelo menos 4 congressos sindicais em Minas Gerais, dos muito poucos que se pôde realizar no país. Então nesses congressos é que a gente saía para os encontros, conferências e congressos nacionais. Então é que tem que ser feito, isso é que os sindicatos agora também precisam. Porque no meu tempo também foi difícil. No tempo que eu comecei no movimento sindical era igual agora, era caso de polícia chegar no sindicato e pedir a palavra, que era imediatamente, hoje é taxado de agitador e subversivo. Naquele tempo era taxado de comunista. Por qual razão? Porque os pelegos estavam na direção dos sindicatos. No tempo do Dutra foi prorrogado os mandatos sindicais, então eles já estavam lá, e qualquer assunto que você fosse tratar que discordasse da direção da entidade, você era imediatamente taxado de comunista e era expulso também do sindicato. No meu sindicato, o de carris urbanos naquela época, que congregava a maior turma da Mineira, que era a Mineira, Força e Luz, Bonde e Telefone, então um sindicato preponderante, antes de fundar o da Força e Luz, Telefônica e Hidrelétrica, era os Bondes. Então, colegas nossos lá, por discutir problemas de finanças do sindicatos, foram expulsos lá por serem taxados de comunistas. Então foi nessa época que eu nasci no movimento sindical, justamente na época de Dutra, de 49, quando não se podia falar. Mas nós começamos na base.

"O Brizola não é de sentar na mesa, conversar, debater"

Parece que, com a formação do PTB, vai ser criada uma nova disputa entre as duas correntes, ideológica e fisiológica. O que você acha que pode preponderar agora no PTB?

— No PTB eu não sei, porque muitos agora estão vendo com essa facilidade da abertura, muitos até que estavam parados por uma questão política, querendo voltar, estão achando um meio de continuar liderando. Porque hoje eu acho isso muito difícil. Não quero dizer que a massa seja outra. A massa é a mesma. Pode estar mais esclarecida, pode estar mais castigada, pode estar mais com saudades das lutas e até mesmo a juventude que está aí, que nós ainda não conhecemos, porque no arbítrio ela não pôde se manifestar, então ela agora vem com a corda toda. E é justo e é notório. Então nós não sabemos quais são essas tendências, e é aí que tem de ter umas pessoas ponderadas para saber dar o equilíbrio necessário prá formar ou o partido, ou as opiniões, ou as reivindicações que eu acho de fato e de direito...

Mas e a liderança sindical atual...

— Deixa eu acabar de responder. Então é a questão do Brizola.

O Brizola, no Rio Grande do Sul, ele deve ter os seus elementos e uma grande massa que o acompanha. Porque ele é da velha guarda, e sendo amigos ou não, amigos leais a ele, que acham que tudo o que ele pregou era certo, e há os jovens, porque a juventude pode acompanhá-lo também. Mas tem uma outra turma que tá lá. O Brossard, o Simon, que é um outro pensamento, que embora são grandes nomes hoje, figuras já de âmbito nacional. De maneira que, numa hora dessas, já há quem fale que Brizola vem e que esses dois elementos já são elementos do segundo time. Então como é que vai ficar? Se um Brossard, que é um senador, um líder, reconhecido hoje, um Simon, com aquela votação, eles vão querer ser liderados pelo Brizola? Agora o Brizola vai querer ser liderado por alguém? Ele nunca quis ser liderado, nem pelo cunhado dele que era Presidente da República, haja visto as campanhas dele «cunhado não é parente. Brizola pra presidente». Porque o Brizola naquela época, eu acho que cometeu inúmeros erros. Porque no dia em que ele for fazer uma autocrítica, pode ser que não, depende da opinião dele, mas como é que ele lutou tanto para tirar um Santiago Dantas Ministério a Fazenda? Então, quem sou eu pra falar em economia, em finanças, quem sou eu? Mas nós pelo menos estávamos atendendo ao governo e estávamos aí. Ele achou que estava errado e teve que tirar o Santiago Dantas. O Amaury Kruel foi o que foi agora, mas na hora foi o que serviu ao Presidente da República, e era Ministro da Guerra. Houve uma campanha do Almino Afonso por causa do Brizola, todo mundo acompanhou pra tirar o Amaury. Porque numa hora dessas quem era o Presidente, era o Jango, quem sabe das responsabilidades, quem sabe porque determinado elemento, determina peça é importante o para o setor? Então o Brizola fez e tirou. Mas eu te pergunto: mas tinha o Amaury Kruel que traiu o Presidente e tiunha que tirar. Mas não é isso. Tirou ele e esqueceu que tinha um general Osvino, que era o chefe do 1º Exército. Quer dizer que é um problema muito difícil da gente analisar assim numa entrevista. Porisso que eu falo que a gente precisa ter um maior amadurecimeno para poder analisar todos esses anos. Então o Brizola agia dessa maneira. Chegou ao ponto de que, isso foi constatado, nunca ouvi falar o contrário, que o Carvalh Pinto só chegou a governadordo Estado porque foi o governo financista lá em São Paulo. E o Carvalho Pinto foi governador de São Paulo por causa das finanças lá de São Paulo. Respeitado por qualquer elemeno político e todo mundo respeita. Quer dizer, o doutor Jango, na hora do interesse nacional, não foi botar o senhor Santiago Dantas, do PTB? Não. Foi lá e buscou um Carvalho Pinto e botou como Ministro da Fazenda. Então o que acontece? Na hora da campanha pode tirar também o Carvalho Pinto? Então, o Brizola tem os seus pontos de vista que a gente não sabe porque. Só se conversar, debater as razões, porque ele também não explica. O sujeito quando acha que é líder não quer conversar muito, ele paga os dados dele e pronto, e acabou. Então não pode, isso aí você tem que sentar na mesa, conversar, debater, e ele não é muito disso. Isso é uma questão do ponto de vista dele.

Ele não gostava muito de dar explicações...

— Não. Isso é o ponto de vista dele.

rivalidade dele com o Arraes até hoje permanece.

— Ontem eu li num jornal aí, não sei se é verdade, porque a gente não sabe se ele falou, se puseram. se deram um chute, se foi cortado o resto da entrevista, mas ele está falando, no jornal que eu li ontem, que ele estava fazendo mal juízo dos Estados Unidos naquela época, etc. e tal, mas que não eraassim, mas que ele falava assim porque elementos de potências internacionais também queriam desrespeitar a Rússia e tal. São umas opiniões que a gente não pode definir não é? Só ele mesmo pode definir as idéias dele. Mas agora eu acho que a questão é igual ao problema dos trabalhadores de São Paulo. Então vem o «Lula» querer fundar agora o Partido dos Trabalhadores. Olha gente, porque fundar um partido dos trabalhadores agora, se o trabalhador agora tem que se conscientizar da luta operária mesmo. E a única entidade que ele tem agora, que pode garantir todos os direitos prá ele, reivindicar o que ele precisa, é o sindicato. Essa é a maior sociedade da classe operária. Agora não pode ser apenas o Sindicato dos Metalúrgicos do Inácio, do «Lula», que está ali congregado. Mas se for andar mesmo no Interior de São Paulo, o Sindicato é capaz de não estar mais funcionando há muito tempo, porque quantos ainda existem, há quinze anos, e estão lá? Agora mesmo eu soube, do meu setor, de energia elétrica, que caiu o presidente da Federação de Energia Elétrica de Sao Paulo, um tal de Navas, que está há quinze anos lá. É isso aí. Então é um problema sério, essa gente tem que olhar um problema desses. Agora, eu sou contra um Partido dos Trabalhadores? Eu não sou contra, mas estou achando que a classe trabalhadora não está em condições, é um problema difícil, eu acho que pode ter um líder, mas num momento como esse vai é subdividir cada vez mais. Então pega o MDB.

"Os autênticos estão mais ponderados que os conservadores"

E não a solução agora seria uma Frente? Não digo Frente não, porque várias Frentes já foram criadas aí e depois elas...

Eu digo usar o MDB como uma Frente.

— Os partidos políticos agora são dois, não tá aí? É uma opção. E a única opção que tem agora é o MDB. E o MDB tem de levar avante isso. Agora não há condições de formar um outro Partido. A própria lei que está aí não facilita isso. Não facilita. Agora, na formação desse Partido aí é que venha, não digo os conchavos políticos, como eles falavam naquela época, mas que venha aí na questão dos pontos de vista, que formem as suas opiniões, se congreguem pra vero que há de melhor. Então eu acho que agora... Por exemplo, o MDB os autênticos, sempre tiveram uma luta, sempre fizeram restrições aos conservadores. Hoje, como é que os autênticos estão? Estão mais ponderados do que os conservadores. Tamanha foi a liderança de um Ulisses Guimarães. Quem pode falar hoje do Ulisses Guimarães na chefia de um MDB? Falar que ele não cumpriu com o papel dele? Quem é que pode? Nem a oposição. Ele é respeitado lá, e tem de ser respeitado. Quem é que vai falar de um Tancredo Neves? E assim são outros, como Franco Montoro. Então você vai procurar nesses elementos conservadores, que saíram inclusive não foi do PTB, porque o Montoro veio do PDC, o Tancredo veio do PSD, o Ulisses do PSD. Esses são nomes que estão aí e que estão dando recado de forma que a massa está entendendo, os intelectuais estão entendendo. Então o autêntico também tem que entender que nem tudo... É aquilo que aconteceu com o pacote de abril. Vão pagar pra ver. Tá. Paga e viu. Tancredo avisou: pode, não tem problema. Taí o que aconteceu.

Mas essa foi a primeira vez que o MDB agiu realmente como Partido, usando as atribuições de aprovar ou não alguma mensagem do Executivo.

— Mas numa hora dessas tem que prevalecer, porque vocês não são políticos e eu também não sou, mas tem que prevalecer o senso político. Muitas vezes era preferível, naquela hora, você deixar de usar aquilo que você chamou de agir como um partido, e você ganhar. Aí não tinha os biônicos hoje. Você hoje tinha maioria aí. Tá certo? Então tudo depende do momento, tudo depende da hora, de ter cabeça fria para analisar também, não é só questão da lógica. Não é o negócio do tem que ser. Tem que ser, então tá certo. Com esse negócio do tem que ser, você vai de peito aberto e ele te dá um tiro e acabou. Isso também eu fiz várias vezes. Eu cheguei a abrir o peito assim e enfrentar revólver.

Porque eu também tive na luta e vou contar. Mas numa das reuniões da bancada do PTB para escolher os seus líderes... Isso é pra você ver o que é um Partido, porque vocês não conhecem. Bancada doPTB para escolher o seu líder e o primeiro-secretário da Assembléia de Minas. Então um deputadozinho levantou e chegou o dedo assim no nariz de um outro deputado. Ora isso eu não posso admitir. Questão minha. Às vezes um sujeito pode até me dar uma tapa na cara amanhã e eu fico quieto. Mas eu não admitia isso jamais. Eu como uma pessoa, como homem, como chefe de família, como ser humano, que um deputado chegasse com um dedo no nariz do outro. E de quem? De um Castelar Guimarães, que era meu colega, que era promotor público e tudo. Um sujeito de bem. Fui falar como deputado: ô deputado, não faz isso porque é uma falta de respeito, ele virou o dedo pro meu nariz. O que é que eu fiz? Com a outra mão meti os cinco dedos na cara dele e ele caiu lá pro chão. Arrancou do revólver, outros seguraram e eu dei a ele os outros cinco dedos. Ficou marcado, ó. E não sei como acertei a cara dele. E ele estava com um revólver, o dia que vocês quiserem saber disso. está lá; os jornais não publicaram que o Riani fez isso, porque nós estávamos em recinto fechado, tá certo? Mas publicou que a gente estava exaltado e que no outro dia o outro estava com a cara vermelha e tal e tal. Saiu.

E quando foi isso?

— No tempo em que eu era deputado. Teve uma outra vez que numa reunião nossa do PTB, estava o Santiago Dantas, ministro Santiago Dantas, um homem da maior intelectualidade, considerado o Rui Barbosa da época. Estava la o senador Camilo da Gama presidindo, estava lá o Waldemiro Lobo. O Waldemiro Lobo era grandão, corpulento. Ele arrancou do revólver lá e quis me empastelar. Aquilo só podia ser nervosismo mesmo, não sei porque. Eu estava num cantinho assim, e fui me afastando, saindo com o peito aberto, falando que ele não dava tiro, até ele sumir na outra porta. Se ele erra ali, se ele treme, eu estava feito. E eu fiz isso com o peito. Tá lá. tem muitos elementos que viram, porque foi na bancada do PTB. Então vocês aqui fora não sabem o que a gente enfrenta a toda hora. Isso era dentro da minha bancada do PTB. E todos esses dois casos não foram comigo pessoalmente. E na Assembléia também tinha diz que a gente tinha que enfrentar. Então eram esses problemas dificílimos para você analisar. Então eu vejo, numa hora dessas, não é ele arrancar o revólver, não é eu enfrentar o revólver, está entendendo? Porque não esperar um Santiago Dantas falar, um Camilo explicar: você pode ter razão, você pode ter isso não é? Uma questão de senso político. Porque ser político é saber conceder, é saber abrir mão de certas coisas. Porque eu não sei, eu não sei porque eu nunca fui com isso. Eu não sei.

No caso do pacote de Abril, Riani, qual teria sido a maneira mais «malandra» do MDB agir?

Na minha opinião, eu não sei. Na poca eu não acompanhava a política, estava cassado e nem me lembro. Talvez na hora eles até tivessem razão. Talvez a melhor solução para quem tinha um compromisso com o povo era fazer o que fez mesmo. Mas não foi uma decisão política. Não foi para o povo que acabou sendo o mais prejudicado, está entendendo? Então é isso. Nesta hora tem de se ver o senso político da coisa. Não é a questão da lógica em si. Eu já não digo coisa de moral, ou outras coisas. É a questão da oportunidade. Mas a turma mais quente falou que tem que ser, então foi. Pagou prá ver. Você pode pensar assim, eles agiram assim pensando que, concedendo aquilo, eles ganhariam outra depois. não é? Mas acontece que se eles cedem, podia acontecer também deles fazerem o que quisessem em outra oportunidade. Igual lá no Rio Grande do Sul. Quando começou, o Castelo Branco cassou uns deputados, o MDB tinha maioria lá pra fazer até governador, o governo cassou mais, até dar número para a Arena ser a maioria. Então não tem jeito, tem? Eles não tem medo de usar os atos arbitrários, não têm medo da repercussão, porque eles agem é assim mesmo, e agem em nome da liberdade, em nome da democracia, em nome da verdade, em nome do direito, então é isso. Como é que vai responder?

"Eu era liderado politicamente pelo dr. Jango"

Como você vê a volta do Leonel Brizola? Seria um fortalecimento para o MDB ou para a Arena?

— Isso aí ainda é muito cedo para a gente fazer uma análise e eu acho muito difícil também. Primeiro porque eu ainda não respondi muito bem à pergunta do seu colega, sobre a volta do PTB. Eu acho que vai acabar tendo muitos elementos saudosistas e o Partido Trabalhista Brasileiro, se você verificar a estatística daquela época, foi o partido que mais cresceu. Porque o PTB tinha o João Batista Ramos, que foi um grande ministro do Trabalho, tem um Almino Afonso, que mesmo discordando da liderança do PTB, tinha uma grande liderança estudantil. Então as reivindicações que nós tínhamos, a nossa afinidade maior era com a turma do PTB, que nós conseguíamos. Quer dizer, a gente estudava essa legislação trabalhista, e estava na obrigação. Quer dizer, um partido nessas condições, assim, e nós já tínhamos conseguido também vários elementos do nosso setor, quer dizer, a gente era bem mais entrosado, as nossas reivindicações eram bem equacionadas por eles, apesar de outros que nós conseguimos apoio. Então, resultado, o PTB, na hora aí de sua volta, é um partido que deixou marcada aqui a sua posição. Então tem muita coisa. Se você for analisar aqui em Juiz de Fora, o que é que fez o PTB aqui em Juiz Fora? O PTB não é do meu tempo, do elemento que eu combati, do PTB de Juiz de Fora, o deputado Zanini. o deputado Ildebrando Bisaglia, e tal. Quer dizer, foi uma luta aí para trazer muitas coisas para Juiz de Fora. No tempo do Jarbas de Lery Santos, foi aquele restaurante do SAPS, famoso em Juiz de Fora e que hoje está fazendo uma falta tremenda. Então foi o restaurante do SAPS, postos de assistência, posto de segurança e higiene no trabalho, o problema do SAMDU e mesmo esta agência do IAPI que tem aqui em Juiz de Fora, nós conseguimos através do doutor Getúlio. Depois esteve paralisada com a saída do doutor Getúlio, em 29 de outubro de 1945. Nós conseguimos novamente com Juscelino e Jango. Juscelino na presidência e Jango na vice-presidência. Então nós conseguimos e está aí. Aí nós conseguimos a construção daquelas casas lá no bairro Costa Carvalho, no Conjunto JK, tudo isso. Então eu acho que, nesse setor político, quer dizer, a reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro. pode sair e eles podem, numa hora dessas, se o MDB está tendendo, vai ser muito difícil uma divisão, mesmo no sentido assim global. Então, passando agora para a sua pergunta, a questão de Brizola. A questão de Brizola, eu acho muito cedo para analisar. Não é que eu discorde do Brizola. mas cada um de nós tinha uma faixa em que funcionava. Então você vai buscar na história do movimento trabalhista, na história de Brizola, você não vai encontrar o Brizola afinado com o movimento sindical. O Jango, por exemplo, chegaram a dizer inclusive pessoas honestas mas que eu acho mal-informadas, em entrevistas que eu já li, de que o Jango pretendia formar uma república sindical no Brasil. Isso eu nunca tive conhecimento. Mas por aí você vê a ligação do Jango com o movimento sindical. Assim você vê que tinha o Almino Afonso, que era ligado com os líderes estudantis, e que passou a ter uma certa ligação com o movimento sindical. Assim era o Franco Montoro, que não era nem do PTB, tinha uma grande ligação com o movimento sindical, inclusive foi até ministro do Trabalho. E assim era o João Batista Ramos, que foi um grande ministro do Trabalho também, considerado o ministro da Previdência Social, não é? Então o Brizola não tinha essa afinidade com o movimento sindical, embora o que Brizola pregava, e o que ele falava era aquilo. Ele pegou uma certa bandeira aí e por isso pegou uma popularidade tremenda.

Eu, por exemplo, no meu tempo, nunca fui liderado do Brizola e nem pretendo ser. Tenho meus pontos de vista e naquele tempo sim, eu poderia dizer que era liderado pelo Jango, liderado politicamente pelo doutor Jango. Sindicalmente, um dia eu cheguei a dizer isso para o presidente: o movimento sindical operário é independente. Nós temos no governo apenas um aliado. O senhor pode ser o meu chefe político, porque o senhor é presidente do PTB e eu sou obrigado a acatar, se eu não quiser eu saio do PTB. Quer dizer, então não há disciplina partidária. Não há disciplina, não é isso mesmo? Então ele era o presidente nacional e eu era o presidente do diretório, eu tinha que seguir, partidariamente, mas sindicalmente não transijo nunca, jamais.

Porque uma classe, quando reivindicava, é lógico, é notório que ela está reivindicando aquilo que é justo, ou pelo menos que acha de bom senso ou de boa fé. Por isso ela vai até as últimas consequências, que no nosso caso é a greve, não é?

"Roupa nova no PTB? Não vem ao caso..."

Você acha que a volta do PTB poderia ser na mesma roupagem de antes, ou o partido teria que se modernizar para acompanhar os dias atuais?

Eu acho que isso não vem ao caso. Esse negócio de roupagem... Porque você pode escrever no programa uma coisa muito bonita e você vê, na nossa Constituição tem tanta coisa bonita que ainda não pôde ser realidade, não é mesmo? Os elementos que estão querendo a formação do partido são aqueles que pertenceram ao PTB, tá certo? Agora é lógico que vai haver uma inversão de valores, porque existe a mocidade que deve participar, que vai participar. Agora eu vou te explicar o seguinte: o PTB, por exemplo. O doutor Getúlio, quando formou o PTB, ele viu que dentro do PTB não cabia a classe operária com a classe conservadora. É, na minha opinião, ter visão, na hora da fundação do Partido Trabalhista. Pegou lá um elemento intelectual, Alberto Pascoalini, deu as diretrizes lá, como deveria de ser, a parte doutrinária do partido. Mas ele mesmo, em 1952, vocês podem pesquisar porque eu não tenho isso aqui, conclamou a classe operária, aos trabalhadores, que teriam de eleger seus próprios representantes, dentro das fábricas, nas oficinas. E nessa época muitos atenderam. Então, dentro do PTB, quantos operários foram eleitos! Então é o meu caso, por exemplo. Eu fui eleito pelos operários de Juiz de Fora, embora também outras classes estivessem comigo. Mas os operários é que me indicaram, fizeram comissão, pegaram dinheiro da Caixa; para fazer cédula, um dá cinco, outro dá dez. Fizeram cédulas, porque não tinha nem jeito. Então eles me elegeram, a classe operária, dentro do PTB, dentro do partido. E assim foi eleito um Sinval Bambirra, e assim foram eleitos vários em outros Estados: o Benedito Cerqueira, vários deputados federais. Aqui nós tivemos, salvo algum engano, porque tinha muito tempo, a gente precisaria pesquisar, mas nós tivemos o prefeito de Barão de Cocais, na zona metalúrgica, tivemos o prefeito de Itabira, operário, em Pará de Minas, terra do governador Benedito Valadares, interventor, dono da política de Minas, pegamos um bombeiro hidráulico e foi eleito prefeito de Pará de Minas. E assim foi. Perdemos muitas também. Perdemos muitas paradas. Mas assim era. Quantos vereadores fizemos por aí e que ninguém sabe disso, porque a História não conta? Então você vê, só na Assembléia foram cassados três deputados operários, de dentro do PTB. Em São Paulo, por exemplo, na última campanha, vários elementos nossos foram eleitos e não foram empossados e assim foram em vários lugares. Então agora, na formação do PTB, com nova roupagem? Nova roupagem é nova gente, novas personalidades que tenham o mesmo ideal. Mas escrever no programa o quê? Talvez você encontre na Arena, porque eu não conheço o programa da Arena, coisas melhores do que no PTB. Porque escrever qualquer um escreve. A questão é funcionar. Então nós queremos o quê? Os da minha época vão querer o mesmo que quiseram ontem, e eu não acredito que os estudantes vão querer coisa diferente, e os outros elementos não vão querer aí mais do que eu queria.

Novos rumos para a oposição sindical

Após anos de preparação lenta e difícil, atuando nas condições mais adversas, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo surgiu, publicamente, disputando, através da Chapa 3, as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ao mesmo tempo em que assumia um papel importante na condução das greves de maio/junho e da greve geral de outubro. Sua aparição repercutiu tanto, ao ponto do ex-deputado Lisâneas Maciel tê-la classificado, durante debate promovido pelo EM TEMPO, como «um dos fenômenos políticos mais importantes do Brasil».

Em busca de definições políticas organizativas que norteiem sua ação, a OSM-SP realizou, recentemente, seu primeiro Congresso. Reafirmação do papel da organização independente e das Comissões de Fábrica, crítica à estrutura sindical vigente e reiteração da necessidade de construção de um sindicato livre, posicionamento contra o arrocho salarial, pelo direito de greve e pelos delegados sindicais eleitos pela base, além da disposição de lutar por uma anistia ampla, geral e irrestrita, são os pontos principais das teses aprovadas. Com a publicação dessa síntese, pretendemos iniciar um debate franco e aberto com os vários setores combativos do movimento operário, que prosseguirá em nossos próximos números.

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nasceu em 1967/68 quando formou a primeira chapa de oposição ao pelego Joaquim dos Santos Andrade. Nessa época, alguns fatores contribuiram para a sua formação, ao mesmo tempo em que dificultavam a sua capacidade de ação e influência junto à classe operária:

a) O sindicalismo atrelado que sempre fora utilizado para a demagogia e entorpecimento das iniciativas organizativas livres da classe, ou como instrumento de repressão, estava atuando só como organismo policial e repressivo;

b) Muitos operários dispostos a lutar pela classe eram barrados no sindicato e os problemas da classe se acumulavam por causa do arrocho salarial, péssimas condições de trabalho, perseguições, etc.;

c) As experiências de Osasco, onde uma diretoria combativa fora expulsa do sindicato, mostrava que não era possível organizar a classe só com a ocupação do sindicato atrelado;

d) A repressão policial atingia principalmente os operários mais combativos e conscientes.

Combate à estrutura sindical

A oposição nasce propondo um combate à estrutura sindical e defendendo a organização pela base da classe operária, começando a discutir algumas experiências isoladas de Comissões de Fábrica e Grupos de Fábrica.

Entretanto, uma parte dessa oposição ainda estava muito influenciada pela herança de um sindicalismo de cúpula que se interessava mais pela ocupação da máquina sindical, mesmo que atrelada, do que pela sua destruição e investir principlamente na atuação de base. Estas tendências sempre estiveram presentes. E isso fez com que essa oposição Sindical, embora tivesse boas idéias, tivesse como característica principal a de uma frente eleitoral anti-pelega, sem uma proposta e prática própria de sindicalismo alternativo.

Sem conseguir, e devido a essas divergências, sem concentrar sua ação nas bases operárias, a OS nunca conseguiu atingir mesmo seu principal objetivo limitado, que era destituir o pelego. Isso porque só movimento de toda a classe conseguiria afastar um grande instrumento do regime ditatorial, apoiado pelas leis e pela polícia. O pelego conseguia intimidar a OS e esta não conseguia contato com toda a classe. Em 1975 a OS não consegue formar chapa. A partir disso, alguns companheiros resolvem organizar setores e fazer os primeiros contatos de base de forma sistemática.

Surgem as comissões e as interfábricas

Em 1978, ano de novas eleições sindicais, a Oposição Sindical já aparece de forma mais estruturada e com mais respaldo de base. Lança a chapa 3. Para isso contribuiu o agravamento da crise econômica que recaía, sobretudo contra os operários que estavam mais dispotos a se rebelar. A OS consegue tirar uma plataforma política e sindical mais definida e desenvolve propostas mais concretas de organização independente e de base, aproveitando as experiências mais desenvolvidas de Comissões de Fábrica e propondo índices de aumento mais de acordo com a disposição de luta de classe.

Para essa chapa ajudou muito a partticipação que diversos companheiros da OS tiveram nas greves de maio levando as bandeiras da oposição, participando ativamente das greves e formando diversas Comissões de Fábrica e Inter-fábricas (organismos de diversas fábricas para orientar lutas em conjunto).

A chapa 3 experimenta um grande crescimento e extraordinária aceitação junto à categoria. Pela primeira vez assusta o pelego Joaquim que acaba reunindo todos os recursos legais e ilegais para impedir a vitória da oposição.

Apesar dessa «derrota», a OS fica com o que mais importante conquistou, que forma as condições para relacionar com as fábricas e os operários mais combativos que surgiram das greves. Essa experiência vai mostrar duas coisas muito importantes: a primeira é que o movimento operário já estava existindo com muita força e vigor combativo. A segunda, é que a oposição estava despreparada política e organizatóriamente para satisfazer as crescentes necessidades dos operários nas fábricas e nas greves. Essa realidade também modifica a vida da Oposição. Exige dela maiores definições e maior dinamismo.

Um órgão autônomo e permanente

Depois das greves de novembro, fortemente impulsionadas pela pregação da OS, verifica-se um grande abismo. A traição pelega mostrou que era necessário um combate muito mais positivo ao peleguismo, porque sua capacidade de manobra era muito grande. A OS não podia mais ficar vivendo de boas idéias. Ou ela fazia alguma coisa para organizar a classe ou desaparecia. Aí surge a proposta de fazer um Congresso onde tyodas as idéias e todas as propostas fosse analisadas, discutidas de forma a criar uma só política sindical para a Oposição Sindical, capaz também de organizar e orientar as dezenas de companheiros dispostos a lutar contra o peleguismo e fazer um trabalho de fábrica organizando toda a classe.

A idéia do Congresso para resolver inclusive muitas pequenas divergências criou entusiasmo na maioria dos setores. Entretanto, a idéia do Congresso sempre esteve muito ligada à idéia de organizar a OS enquanto órgão autônomo e permanente de atuação dos sindicalistas que defendiam a independência da classe. É isso encontrou uma resistência, a dos companheoiros que ainda apostam mais na modificação de diretorias dessa sindicato do que na sua ddestruição. Esses companheiros não se interessaram muito pelo Congresso, o que tem sido coerente com a sua prática de pressionar o pelego para decretar greve ao invés de apostar nas ações da classe organizada de fora dessas algemas que é o sindicato atrelado.

Esses companheiros se retiraram no início do congresso alegando a necessidade de intervir na greve do ABC. A maioria, entretanto demonstrou que isso era uma simples alegação para não participar do Congresso, pois a OS não tinha nenhuma proposta de conjunto capaz de realmente ajudar aqueles companheiros grevistas. Isso poderia ser feito no primeiro dia e no segundo já se tiraria as primeiras consequências práticas do Congresso, levando ao ABC e principalemnte na capital, uma linha de ação e apoio à greve. Não basta mais a oposição ser mais uns cinco ou dez operários a distribuir boletins e fazer piquetes. Elz só vai sobreviver enquanto alternativa ao sindicalismo atrelado se colocar para si a tarefa de organizar a classe organizando suas lutas. Daí, a importância e urgência do Congresso.

Essas ponderações foram aceitas pela maioria dos delegados de todos os etores, com exceção de alguns delegados da Penha, Cidade Ademar e todo o setor de Socorro que se retiraram na abertura do Congresso. Isso, entretanto, não chegou a prejudicar suas realização que foi capaz de definir mais claramente novos rumos e nova prática para o sindicalismo independente. Esta perspectiva começa a aparecer nas resoluções aprovadas. Elas são o início das grandes tarefas e discussões políticas e sindicais necessárias à construção de uma alternativa de independência e libertação da classe operária em relação às propostas de conciliação de classe existentes hoje e à própria natureza expressiva é exploradora da sociedade capitalista.

Comissões eleitas pelos trabalhadores

Características e Objetivos das Comissões.

- *As comissões devem ser eleitas por todos os trabalhadores com representantes de todas as seções. Estas comissões tem se demonstrado mais firmes diante dos patrões do que aquelas indicadas em parte ou no todo pelas chefias.*
- *A Comissão deve negociar, as decisões são da assembléia. Zª A assembléia de fábrica pode destituir a Comissão e as reuniões por seção podem destituir os representantes que não estiverem satisfazendo.*
- *Os membros das Comissões devem ter estabilidade de acordo com os interesses dos trabalhadores;*
- *A comissão precisa ter seus próprios meios de sustentação finanças, boletins, local de funcionamento, etc;*
- *As comissões devem manter sua independência em relação à atual estrutura sindical;*
- *Várias comissões de uma região formam uma INTERFÁBRICA, cujo papel é definir melhor a função das comissões baseado nas experiências, e junto com os demais companheiros encaminhar as lutas na região;*
- *As comissões devem lutar contra as tentativas de desvio do seu caminho por aqueles que querem transformá-la em CIPAs, Comissões Partidárias (operários e patrões numa só Comissão). Todos os que estão contra as comissões de fábrica acabam defendendo a atual estrutura sindical;*
- *As comissões devem se tornar órgãos permanentes de luta a fim de quebrar definitivamente a estrutura sindical atual e constituir o sindicalismo independente.*

As Comissões e o Sindicato

- *Um sindicalismo nascido das comissões não é paralelo porque a atual estrutura sindical é contra os trabalhadores. As comissões são as sementes de um sindicalismo de base, independente e representativo;*
- *As direções sindicais devem estar prioritariamente a serviço das Comissões e não o inverso. Quanto mais fortes forem as Comissões, mais fortes serão as direções. A ligação das Comissões com as direções sindicais deve ser vistas em caso específico.*
- *Com uma direção sindical que pratica a verdadeira democracia operária, a relação será natural e de fortalecimento dos dois lados.*
- *Em todos os casos, as Comissões devem participar da vida sindical unidas com o conjunto dos operários de fábrica.*
- *A oposição deve propagandear e orientar a formação de grupos e Comissões mesmo onde não existam trabalhadores de oposição;*
- *Deve lutar para que as Comissões se tornem uma conquista da classe operária.*

Por um encontro Nacional

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo não é um novo tipo de sindicato, mas é uma frente de sindicalistas que lutam por um novo tipo de sindicalismo, orientando os combates dos trabalhadores no sindicato atual e nas fábricas.

A OSM-SP intervém privilegiadamente na classe e suas lutas, visando organizá-la. Mesmo quando ela participa de algum organismo do sindicato oficial, como a Comissão de Salário, por exemplo, seu objetivo é criar as condições para a derrubada do atual sindicato atrelado.

Por isso, mesmo que uma oposição consiga chegar à diretoria de um sindicato, ela continuará sendo oposição sindical até que os movimentos dos trabalhadores, organizados independentemente pela base consigam construir sua Central Sindical. Por isso, a OSM-SP, na luta pela conquista da direção deste sindicato atual, levará a ele o mesmo programa de organização dos trabalhadores que pratica hoje enquanto Oposição.

Quando interessar à OSM-SP fazer composição com diretorias ou membros dela, o critério que deve nortear estas relações é o compromisso explícito de que ela tem com a defesa e construção da organização independente e a defesa dos interesses da classe operária.

Lutar para que sejam reconhecidos os delegados sindicais eleitos pelos companheiros de fábrica.

Conduzir de forma democrática as Assembléias, com direito de pensamento, palavra e colocando em votação todas as propostas apresentadas.

Encontro Nacional das Oposições

O Congresso aprovou uma convocação de todas as oposições sindicais para um Encontro Nacional que tenha por objetivo a articulação de Oposições Sindicais e diretores combativos para estabelecer um programa comum de lutas e dirigir um debate nacional entre os trabalhadores sobre a organização sindical que queremos e sobre outras formas de organização independente para o movimento operário.

As resoluções aprovadas

I — ESTRUTURA SINDICAL

a) Lutar contra o estatuto padrão imposto pelo Ministério do Trabalho como condição para o reconhecimento do Sindicato;

b) Lutar pela extinção do Imposto Sindical que é a viga mestra de sustentação da atual estrutura sindical;

c) Lutar contra todo controle governamental, da Constituição ou da CLT nas eleições sindicais, assembléias, estatutos, deixando aos próprios trabalhadores a definição de suas formas de organização;

d) Defender a proposta de formação de uma Central Sindical Única representativa de todos os trabalhadores e independentes da estrutura vigente;

e) Lutar pelo direito de greve sem restrições;

f) Lutar pelo desmantelamento da estrutura sindical que existe e organizar os trabalhadores a partir dos locais de trabalho; criando uma nova estrutura sindical independente dos patrões e do governo;

g) Lutar contra o caráter assistencialista do Sindicato;

h) Utilizar todas as formas possíveis, inclusive a luta dentro dos sindicatos atrelados atuais, quando a classe assim o decidir, mantendo sempre claro o objetivo de desmantelar esta estrutura sindical;

i) Lutar pela revogação das atuais leis trabalhistas (CLT)

II — SOBRE AS ELEIÇÕES

a) Afastemtno da diretoria durante o processo eleitoral;

b) Votação em um só dia, com liberação dos trabalhadores do serviço, urnas fixas e liberdade de fiscalização para todas as chapas;

c) Estabilidade no emprego para os membros de todas as chapas antes e depois das eleições;

d) Registro dos candidatos mediante a apresentação apenas da carteiras profissional ou da carteira do sindicato;

e) Liberação de recursos do sindicato para todas as chapas;

f) mandato de dois anos e sem restrições à reeleição;

g) União com todas as categorias para a derrubada da portaria 34/37 que regulamenta as eleições sindicais;

h) Critério de representatividade de base para a formação das chapas de oposição;

i) Campanha de sindicalização ampla na perspectiva da derrubada da atual estrutura sindical;

j) Pela criação de sub-sedes do sindicato;

k) Pela garantia de participação de todos os metalúrgicos nas assembléias, inclusive os não sócios;

l) Realização de assembléias por regiões ou por fábricas;

III — SOBRE AS LIBERDADES

a) Pela liberdade e total independência de organização dos trabalhadores a partir de cada empresa;

b) Anistia ampla e irrestrita e desmantelamento dos aparelhos repressivos;

c) Apoio total e divulgação da luta pelo direito à terra para quem nela trabalha.

IV — SOBRE OS SALÁRIOS

a) Pelo fim do arrocho salarial;

b) Reposição das perdas de 73/74;

c) Reajuste trimestral conforme o aumento do custo de vida;

d) Salário mínimo nacional que satisfaça as necessidades dos trabalhadores;

e) Salário profissional;

f) Pelo fim da carestia e pelo congelamento de preços;

g) Unificação da data-base das campanhas salariais;

h) Negociação direta com o patronato;

i) Acordos coletivos de trabalho;

j) Férias pagas em dobro;

k) Cumprimento das leis da equiparação salarial.

V — SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

a) Lutar pela eliminação das horas extras;

b) Por 40 horas semanais de trabalho;

c) Pelo controle do ritmo de trabalho pelas Comissões de fábrica;

d) Controle dos trabalhadores sob e a segurança do trabalho;

e) Estabilidade no emprego;

f) Que a empresa seja filiada a um só sindicato que seja o principal ramo de sua atividade.

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (4)

Policial infiltra-se no Partido e é descoberto pelo dirigente torturado

Graças à sua atuação na greve de agosto, Gentil foi demitido da fábrica. Ao mesmo tempo, em reconhecimento ao seu trabalho, o Partido promoveu-o a membro do Comitê de Zona. O Partido crescia, adquiria novos militantes a cada dia. E não escapou de uma tentativa de infiltração, logo detectada pelo velho militante Gino.

Por: Antonio Carlos Felix Nunes

Em consequência da greve de agosto, muitos jovens militantes perderam seus empregos. E, como tinham provado competência durante aquele episódio, o Partido os aproveitou em cargos de direção, desligando-os da produção nas fábricas. Despedido ao término do movimento paredista, Gentil foi preencher uma vaga de secretario no Comite Distrital do Tatuapé. Começaria agora uma vida nova, como responsável pelo desempenho de dezenas de organizações de base. Preparava-se para viver um novo universo, dentro do qual seus contatros, doravante, seriam com um pessoal muito especial. Pessoal que se fazia flutuar sobre a humanidade, com suas ideias, modo de vida, suas concepções e, por vezes, comportamentos completamente destoantes da existência levada por milhões de pessoas e às quais o Partido pretendia incutir a consciência revolucionária. Seria agora um exercitante do pensamento, a comandar e a dar ordens a dirigentes menores — os componentes das bases sediadas naquele distrito.

Certa vez o velho camarada Jota (o qual o remanejamento partidário afastara de Gentil) lhe fizera uma observação: «A burocratização, Gentil, é muito danosa à vida do Partido. Se você um dia assumir um cargo de direção fora da fábrica, faça tudo para não se deixar envolver em teorizações. Do contrário, virará um arquiteto da Revolução dentro de uma redoma. É preciso viver com os pés no chão, não esquecer o linguajar da massa, não se tornar auto-suficiente. Enfim, nunca coloque o Partido acima dos homens comuns, se não quiser ser superado como revolucionário do povo. Muitos quadros, excelentes enquanto membros de base, perderam-se por esse caminho».

O MEDO DA BUROCRATIZAÇÃO

Gentil guardou bem esses conselhos. E ei-lo agora temerosos de que o processo de burocratização se faça natural, inevitavel, traindo à sua vontade. Pela leitura do **Materialismo Dialético**, um dos seus livros de cabeceira, havia se cientificado de que o «homem se molda à sua atividade», independentemente do seu esforço para vencer as influências do meio. Se rarear seus contatos com a massa, se ficar cotidianamente ouvindo só «bocas tortas», se almoçar e jantar questões internas da entidade — é possivel que isso aconteça. Mas também é bastante provavel que tenha, de quando em vez, de baixar aos portões das fábricas para dirigir ou acompanhar agitações operárias. Afinal os novos tempos, com as liberdades que se ampliam, as eleições que se avizinham, iriam obrigá-lo a uma ação mais aberta. Disso tinha quase certeza. E a burocratização não iria pegá-lo, como fizera com os dirigentes do tempo da ditadura. Estes foram enfiados em catacumbas, varavam dias e meses sem ver a cara do povo, ruminando livros e planos. Veja-se aí o caso do camarada Jota. Até hoje não consegue trocar uma palavra com gente do povo sobre futebol, não sabe contar uma piada e sequer sorri para uma moça. A burocratização o tornara um excelente teorico do marxismo, mas, ao mesmo tempo, um homem antisocial. Entretanto, Jota se dava conta disso. Tanto assim que alertou Gentil para os males da burocratização partidária. Só que não conseguia libertar-se deles.

Hoje, Gentil faz um balanço das primeiras semanas na sua nova função, e conlui que as coisas caminham muito bem. As bases do Partido no Tatuapé se ampliam e se fortalecem ideologicamente a cada dia. Um exemplo disso é a tecelagem Giotela S/A, uma das mais importantes do distrito, empregando cerca de 5 mil operários. A presença do Partido ali se fez rapidamente, e hoje ele tem representações nas suas inúmeras seções. Entretanto, quando Gentil assumiu sua nova função, não existia naquela empresa nem sinal do Partido. A última célula, constituída graças aos ingentes esforços do ex-secretario político do Distrito (agora membro do Comitê de Zona), foi desbaratada antes da morte de Getulio. Um passa-passa alertou a direção da empresa que acabou, não sabe de que forma, identificando os seus integrantes. E, sem o Partido, os trabalhadores ficaram praticamente isolados do contexto da categoria: o sindicato não tinha representação ali, não havia liderança para agitar suas reivindicações.

A COLHEITA É FARTA

Foi necessário cooptar a companheira Cecília, velha militante, e dar-lhe a incumbência de empregar-se ali. Cecília já estava habituada a tais tarefas. Era uma espécie de coringa do Partido: não poucas vezes fora requisitada para atuar em grandes empresas, consideradas de vital importância ao movimento operário da região. Mas nas quais os trabalhadores mostravam-se refretários às mensagens felicas e sindicais vindas de fora. Na Giotela, Cecilia vinha cumprindo suas obrigação com a eficiência que lhe é peculiar, e mais uma vez firmava sua condição de fiel e dedicada militante.

Agora, ao fazer uma avaliação da base partidária junto com Gentil, ela não esconde sua satisfação. O partido é sua vida, e nesta época de tão fartas colheitas, Cecilia se embebeda de felocidade. Estão acertando os últimos detalhes a respeito da segurança da reunião ampliada da célula, marcada para o dia seguinte. A organização fabril vai ser reestruturada, e talvez se transforme em comitê de empresa, pois já ganhou dimensão para isso. E quem poderia ser indicado para secretário político do novo CE? Previamente, Cecília descarta a possibilidade de assumir tal compromisso, embora saiba que os integrantes da célula estão propensos a elegê-la. Sabe que o partido, dentro em breve, a requisitará para outras tarefas. Ela não é dona de si. É um soldado da revolução.

É preciso pensar em outra pessoa, e Cecilia tem um nome: o Ferrante. Um operário do setor de manutenção da fábrica que se destacou desde o início, foi nele que Cecília praticamente se apoiou para promover o recrutamento, distribuir o jornal do Partido, arrecadar finanças, mobilizar os operários em função de uma reivindicação interna. Era um pé de boi. Bem falando, agia sem sectarismo. E, devido tal dedicação, Cecilia via nele o elemento ideal para assumir a secretaria política do Comitê.

Ferrante batia um papo informal e descontraído com seus companheiros de célula quando chegou o assistente do Comitê de Zona, o velho Gino. Foi o último a introduzir-se no «aparelho», depois de apanhado num distante ponto de ônibus pelo dono da casa, um militante da base no bairro. Gino também estava na Zona Leste como produto daquelas alterações recentes na estrutura orgânica do Partido. Como Cecília, também fora cooptado para dar novo impulso ao Comitê, cuja responsabilidade era cada vez maior diante do crescimento acelerado das bases partidárias.

Gino era homem mais de ação prática do que um doutrinário. Não vacilava em tomar repentinas decisões, capazes de constranger os militantes ou chocar a massa, se se encontrava em campo, à frente de um acontecimento. Sobrevivera à ditadura como um rescaldo da luta. Viera das prisões do Estado Novo, trazendo no corpo as marcadas das torturas: unhas arrancadas a alicate e, nas costas, fundas cicatrizes deixadas pelas vergastadas dos carrascos. Conhecia quase todos os tiras que circulavam à praça, com eles tivera muitos enfrentamentos durante as movimentações populares. Fora sempre vítima da sanha policial, mas a enfrentava com invulgar destemor.

Ao avistar Gino, Ferrante subitamente quedou-se, os presentes viram fugir-lhe a cor rosea do rosto e imaginaram que ele estivesse sendo acometido de um mal súbito. Assustados, os militantes dirigiram seus olhares ao Gino — com certeza fora ele a causa daquela transmutação no alegre companheiro. O assistente político não se abalou, já estava suficientemente curtido para se alarmar com incidentes como este. Calmo, encarou os camaradas e fez-lhe, abruptamente, a revelação: «esse sujeito é um tira». Nesse instante, Ferrante se distanciava dos demais e, acocorado junto a uma cadeira, com as mãos no rosto, ciciava em tom de desespero: «eu falei ao chefe que essa missão não ia dar certo. E agora, meu Deus, que farão comigo?»

Os militantes rodearam o Gino, queriam uma orientação para agir. Alguns foram incumbidos de vigiar Ferrante para que não tentasse fugir. Os demais iam decidir-lhe a sorte. Gino falou:

— Não vamos agir como esses tipos agiriam na hipótese de uma infiltração nossa no meio deles. Ou seja: com sua loquidação física. Não vamos ser extremados, porque isso não salvará a nossa organização na fábrica. Ela já está mesmo condenada, poupando-se ou não a vida desse tira. Vamos deixa-lo ir, e se alguém desejar dar-lhe uns tabefes que o faça».

A reunião foi dissolvida. De dois em dois os camaradas foram deixando o local. Gino ficou por último, guardando Ferrante ao lado do dono da casa. Outros camaradas estranhos ao tira chegaram depois, vedaram-lhe os olhos, colocaram-no num carro. Ferrante pensou que ia ser morto. Implorou em nome dos seus filhos, da mulher, dos pais. Prometeu até que abandonaria a carreira de policial, mudaria para uma região bastante distante, iria trabalhar na lavoura, fazer qualquer coisa. O carro rodou algum tempo por São Paulo. Finalmente parou num caminho deserto. Ferrante foi desmaiado com amoníaco nas narinas e ali deixado.

Na próxima semana: Ainda a campanha do petróleo

"É preciso uma severa revisão da política atômica"

Como evitar os riscos da energia atômica? Cientista brasileiro revela a face oculta da política nuclear do governo e demonstra qual o caminho mais viável para garantir a autonomia e a independência do Brasil nesse campo.

O acidente com o reator atômico de Three Miles Island começa a ser empurrado para o esquecimento: deixou de ser manchete do dia e quem dele quiser ter alguma notícia tem de aprender a esquadrinhar os cantinhos de página dos jornais ou aguardar as publicações especializadas.

Mas como o grande público não tem acesso às publicações especializadas (inclusive pelo preço), garante-se que o assunto permaneça no lugar de onde não deveria ter saído (segundo aqueles que ganham mundos e fundos arriscando a vida alheia).

Na semana passada vários cientistas mineiros, «preocupados com as proporções daquele acidente e com a semelhança entre a usina americana e as usinas nucleares brasileiras», resolveram prestar infomações à opinião pública. Neste mesmo sentido, o professor Francisco de Assis Magalhães Gomes, **ex-diretor do Instituto de Pesquisas Radioativas e membro da Comissão Nacional de Energia Nuclear (1952-1963), ex-diretor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG (1969-1973), ex-diretor do Observatório Astronômico da UFMG (1973-1976), revela com exclusividade a** Ricardo Rabelo, **do EM TEMPO, a face oculta dos meandros da ciência nuclear.**

Dado que a tecnologia empregada na construção das usinas nucleares brasileiras, principalmente a Angra-I, é bastante semelhante à de Three Miles Island, qual a possibilidade de ocorrer um acidente deste tipo aqui e quais as conseqüências?

Eu acho que este acidente é uma grave advertência. E uma vez que o país é novo no assunto e está envolvido num programa nuclear tão grande, na minha opinião deve ser feita uma revisão muito severa desses projetos, para evitar que uma coisa dessas aconteça. Eu acho isso perfeitamente possível, quando estudado por um grupo realmente capaz no assunto. Aqui no Brasil nós temos um grupo bastante competente. Então vamos rever tudo de maneira a nos tranqüilizarmos quanto à segurança da execução dos projetos.

Como se explica, em termos de pesquisa tecnológica nuclear, que possam ocorrer acidentes como o de Three Miles Island?

Eu considero que a tecnologia é resultante de ação do homem e da ciência, é o domínio do homem sobre a natureza.Mas como nós desenvolvemos várias aplicações desta tecnologia, a própria tecnologia nos ensina as precauções que devemos tomar para que uma aplicação como esta da produção de energia não seja algo que tenha conseqüências altamente nocivas. Para isso é necessário que se aplique uma tecnologia altamente avançada, de forma que as precauções tomadas não a torne perigosa para a vida das pessoas que estão lidando diretamente com a radioatividade e muito menos perigosa para a vida no ambiente onde se procede ao desenvolvimento tecnológico. Por exemplo: quando eu entro num avião a jato, eu tenho de ter certeza que a asa dele não vai quebrar. Eu já li no jornal oficial da energia atômica inglêsa,o Atomic que o programa nuclear deles tem uma completa segurança. Nesse jornal está dito que a probabilidade de um reator explodir deve ser menor qùe a probabilidade de um avião Jumbo cair na Abadia de Westmins no dia da coroação do rei da Inglaterra, ou seja, uma probabilidade absolutamente insignifcante. Quanto ao acidente que aconteceu nos Estados Unidos, eu acho extremamente grave, porque um país que tem a competência tecnológica dos Estados Unidos, que tem cientistas que todo ano tiram Prêmio Nobel, deve ter todos os meios de tomar todas as precauções para que um acidente como esse não aconteça. De forma que é realmente um verdadeiro escândalo internacional num país como os Estados Unidos ter acontecido um acidente que poderia ter sido extraordinairamente grave.

Mas no caso da usina de Three Miles Island, a probabilidade de ocorrer um acidente era estimada em uma em cem milhões, e acabou ocorrendo. Não haveria algo errado com a própria tecnologia empregada, a do urânio enriquecido?

É possível que na utilização de certos tipos de reatores, dentro da possibilidade imensa de tipos de reatores, seja escolhido um tipo de reator que, embora possa ser muito vantajoso do ponto de vista econômico, não seja vantajoso do ponto de vista da segurança. Então, na minha opinião, isto deve ser tratado de forma ultra rigorosa. Nunca se deveria utilizar reatores que não apresentem as qualidade fundamentais de segurança. É possível então que se pesquise e se descubra uma infinidade de tipos de reatores, mas a escolha final deve recair sobre aquele reator que apresente o máximo de segurança, que torne um acidente como esse praticamente improvável. Então a discussão desses assuntos não pode ser secreta, pois a comunidade científica tem hoje alguns milhares de cientistas altamente competentes, que são capazes de criticar o que está certo e o que está errado.

Pode haver uma contradição entre o tipo de reator mais barato comercialmente e o tipo de reator mais seguro. A gente deve então visar o mais barato possível, dentro do máximo de segurança. Nesse assunto há discussões técnicas. Apesar disso, na Inglaterra isto é discutido no Parlamento e é impressionante como que um Parlamento como o inglês sabe discutir tecnicamente. Dessa forma, eu acho dificílimo acontecer na Inglaterra um caso como esse que aconteceu nos Estados Unidos, embora todos os dois utilizem a mesma tecnologia, a do urânio enriquecido. O principio geral é o mesmo, mas o que é preciso ver é como funcionam, é uma questão da fabricação, dos testes que são feitos antes de sua utilização.

A tecnologia que está sendo utilizada no Brasil garante que os problemas de segurança estão sendo atacados?

Bom, eu sou inteiramente solidário aos meus colegas que criticaram não ter havido a devida discussão sobre esses assuntos. Por mau gosto, esse assunto seria discutido, seriam publicadas as decisões e os projetos submetidos e uma discussão de maneira que as pessoas devidamente habilitadas pudessem opinar. Nesse sentido, quanto maior fosse a crítica, maior segurança resultaria. Então pode ter havido alguma falha porque não foram dados à publicidade todos os elementos capazes de propiciar uma crítica construtiva. Eu sou favorável a que se faça essa crítica, e acho que essa crítica resulta em benefício do bom resultado desses projetos desenvolvidos pelo governo.

Como se situa a experiência do Instituto de Pesquisas Radioativas da UFMG, do qual o Sr. foi diretor, e a do «Grupo do Tório»

Eu partilhei durante muito tempo a idéia de que o Brasil deveria começar seu programa com reatores de urânio natural, água pesada e desenvolvendo, em etapas, um programa a longo prazo. E há possibilidade de se aproveitar o tório. Isso iria tornar o Brasil independente. Agora eu reconheço que se, como foi combinado no acordo com a Alemanha, nos derem uma tecnologia de enriquecimento, e também a possibilidade da separação do plutônio produzido nos reatores, isso consistiria num avanço maior do país, ou seja «quimar etapas». Porque os Estados Unidos nunca nos concederiam uma tecnologia de enriquecimento do urânio e separação do plutônio, mas a Alemanha nos ofereceu isto. Então eu acho que é muito natural aproveitar desta possibilidade para apressar o nosso programa atômico. Então eu não combato o acordo com a Alemanha, em princípio.

E quanto ao «Grupo do Tório»

Era um programa muito racional e muito bem feito. Nessa época eu já não era diretor do IPR mas do ICEX. O Instituto foi desapropriado da Universidade, não tinha mais a autonomia anterior e esse programa foi abandonado.

Quais eram as características básicas deste programa?

Numa primeira fase se fabricaria o plutônio a partir do urânio natural. Com o plutônio pode-se transformar o tório em urânio-233. Mas por etapas. Tinha a desvantagem de ser mais lento, porém, dava uma certa independência ao Brasil, sem precisar de uma instalação de urânio enriquecido , que é caríssima.

Ocorre que há muito mais interesse em fazer o enriquecimento do urânio e a sua transformação em plutônio do que o tório, porque o urânio é um elemento que tem sido mais usado pelos grandes países industriais. E o tório só existe especificamente em poucos países, como a Índia, a URSS e o Brasil. Então quase todos os programas são de urânio. O que interessa aos grandes países industrializados do Ocidente é a tecnologia do urânio enriquecido, mas o tório para nós seria melhor.

Do ponto de vista estritamente científico houve alguma objeção ao programa do tório?

Não, do ponto de vista científico, não. O programa do tório era um programa de pesquisa, que através de etapas sucessivas iria se ampliando. Mas isto acontece com todas as pesquisas dirigidas, com toda a chamada pesquisa tecnológica. E mesmo com o acordo com a Alemanha, que utiliza o processo do urânio enriquecido, eu acho que poderia e mesmo se devia desenvolver um programa paralelo de tecnologia de tório.

Então , o que aconteceu? O IPR foi desligado da Universidade e passou a integrar a Nuclebrás...

Foi, o IPR já vinha num processo de decadência, houve problemas internos, uma grande parte dos cientistas saíram, chegaram a sair mais de cem pessoas, entre tecnólogos e cientistas.

E quando foi isso?

Por volta de uns cinco anos.

Então, foi justamente na época da assinatura do acordo com a Alemanha?

É , foi logo depois do acordo.

As promessas do atual presidente da Nuclebrás, de desenvolver as pesquisas em torno do tório, já está fazendo alguma coisa neste sentido?

Não, com a situação atual, o Instituto não pode voltar ao que era. Ele tem que ser reorganizado, admitir mais pessoal,porque o pessoal ou que saiu tinham muito mais experiência do que o que entrou.

A situação criada no Brasil, que fez com que várias cientistas saissem do país, afetou o desenvolvimento de uma tecnologia nuclear própria?

Eu acho que afetou o desenvolvimento científico geral. Essa tecnologia nuclear é tão complexa, que sem um prévio desenvolvimento científico a gente não consegue tecnólogos. Mas eu considero isso extremamente prejudicial pois a nossa tecnologia sem a pesquisa não se desenvolve.

UNE Congresso a todo vapor

Cerca de 100 mil exemplares do jornal **PRÓ-UNE** *já estão sendo distribuídos em todo o país, como uma das formas preparatórias do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes, marcado para 29 e 30 de maio. Nada menos de 30 mil cartazes, com a consigna «A UNE SOMOS NÓS. A UNE É A NOSSA VOZ» serão distribuídos pelas universidades de Norte a Sul do Brasil. Em Salvador, a capital escolhida para o encontro, já estão se formando os «comitês de estudantes pró-UNE», dedicados, no momento, à preparação da Assembléia Geral do próximo dia 5 de maio, que contará com a presença de parlamentares oposicionistas autênticos e entidades comprometidas com as lutas populares na Bahia. Em São Paulo, a UEE está organizando um roteiro de viagens para o inteiror do Estado, promovendo debates e exibição de peças de teatro sobre a reconstrução da entidade nacional dos estudantes. Ainda em São Paulo, será realizada a última reunião preparatória da Comissão Pró-UNE, que é composta por DCE's de todo o país. A reunião será aberta, no TUCA (PUC), e contará com a participação de várias personalidades da oposição e a presença massiva dos estudantes. Além dos últimos preparativos para a realização do Congresso, a Comissão Pro-UNE aprovará um manifesto à nação, defendendo o direito de livre organização dos estudantes e pedindo o apoio da população para a realização do Congresso.*

Até o momento não houve nenhuma declaração oficial, taxativa, proibindo a realização do Congresso de Reconstrução da UNE. O governador nomeado da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, declarou que está disposto a dialogar com os estudantes sobre o assunto.

Se se confirmar a previsão de alguns DCE's, o Congreso de Salvador deverá contar com a participação de pelo menos 1000 delegados, representando mais de um milhão de estudantes universitários brasileiros. Nesse sentido, será a maior congresso da história da UNE.

Na última reunião da comissão Pró-UNE, realizada no dia 14 deste mês, foi aprovado um manifesto pela anistia ampla, geral e irrestrita.

O ME não quer bandejão caro e muito menos o ensino pago

O aumento dos preços do bandejão nos restaurantes universitários, o corte de bolsas de alimentação e outras restrições impostas pelo governo têm provocado e estimulado manifestações de protesto por parte dos estudantes. Somente no início deste ano, as principais universidades brasileiras mantidas pelo governo, entre elas a USP, a de Brasília, da Bahia, de Ouro Preto, Juiz de Fora, Viçosa, UFMG, Curitiba e Goiânia, foram palco de greves e manifestantes em torno do problema dos restaurantes. Aqui, um quadro geral da situação e explicações sobre a política do regime nesse campo.

O pano de fundo das manifestações estudantis ligadas ao problema dos restaurantes é a crise financeira/orçamentária atualmente enfrentada pelas universidades públicas. O documento final do encontro estudantil realizado em janeiro último já apontava para o problema e concluía solicitando mais verbas para as Universidades. Na mesma direção veio a entrevista com Celso Vasconcelos Pinheiro, diretor da UFMG, concedida ao **Jornal do Brasil**; em que indicava os extremos por que passa atualmente a Universidade Federal de Minas Gearis. No Rio, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a crise financeira chegou a tal ponto que algumas escolas começaram o ano letivo sem condições mínimas de funcionamento. E a crise financeira das universidades públicas não vem por acaso. Na presente conjuntura, tem-se acelerado em face da redução geral dos gastos governamentais. Entretanto, o problema das Universidades não é apenas conjuntural, mas uma tendência de longo prazo, de reducão relativa dos recursos destinados à educação E a conseqüência maior é uma só: a transformação gradual, «lenta e segura» do ensino público gratuito em ensino pago.

ANTECEDENTES

Em 1958, cerca de 40% do total de alunos matriculados no ensino universitario correspondia à rede de ensino privado, cabendo os 60% restantes ao ensino público. Atualmente, cerca de 80% do ensino superior é privado e apenas 20% é público, invertendo completamente os pesos e as medidas de vinte anos atrás. Entre 1959/1972, o número de alunos matriculados nas escolas privadas cresceu em 1200% ao passo que nas públicas em apenas 50%, segundo dados de pesquisa realizada por alunos do Mestrado de Educação da UFMG.

Em São Paulo, atingiu-se um recorde difícil de ser batido: das 600.000 vagas do ensino superior oferecidas, apenas 40.000 (isto é, 7%) correspondem às escolas públicas.

Mas os termos da tendência de longo prazo de transformação do ensino gratuito em ensino pago não se resume apenas à tendência de privatização do ensino. Outra estratégia é a da desobrigação crescente do Governo com a manutenção das Escolas Públicas. E isso é feito às custas do bolso do estudante através das diversas taxas que gradativamente vão sendo introduzidas no cotidiano universitário.

«SOCIALIZAÇÃO DA MISÉRIA»

Como se observa, a transformação do ensino gratuito em pago já se encontra em estágio avançado realizado através do movimento de duas tenazes de um lado, o crescimento da privatização e, do outro, a transformação interna das próprias escolas públicas. E, pelo que se sabe, fala-se que o atual ministro da Educação, Eduardo Portella, tem já na gaveta um projeto de consolidação definitiva do ensino pago nas escolas públicas. E como justificativa central para a medida entraria a velha cantilena: «os ricos pagam, os pobres não».

O argumento oficial, na prática, peca por inteiro já que, salvo raras exceções, os pobres não têm acesso às universidades e, portanto, a proposta de introdução do ensino pago é para que todos paguem, especialmente a classe média assalariada, que atualmente, com a crise e a inflação, só tem levado «tinta».

Mas, nesse ponto, a questão ainda é outra. O argumento oficial cai como sempre no velho problema da socialização da miséria. Assim como o Governo tem usado o raciocínio da «aristocracia operária» para jogar água fria nas reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos,quer da mesma forma utilizar o raciocínio «dos ricos pagam, os pobres não», para introduzir o de vez o ensino pago nas escolas públicas. No primeiro caso, ao invés de questionar o lucro abundante dos patrões, questiona o salário médio mais alto dos metalúrgicos em relação a outras categorias de trabalhadores. No segundo caso, ao invés de questionar toda a orgia realizada com o dinheiro público em função, é claro, da burguesia, questiona o minúsculo gasto com a educação nas escolas de ensino superior (atualmente em torno de 4,7%).

No limite, a persistir essa tendência secular de transformação do ensino gratuito em pago, ter-se-á a consolidação de um fato cada vez mais presente: a transformação por completo do ensino em mercadoria, com preço de compra e venda e outros parâmetros da sociedade capitalista.

Contra essa tendência, as lutas dos estudantes estão se generalizando, convergindo para uma etapa de unificação. Veja-se, por exemplo, o processo de reorganização da UNE - agora em fase acelerada - que introduziu, aliás, como uma de suas bandeiras centrais a campanha nacional contra o ensino pago e pelo ensino público e gratuito.

Salários e preços

Condições de vida e democracia de base

Tem-se dito e repetido insistentemente que as questões referentes à política econômica do regime militar são decididas e implementadas sem a mais mínima participação popular. A pura e simples repetição desta afirmativa não nos permite ir mais além da constatação do caráter ditatorial dos governos militares que se sucederam desde 1964. O movimento popular através das suas mais recentes motilizações e greves, ao contrário, tem apontado para a solução de aprofundamento democrático e de ruptura com o regime militar.

Todos os recentes movimentos grevistas, dos fumageiros aos metalúrgicos e até a atual paralisação de setores do funcionalismo público, mostrou-nos como a luta por melhores condições de vida pode apontar para a conquista do espaço democrático que se impõem ao conjunto da oposição popular. Não daquele espaço institucional e «estatal» com o qual o regime militar busca enquadrar as oposições, mas aquele, que interessa ao conjunto dos trabalhadores e seus aliados, da democracia direta das bases do movimento popular.

Os salários, sendo a retribuição monetária de apenas uma parcela do trabalho entregue pelos trabalhadores aos patrões, leva em si mesmo o germem de uma luta que ultrapassa os limites aparentemente estreitos da luta econômica. Da mesma forma, tendo sido a política de contenção e arrocho salarial a pedra angular de um conjunto de medidas que se convencionou chamar de política econômica, a conquista de melhores salários e recuperação de seu valor real põe na ordem-do-dia os limites daquela política econômica antipopular.

Os movimentos grevistas e a luta por melhores salários têm aberto o caminho para a participação democrática dos trabalhadores, rompendo na prática com a lei antigreve, impondo a modificação do estatuto da CLT, exigindo delegados sindicais ou comissões por fábrica, sindicatos livres independentes do Estado e autônomo dos Partidos, etc... O exercício da democracia pelas bases do movimento popular, mesmo que ainda parcial e limitado, corresponde, nas condições de hoje, à colocação das bases de uma alternativa à ditadura e à sociedade (suas relações sociais e de produção). A sua consolidação implica seu fortalecimento e generalização a todos os setores da sociedade civil destes alicerces da própria gestão de seus interesses, nas fábricas, nas escolas e universidades, na Administração pública, nos bancos e nos bairros.

Comitês anti-inflação

Neste sentido, a iniciativa de moradores da cidade de Santos em organizar Comitês ou Patrulhas Anti-Inflação para controlar os preços dos super-mercados é um passo a mais nesta direção. Criados a partir dos bairros, prédios de moradia ou igrejas como resposta preventiva à demagogia do governo e dos empresários, que anunciaram aos sete ventos o congelamento dos preços em supermercados durante dois meses, já contam com o apoio de sindicatos (metalúrgicos, petroleiros, bancários, jornalistas e gráficos) e de organizações de bairros e de mulheres. Embora seus objetivos iniciais sejam «apenas» conseguir, de forma permanente, mobilizar os consumidores para que os sejam congelados por mais de dois meses, a sua dinâmica apontará necessariamente em direção à própria gestão democrática das questões de abastecimento e preços da sua comunidade.

Desta maneira, a democracia não deverá estar presente unicamente nos píncaros da «grande política» estatal ou naquelas que permitem os projetos de institucionalização do regime mas, sobretudo, nas bases do movimento popular como alicerces de uma nova sociedade e de uma política econômica que representem, de fato, os interesses populares.

(J. M.)

UGANDA

Era uma vez Idi Amin

Diversas tendências da oposição ugandesa sustentadas pelo exército da Tanzânia derrubaram o sanguinário regime de Idi Amim Dada que chegou ao poder em 1971 apoiado ativamente pelo imperialismo inglês e por Israel. Eles acreditavam que Amin seria um instrumento dócil em suas mãos, mas logo se dariam conta do equivoco. A indagação que até hoje persiste é a de como pode durar tanto tempo um regime que em pouco menos de um ano não contava mais com nenhuma base social de apoio e quase nenhum apoio externo.

Por Milton Roda

Antigo sub-oficial do exército colonial britânico onde se destacou como um dos mais zelosos repressores dos movimentos de libertação africano dos anos 50, ex-colaborador assíduo dos serviços secretos israelenses, Idi Amin Dada tornou-se presidente da República de Uganda em 1971, através de um golpe militar apoiado ativamente pela Grã-Bretanha e por Israel — que derrubou o governo nacionalista de Milton Obote.

A Uganda durante os primeiros anos do governo de Obote na década de 60 era um país dividido em três classes sociais conformadas pelo período colonial. De um lado, representando 85% da população os pequenos camponeses, resultantes do extremo parcelamento das terras e da exploração agrícola. De outro, a burguesia estrangeira formada essencialmente pelos ingleses que detinham o monopólio da comercialização dos principais produtos agrícolas (o café e o algodão) comprados diretamente dos camponeses. Entre essas duas classes, uma camada intermediária de homens de negócios, comerciantes e funcionários cuja parte superior era a burguesia indiana associada aos interesses ingleses e a mais numerosa a pequena burguesia africana.

O governo de Obote encontrou nessa última sua principal base social através de uma política de nacionalizações que contrariava os interesses ingleses e de seus associados.

Ao mesmo tempo, partilhava do panafricanismo que caracteriza a política do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, de quem era e é amigo pessoal. Desde 1963, liderado por Nyerere, estava em curso um projeto de federação dos três Estados que compõem a Africa do Leste — Kênia, Tanzânia e Uganda — a partir de uma avaliação de que cada país isoladamente não tinha recursos para empreender a construção de nações efetivamente independentes que o colonialismo inglês havia extenuado e artificialmente dividido. Em junho daquele ano, logo após a independência do Kênia, os chefes dos três Estados se reunem e tomam as primeiras medidas para possibilitar sua federação: conservam uma moeda comum e criam uma universidade.

O golpe de Estado no ano de 71, para satisfação dos ingleses e de seus associados, vem reverter esses dois processos. 50 mil pessoas, componentes da comunidade indo-paquistanesa amedrontada pela política de Milton Obote, saem às ruas para saudar o novo regime, o que levou na época toda a imprensa burguesa a falar em «apoio popular» a Idi Amin. Mas a verdadeira natureza do regime não tardaria a ficar elucida supreendendo até mesmo os seus aliados.

UM DEMENTE POLÍTICO

Idi Amin era um demente político e como tal, ao contrário do que os ingleses pensavam, jamais seria um instrumento dócil dos interesses burgueses locais e estrangeiros.

A primeira camada atingida foi justamente a que saiu às ruas para saudá-lo. Acusando-a (não sem razão, diga-se de passagem) de atravessadora, de fazer subir os preços à sua vontade, de impedir a regulamentação do controle das trocas, de fazer contrabando, de enganar o fisco e de desviar capitais para o Exterior desencadeia sobre ela uma violenta repressão. Muitos fogem do país e como têm passaporte ingles, dirigem-se para a Inglaterra. Esta protesta violentamente ameaçando retirar seu apoio ao governo de Uganda (a Inglaterra havia sido o primeiro país a reconhecer o novo governo). Amin, ao invés de recuar, revida expulsando também os ingleses.

Em seguida é a vez da pequena burguesia africana em ascensão. A vida econômica desorganiza-se inteiramente. Entre 1970 e 1976 o produto nacional bruto regride 3,1% em termos reais. Os camponeses param de produzir. Em pouco tempo, a casta militar não tem mais nenhuma base social e se sustenta exclusivamente pelo terror. Centenas de milhares de pessoas são mortas.

Dada sai à procura de parceiros e créditos externos. Não encontra suficiente interesse por parte dos europeus e americanos e então volta-se para os países árabes, especialmente para Líbia, e através dessa à URSS. Assim, rompe relações com Israel num pronunciamento em que dizia reconhecer «alguns méritos históricos em Hitler». Transforma-se no mais ardente defensor da Organização de Libertação da Palestina ao mesmo tempo em que se diz solidário a todas as lutas anti-imperialistas no mundo. Mas a fragilidade crescente do seu regime desencoraja seus aliados. Em 1976, a URSS rompe relações e já em fins de 77 a Arábia Saudita reduz substancialmente qualquer ajuda.

A AGRESSÃO A TANZÂNIA

É nesse contexto que, em outubro de 78, o homem que se auto-proclamou marechal, inicia uma «pequena guerra de fronteiras» com a Tanzânia progressista, principal acolhedora da oposição ugandesa exilada e principal base militar de todos os movimentos de libertação africanos. Essa manobra diversionista, aparentemente com o único intuito de desviar os ugandeses de seus reais problemas, acabará levando o regime à falência. A guerra faz despertar a oposição ugandesa interna e externamente e diariamente numerosas defecções acontecem no exército onde os soldados despojados de seus uniformes misturam-se à população civil e passam para a oposição.

Não era a primeira vez que Idi Amin era traído por seus aliados mais próximos. Em 1977, por exemplo, ele fora forçado a fazer uma depuração sistematica na polícia e no exército, depois de várias tentativas fracassadas de assassiná-lo. Em 1978, foi a vez do vice-presidente da república o general Mustapha, (ligado a um complo de oficiais que planejavam morrer em misterioso acidente de automóvel.

Idi Amin aproveitou a oportunidade para acumular — além da presidencia da república e da chefia do estado maior das forças armadas — os cargos de ministro de Interior e dos negócios estrangeiros. Desde 77 já preenchia também as funções de ministro da Saúde depois que seu titular, também ligado a um complo, fugiu para o exterior. Além disso, substituiu o chefe da polícia política e o ministro das Finanças como medida preventiva a novas tentativas de golpe. Os expurgos causaram um sentimento de viva indignação no interior da única força que o sustentava: o exército. A determinação do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, de expulsar os ugandeses das terras da Tanzânia e dar todo o apoio possível aos opositores do regime, fez o resto.

«Não é minha responsabilidade de derrubar Idi Amin. É dos ugandeses. O governo de Amin é um governo de bandidos e os ugandeses tem o direito de derrubá-lo», dizia Nyerere a 1º de março.

FINALMENTE A OPOSIÇÃO SE MEXE

De fato, precavendo-se de tomar partido de uma ou outra tendência simplesmente facilitou a tarefa da oposição ugandesa que se agrupa fundamentalmente em dois polos: os partidários do antigo presidente Milton Obote refugiado há nove anos em Dar es-Salaam e um polo mais a esquerda que se divide entre o Movimento de Libertação da Uganda e o movimento Salvar Uganda, que surgiu mais recentemente. Os militantes dessas duas alas da oposição ugandesa aproveitaram as contra-ofensivas vitoriosas levadas em fevereiro pelo exército da Tanzânia para penetrar profundamente em seu país.

No início desse mês é constituída no exílio a Frente de Libertação da Uganda, onde todas as tendências da oposição estão representadas e acertada com o governo da Tanzânia a investida militar que derrubaria Idi Amin na semana passada.

Mas é um país literalmente arrasado que a oposição vai tentar dirigir. Os ugandeses não tem nada a se vangloriar por terem retirado o poder a um demente. Pagaram com sua própria vida a irresponsável aventura do imperialismo inglês e dos interesses chauvinistas do Estado de Israel. São duros os anos que eles têm pela frente de reconstrução política, econômica e social, sendo que seus aliados mais seguros como a Tanzânia também enfrentam enormes dificuldades. Que eles não fiquem tentados a ouvir os sempre novos cantos de sereia do imperialismo.

NICARÁGUA

E Somoza é ainda

A viagem de Somoza aos EUA na semana passada e o recrudescimento da ação guerrilheira levaram os observadores a traçarem um paralelo entre a Nicarágua e o Irã.

Foi uma grande prova de força. Cerca de 400 guerrilheiros da Frente Sandinista enfrentaram 10 mil homens da Guarda Nacional da Nicarágua, enviados para Esteli, ao norte do país, cidade mais de uma vez massacrada. Na contra-ofensiva, os soldados fiéis ao ditador Somoza (aliás comandados por seu irmão) utilizaram todos os recursos possíveis: tanques metralhadoras, napalm e o bombardeio de uma escola onde 600 pessoas estavam refugiadas. Residências de Esteli foram arrombadas a tiros pela Guarda Nacional, em busca de guerrilheiros, que depois de resisitr durante uma semana, passaram a buscar refúgio nas montanhas, onde organizam nova ofensiva.

Em Kansas, nos Estados Unidos, para onde viajou no dia 8 Anástacio Somoza não escondia os sorrisos durante a entrevista à Imprensa: — Tudo está sob controle - afirmou. E a opinião pública de todo o mundo perdia as esperanças de ver a Nicarágua transformada em um novo Irã (aliás em Teerã, para onde viajou o poeta nicaraguense Ernesto Cardenal, em busca de apoio para a Frente Sandinista, o governo de Barzagan negou-se a dar ajuda efetiva aos guerrilheiros, mas ressaltou sua simpatia pela luta do povo nicaraguense).

De boas intenções, o inferno está cheio. De fato, o governo de Somoza continua resistindo, em parte pelas dificuldades da Frente Sandinista em aglutinar todas as forças contrárias ao regime e, por outro lado, devido ao apoio dos Estados Unidos que mal disfarçam essa embaraçosa atitude com os pretendidos cortes na ajuda militar. Ainda esta semana, o jornal francês «Le Monde» denunciou que armas norte-americanas foram parar nas mãos de Somoza, via Israel. Armas que foram utilizadas para o genocídio de populações inteiras, como Esteli. Evidentemente, a política de defesa dos direitos humanos, como já reiterou Carter, não pode afetar os compromissos assumidos pelos norte-americanos. E, entre esses compromissos está o de manter sob controle o povo da Nicarágua, para evitar o surgimento de uma nova Cuba no seu quintal.

Com esse objetivo, articulou-se no ano passado a Frente de Oposição, integrada por uma gama variada de adeptos, entre eles um grupo de empresários que aspira a uma transferência de poder, sem a presença da Frente Sandinista em um novo governo.

Esse projeto tem o apoio dos Estados Unidos que prefere uma Nicarágua bem comportada, com ou sem Somoza. A única presença incômoda neste projeto são os sandinistas e os Estados Unidos têm aproveitado até catástrofes naturais, como os terremotos, para irem caçar os guerrilheiros nas montanhas.

Quanto aos sandinistas, apesar da ausência de maior definição no plano político, são pelo menos, por enquanto, a única garantia de que toda a luta do povo da Nicarágua pela derrubada dos Somoza e sua tirania não terá sido em vão.

(V.A)

CHILE

"A dialética de uma derrota"

Durante o governo da Unidade Popular, os partidos de esquerda lutaram para conseguir a adesão das classes médias e do Partido Democrata Cristão. Eduardo Frei, o líder do Partido, não só recusou apoio ao governo popular, como aliou-se ao imperialismo na sabotagem e no golpe que derrubou o governo constitucional de Allende. Hoje, cinco anos depois da queda, a Unidade Popular e o Partido Comunista continuam procurando o apoio da DC para formar uma frente ampla de oposição à ditadura militar. Mas, os democratas-cristãos não querem nada com a UP. O papel desse Partido, das classes médias, do Exército e a estratégia das esquerdas no Chile são analisados por Carlos Altamirano, secretário-geral do P S chileno em «Dialética de uma Derrota».

Por Vilma Amaro

Um balanço dos mil dias de governo da Unidade Popular do Chile, partindo dos próprios figurantes da tragédia corre invariavelmente o risco da paixão, do apego às posições históricas mantidas durante o processo que culminou com a queda do governo Allende e a instalação da ditadura militar de Pinochet.

O Partido Comunista, por exemplo, continua insistindo em atribuir toda a culpa da desgraça à ultra-esquerda (constituída na época por cinco mil militantes do MIR), e à ausência de um acordo tipo «compromisso histórico» com a Democracia Cristã de Eduardo Frei. O Partido Socialista — felizmente — foi buscar na análise marxista as explicações para a derrota do governo da Unidade Popular, sem subestimar a ação coordenada da CIA e dos muitos milhões de dólares gastos em atos de terrorismo e sabotagem no país.

O grande mérito desta obra, de Carlos Altamirano, secretário-geral do Partido Socialista chileno, que aparece agora editada pela Brasiliense - «Dialética de uma Derrota» - é justamente mostrar a impossibilidade de um acordo com a Democracia Cristã, já que não dependia de uma disposição voluntarista das esquerdas, mas do próprio papel golpista assumido pelo partido de Frei. A atuação das classes médias também é analisada nesta obra, de leitura fundamental para todos os interessados em discutir o destino de uma Frente Popular no continente.

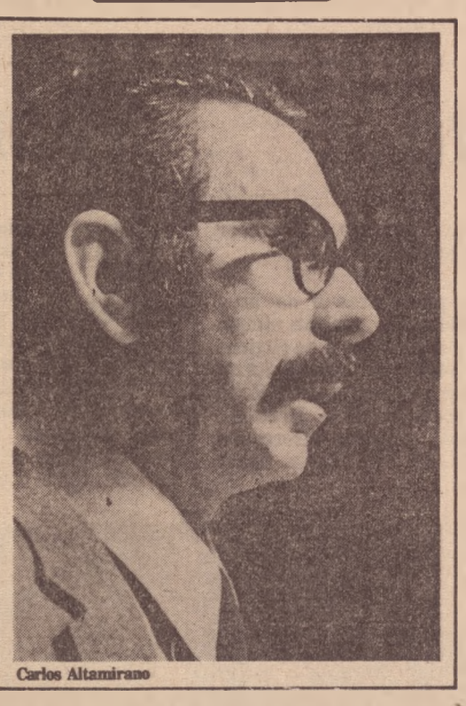
REVOLUÇÃO BURGUESA OU SOCIALISTA?

Altamirano começa por um tema polêmico: o caráter da revolução latino-americana, advertindo que ela não é fruto da vontade apriorística dos indivíduos, das forças revolucionárias, mas é produto de uma análise objetiva da sociedade. Para Altamirano, o Chile teve uma formação histórica capitalista dependente e atravessa uma fase avançada de monopolização. A burguesia chilena até hoje não se encontra em condições de realizar tarefas ainda inacabadas que correspondem a eventual etapa democrático-burguesa. Os setores mais importantes e dinâmicos da burguesia chilena estão ligadas ao imperialismo e por isto impedidos de encabeçar a luta anti-imperialista. Por esses fatores, o PS concebe o processo revolucionário, como «processo único que, em sua primeira fase apresenta tarefas anti-imperialistas e democráticas, mas que deságua inevitavelmente na construção da sociedade socialista.

A via escolhida no Chile — eleitoral e pacífica — pressupunha a divisão da burguesia e a adesão da classe média, o que não aconteceu.

Acreditavam os estrategistas da UP que, conquistado o Poder Executivo, estaria conquistada a maior parte do Poder, porque o aparelho militar repressivo estaria subordinado a este. Isto era verdade para os governos burgueses, mas bastou um governo popular assumir o Poder para se tornar virtualmente prisioneiro das Forças Armadas. E era justamente Pinochet quem, como verdadeira infiltração, chefiava a zona de emergência de Santiago (um terço da população do país) nos casos de enfrentamento mais decisivo. A burguesia transformou rapidamente a ordem institucional. O regime presidencialista passou a parlamentarista, com os deputados e senadores vetando tudo que vinha de Allende e os tribunais com um zelo jamais visto, anulando atos do Poder Executivo ou bloqueando seus efeitos. Altamirando resume esse processo com rara felicidade: «supunha-se que a legalidade fosse útil para conter a burguesia revoltada. Mas sem o apoio da classe dominante a ordem legal perde sua eficácia, acabando por se converter numa camisa de força da Revolução. A Constituição, o Código e as leis esvaziam-se quando a reação se reserva o direito de interpretá-los a seu modo, através dos centros de Poder. E, então, cria-se uma situação ridícula. Comprometido com a via escolhida, o governo não podia dar um passo fora da legalidade, enquanto a burguesia muito bem amparada lançava uma ofensiva geral, sem obstáculos». O Exército até então «neutro», põe suas garras de fora e revela sua essência classista. Quanto à «divisão da burguesia» trata-se apenas de uma querela familiar.

A Unidade Popular, a contrário da burguesia e do imperialismo, se mostrou incapaz de mudar seu caminho e consolidar o Poder (através da defesa armada da Revolução).



Carlos Altamirano

A CLASSE MÉDIA

As supostas inclinações modernizantes da classe média chilena esfumaram-se tão logo as transformações passaram a exigir o questionamento do sistema. Quanto às «potencialidades revolucionárias» da Democracia Cristã tudo não passou de fantasia, pois este Partido assumiu abertamente o papel de defensor da pequena burguesia, hostil ao processo, e dos setores monopolistas.

O papel que essas classes médias tiveram no processo foi um apoio fundamental ao golpe fascista. Para se ter uma idéia da importância quantitativa desse setor basta dizer que a classe média representava no Chile (em 1971) 52,3 por cento da composição social do país, índice comparável ao dos países desenvolvidos. Para Altamirano a Unidade Popular teve uma política para a classe média mais custosa que eficaz. O Governo incentivou sua adesão ao processo através de várias medidas, como o aumento da sua capacidade de consumo, diminuição de impostos, etc. Na verdade, a Unidade Popular cumulou de favores a classe média e, no entanto, este setor não aderiu ao processo. Por quê? A explicação — diz o secretário geral do PS — não deve ser buscada nos limites economicistas desse programa: «partiu-se do pressuposto teórico de que o apoio político dos setores médios estava em relação direta com a quantidade de benefícios econômicos e naturais a ele concedidos». A classe média teve grandes lucros com o governo da Unidade Popular e, no entanto, aderiu à contra-revolução. Carlos Altamirano tem uma explicação para o fato: as motivações ideológicas. A conduta pequeno-burguesa «não está determinada simplesmente pelo lucro. Prefere-se ganhar menos com segurança, de que ganhar mais com insegurança». E o ponto crucial de suas preocupações é o final do processo (o sistema capitalista será mantido?) «As tensões, a imagem do caos e anarquia, a incerteza, a sensação do perigo e a instabilidade econômica pesaram mais em seu ânimo do que qualquer tentativa para tranquilizá-la, através da propaganda ou das leis».

Além disso, como setor vacilante, suas posições se definem universalmente em função do peso da autoridade, que no Chile não se constituia evidentemente na Unidade Popular.

Altamirano faz nesta altura uma crítica ao PC chileno, sem citá-lo nominalmente. O PC responsabiliza o esquerdismo pela fascistização progressiva de alguns setores da pequena e média burguesias. «Tal afirmação — diz Altamirano — ignora por completo — a ideologia essencialmente reacionária das classes médias e de seu comportamento histórico.

ALIANÇA COM OS GOLPISTAS?

Para os socialistas é um absurdo atribuir o fracasso da Unidade Popular aos excessos de alguns setores da extrema-esquerda, importância que esse setor não tinha nem nunca teve na história chilena.

Durante todo o governo da Unidade Popular, o Partido Comunista insistiu numa aliança com a Democracia Cristã, setor representativo da classe média. O presidente Salvador Allende (socialista) gastou horas intermináveis em famosos diálogos com este Partido, que desde o início não demonstrou a mínima seriedade nesses debates, exigindo em troca de um suposto apoio, praticamente o fim do programa da Unidade Popular. Os apelos à união foram freqüentes por parte da UP, mas ninguém no país acreditava que pudessem ter êxito , porque o partido de Eduardo Frei recebia nesse instante milhões de dólares da CIA para promover o caos no país. Foi dessas negociações entre a democracia cristã e o imperialismo que surgiu o apoio financeiro da CIA à greve dos «camioneros», o estopim do golpe de 1973.

Os comunistas — diz Altamirano — ficaram procurando o apoio das classes médias e da Democracia Cristã, até o desenlace do processo. Esse apoio nunca se efetivou porque não havia «os tais setores democratas-cristãos progressistas e anti-imperialistas», que o PC procura até hoje de lanterna na mão. Podia haver nas bases. No entanto, estas foram manipuladas pela direção golpista da DC. Aqui, outro erro da Unidade Popular: para não provocar a ira da direção, o diálogo se dava nas altas cúpulas da DC, suficientemente cristalizadas em suas posições para avançar sequer um milímetro.

Quanto à Democracia Cristã — é bom lembrar — o que havia de melhor cidiu-se da direção oficial e constituiu a Esquerda Cristã, um grupo de deputados e intelectuais com muita honestidade e — infelizmente — poucas bases.

Para a derrota da UP contribuiram ainda: a miopia dos revolucionários sobre o papel do Exército e a inexperiência em como manejar suas possíveis contradições ou mesmo dividi-lo numa política mais agressiva (em termos de ganhar adeptos em suas fileiras), a subestimação das forças do imperialismo que agiram abertamente no país, com atentados terroristas e sabotagem (aonde a legalidade burguesa?) e ausência de uma previsão de via armada. A Unidade Popular não soube alterar sua estratégia , quando se divisava a falência do Estado liberal, enquanto o imperialismo fez previsões corretas e antecipou o fim do sistema, usando todas as formas possíveis, inclusive o genocídio.

FUNCIONALISMO

Um por todos! Todos por um! Unidade pode gerar novo sindicato

Por Cândida Vieira

A greve dos funcionários públicos municipais e estaduais de São Paulo se alastrou rapidamente depois do anúncio do governo de que os aumentos salariais seriam entre 55% e 30%, descontados os 20% recebidos no final do ano passado. De nada valeram as manobras do governador Paulo Maluf de divulgar o aumento, no meio da Semana Santa, numa tentativa de desmobilizar o funcionalismo. Já havia uma preparação muito consciente para enfrentar essa jogada e em diversas assembléias, das mais variadas categorias dos empregados do Estado, aprovaram-se o início da greve para o dia previsto, ou seja, 17.

A principal forma organizativa dos funcionários — Coordenação Permanente da campanha salarial — passou a ser amplamente reconhecida pelo funcionalismo. E é uma experiência extremamente interessante depois de 64, e inclusive, mesmo anterior a 64. Na verdade, as primeiras idéias e discussões surgiram há mais de ano, como resultado da greve dos servidores do Hospital das Clínicas, e do Hospital dos Servidores, de lutas dos docentes e funcionários da Universidade de São Paulo, que agindo separados não tiveram condições de alcançar as principais reivindicações.

GARANTIR DEMOCRACIA

A importância da Coordenação Permanente da campanha salarial, que na primeira reunião mais ampla contou com 12 associações do funcionalismo, e durante a greve, foi engrossada por 32 associações é contada pelo presidente da Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, Domingos Braga, «a criação de uma coordenação começou pela última greve do HC, depois do governo ter concedido os 20%, no fim do ano passado. Não se ficou satisfeito com esse aumento, mas como era fim de governo e fim de orçamento era impossível continuar a greve. Encerrou-se a greve com a recomendação de não se desmobilizar, mas pensar em termos de 79, quando se teria um reajuste geral do funcionalismo, criando a possibilidade de se entrar em contato com outros setores».

A partir disso, diz ele, os contatos se estenderam para a USP e o Hospital dos Servidores. «As conclusões desses encontros e discussões foram de que para fazer parte da coordenação seriam eleitos três representantes por cada associação de funcionários. Esses representantes deveriam ser eleitos em assembléias de cada categoria. A coordenação foi, assim, uma necessidade de unidade na falta de uma entidade que as aglutinasse».

SEM RASTEIRAS

Para Magno de Carvalho, do movimento de oposição à atual diretoria da Associação dos Servidores da USP (Asusp), essa forma democrática de eleger os representantes da coordenação é «para se precaver de uma rasteira, ou seja, para não se entregar o movimento do funcionalismo à lideranças pelegas».

Ainda sobre o caráter democrático da Coordenação Permanente, Ricardo Maranhão, da Adunicamp, diz: «para garantir o caráter democrático e evitar que as diretorias pelegas burlassem o movimento firmou-se o princípio que cada setor ou entidade só integraria a Coordenação depois de fazer assembléia com ampla convocação para eleger os seus três representantes. Há quase dois meses a coordenação passou a se reunir com regularidade, começando com 15 associaçoes e agora está com 32. O importante é que as várias associações setoriais reconheceram a validade e a legitimidade de uma campanha unificada, o que fortaleceu o movimento e a coordenação. Só por isso é que o governador concordou em nos receber e ter a Coordenação como interlocutora nas negociações».

UM GRANDE POTENCIAL

A unidade do funcionalismo segundo Magno de Carvalho, se obteve pelas características de todos terem o mesmo patrão — o Estado, os aumentos concedidos serem os mesmos e na mesma data, seja, cerca de 400 mil pessoas sofreram a mesma defasagem salarial e principalmente, se as lutas fossem levadas isoladas não se teria muita força, uma vez que não se sabe ao certo quantas associações de funcionários existem.

A greve do funcionalismo se alastra rapidamente. Ela é coordenada pela comissão permanente da campanha salarial, de forma democrática e ganha cada vez mais representatividade. Alguns funcionários consideram que essa coordenação poderá ser o embrião de um futuro sindicato dos servidores de São Paulo.

A unidade também é ressaltada pela médica sanitarista, Marlene Fonseca: «o mais importante é uma mudança qualitativa no funcionalismo que sofre uma repressão muito grande. Agora, com essa greve aparece todo o potencial de luta, pois o funcionalismo sofreu um arrocho salarial muito grande, um empobrecimento muito grande e ao mesmo tempo ele continua sendo requisitado para prestar serviços à população. A população aumentou e o serviço também, mas o número de servidores não cresceu na mesma proporção. Agora, ele é um trabalhador que tem um dos maiores potenciais para lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. Se até aqui a organização era lenta, o funcionalismo está se conscientizando. E os setores mais mobilizados estão puxando os mais atrasados durante esta greve».

EMBRIÃO DE SINDICATO?

O futuro da Coordenação também será discutido mais adiante. Para Magno de Carvalho, essa Coordenação Permanente da campanha salarial poderá ser um embrião de um futuro sindicato único de todo o funcionalismo, o que representa lutar pelo direito de sindicalização, isto é, enfrentar a legislação existente que proibe a organização dos servidores em sindicatos.

Com ênfase diferente, o presidente da Associação dos Servidores do HC, Domingos Braga diz: «a Coordenação não deve desaparecer no fim da campanha salarial independente dos resultados conseguidos. Ela deve se constituir em um organismo permanente que fortaleça as entidades participantes. Já para Marlene Fonseca essa coordenação pode apontar para que as associações se tornem efetivamente representativas.

Ricardo Maranhão, da Adunicamp, ao fazer um rápido balanço do alcançado até agora e sobre o futuro da Coordenação enfatiza: «Em primeiro lugar, objetivamente, houve condiçoes de tirar uma greve quase geral do setor do funcionalismo, coisa nova no Brasil nos últimos 15 anos e, particularmente, em São Paulo, uma campanha unificada com todos os setores é que não ocorreu mesmo antes de 64».

Quanto ao futuro ele destaca: a existência de uma capanha unificada aponta para a necessidade de uma organização unificada dos servidores, necessidade que é comum com o movimento operário por entidades intersindicais e por uma Central Única dos Trabalhadores.

ROMPER AS AMARRAS

No entanto, afirma Maranhão, ainda há muitas dificuldades a vencer no caminho de uma organização unitária do funcionalismo e para serem superados exigem profundos trabalhos de base de caráter democrático, sobre o que significa unidade, quais as formas de elas se expressarem, quais os encaminhamentos e problemas específicos que cada setor deve superar para aderir a unidade efetiva. «Por isso mesmo não será com meras reuniões de cúpula que se obterá essa unidade, nem muito menos com a precipitação de uma assembléia geral do funcionalismo, sem que os vários setores ou pelo menos os que mostraram sua combatividade no atual movimento, possam formular pela base discussões amplas e democráticas, seus programas e propostas de uma organização unitária».

Funcionários contestam Governo

Os funcionários públicos de São Paulo, em resposta à afirmação de que o Estado não dispõe de recursos para atender suas reivindicações, fizeram uma análise do Orçamento Estadual e concluem que 70% mais Cr$ 2.000,00 fixos é possível. Eis o documento:

«A Mensagem à Assembléia Legislativa enviada em 31 de março de 1979, pelo governador Paulo Salim Maluf, na página (181) apresenta a execução orçamentária de 1978. Entre as despesas são mostradas as despesas com pessoal e reflexos que atingiu o total de Cr$ 40.500 milhões. Este é o total gasto pelo Estado de São Paulo com o funcionalismo em 1978.

Se for concedido um aumento de 70%, esse total deverá aumentar aproximadamente 70%, ou seja, passará a Cr$ 68.850 milhões.

O custo do aumento fixo de Cr$ 2.000,00 mensais pode ser calculado em função do número de servidores públicos. Estima-se em 400 mil esse total e, portanto, o custo mensal em Cr$ 800 milhões e o custo anual será de Cr$ 9.600 milhões.

Somando estas duas parcelas obtem-se o que o Estado gastaria se concedesse o aumento solicitado pelo funcionalismo: Cr$ 78.450 milhões.

Terá o Estado recursos para tal?

A Lei nº 1877, de 8 de dezembro de 1978, que orça a Receita e fixa Despesa do Orçamento para o exercício de 1979 especifica a despesa com pessoal e reflexos em Cr$ 61.928 milhões. Este valor é 52,9% maior que o gasto efetivo com pessoal em 1978.

Como calculado acima este valor não é suficiente para conceder os 70% mais Cr$ 2.000,00. Ficam faltando Cr$ 16.522 milhões.

No próximo orçamento aprovado é consignada uma verba de Cr$ 4.211 milhões como reserva de contingência que pode ser usada para pagar o funcionalismo. Com isto a diferença entre o previsto e o reivindicado pelo funcionalismo se reduz para Cr$ 12.311 milhões.

De outra parte a mensagem do governador de 1979 na página (181) indica que a receita corrente realizada em 1978 foi de Cr$ 94.900 milhões, enquanto o orçamento de 1979 estima esta receita em Cr$ 136.493 milhões, ou seja, 43,8% maior. Esse crescimento é fragrantemente subestimado. De fato, supondo o crescimento real da arrecadação em 8%, dado este decorrente do aumento do Produto Interno de São Paulo, chega-se que a inflação estimada no Orçamento para 1979 é de apenas 33,2%. Fazendo o mesmo cálculo para um crescimento real de 6% a inflação esperada seria de 35,7%. Ora em apenas três meses a inflação foi de quase 13%, o que mostra que a inflação em 1979 deverá ser da ordem de 50%. Nesses termos o crescimento da arrecadação deverá ser bem maior que o previsto no orçamento. Fazendo a hipótese de inflação de 50% e crescimento real de 6% a arrecadação deverá crescer 59%. Ou se o crescimento for 8% o aumento seria de 62%. Lembrando, ademais, que as receitas correntes em 1978 aumentaram 53,4% em relação a 1977 e sendo que este aumento deverá ser maior em 1979, pois a inflação esperada é maior, é totalmente justificado supor um crescimento da arrecadação em 60%.

Assim, o total de receitas correntes em 1979 passaria a Cr$ 151.840 milhões, total este Cr$ 15.347 milhões superior ao previsto no orçamento. Este excedente de arrecadação derivada da subestimativa das receitas é mais do que suficiente para cobrir a diferença entre a verba pessoal orçada e a necessária para pagar 70% mais Cr$ 2.000,00, que como o calculado acima é de Cr$ 12.311 milhões.

Em resumo pode-se concluir que usando valores realistas para a inflação de 1979 é não apenas possível pagar os 70% mais Cr$ 2.000,00 como ainda sobra Cr$ 3.036 milhões».

"Falta democracia"

A greve do funcionalismo público coloca a questão política da falta de democracia. Essa afirmação é da médica sanitarista, Marlene Fonseca. Para ela, no momento, em que se proibe os servidores de fazer greve e eles a fazem, na verdade, estão lutando por uma abertura efetiva e a redemocratização no País. Além desse aspecto, outro ponto importante ressaltado por Marlene Fonseca é de que nessa greve, bem como outras, se luta contra a concentração de renda. «Quando se luta por melhores salários temos uma luta por uma distribuição de renda, um aumento mais real para aqueles que ganham menos».

Defendendo uma Constituinte Nacional, eleita democraticamente, Marlene Fonseca afirma ser esta bandeira importante para os trabalhadores. Mas esta Constituinte deveria vir precedida de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Não acho correta a anistia parcial porque todos são crimes políticos, não importa os caminhos seguidos, a causa era política, era em defesa do povo brasileiro».

A atual reorganização partidária, para a médica sanitarista, é uma maneira de dividir a oposição e assim, não se deve encampar essa bandeira neste momento. Os argumentos apresentados são no sentido de que não existem liberdades democráticas e os novos partidos dentro do atual regime serão forjados e irão frear a real organização dos diversos setores. «A discussão pode ser feita, mas o empenho em definir a questão não interessa aos trabalhadores, porque eles não tem nenhuma garantia. Não se tem nem o direito de greve, como então se pode ter oportunidade de criar um partido que seja representativo?

"Liberdade para todos os partidos"

O funcionário da Universidade de São Paulo, Magno de Carvalho, um dos três representantes da Adusp junto à Coordenação Permanente. defende a liberdade para todos os partidos políticos, só que no momento ele acredita ser o Governo o principal interessado no fracionamento das oposições hoje aglutinadas dentro do MDB. «Isso interessa ao governo porque é uma abertura falsa, não é uma abertura total. Dentro de um regime ditatorial se propõe simplesmente uma pequena abertura desse leque partidário, mantendo esses partidos sob controle».

Quanto aos Partidos dos Trabalhadores, diz Magno de Carvalho, existem vários interesses entre os líderes sindicais, de natureza as mais diversas. «Essa bandeira vem sendo levantada desde os pelegos até os líderes sindicais bem intencionados. Esse partido não representaria os interesses dos trabalhadores, porque no regime atual os partidos que poderiam representar esses anseios estão na clandestinidade».

Para partidos que representassem realmente os interesses dos trabalhadores, segundo o funcionário da USP, seria necessário uma anistia ampla, geral e irrestrita. «Essa anistia que o governo quer dar é o primeiro passo, não é presente nenhum, é o movimento popular que ainda não teve forças para exigir a irrestrita. A anistia interessa aos trabalhadores porque ela beneficiaria inclusive, líderes sindicais que poderiam retornar ao País». E a Constituinte precisa ser livre, democrática e soberana para atender os interesses dos trabalhadores.

A luta por um sindicato

A luta do funcionalismo público por uma organização sindical, segundo Ricardo Maranhão, da Adunicamp, enfrenta uma série de problemas a começar pelos impedimentos da atual legislação. Assim, essa «batalha» faz parte da luta pelas liberdades democráticas, pois de uma maneira geral a relação do funcionalismo com o Estado não difere tanto assim da dos operários das empresas privadas.

Na verdade, diz Maranhão as contradições entre os interesses da administração pública e os detentores do poder também tem relação direta com as contradições entre o capital e o trabalho, na medida em que a ordem capitalista necessária à produção do capital é assegurada pelo Estado, que explora os funcionários da mesma maneira que as empresas exploram os trabalhadores.

«E até por esse motivo mais profundo que considero que a luta dos servidores públicos por seus direitos e por liberdade de organização fazem parte de uma luta necessária pela Constituinte democrática e soberana e por uma anistia ampla»

"Anistia parcial abre o caminho"

A anistia ideal é a ampla, geral e irrestrita. Mas no momento essa primeira anisia parcial pode ser que abra o caminho para uma ampla e irrestrita. Essa é a opinião do presidente da Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, Domingos Braga, que defenda também a necessidade para o País de uma Assembléia Constituinte, na qual esteja representada todas as correntes de opinião.

Tanto a anistia como a Constituinte, segundo Domingos Braga, interessam para os trabalhadores no sentido de se conseguir liberdades democráticas. «Essas lutas dos trabalhadores vão forçar cada vez mais a luta pelas liberdades democráticas»

Quanto à reorganização partidária, o presidente da associação afirma que independente do pensamento do governo e das lideranças deve haver o pluripartidarismo, mas ele não tem uma posição firmada se neste momento conjuntural é oportuno. «Realmente não estou convencido que este seja o momento da reorganização partidária».

Balancete da greve

Com um ato público em frente a Assembléia Legislativa para pressionar os parlamentares no sentido de não voltarem a mensagem enviada pelo governo do Estado, sobre o aumento dos funcionários públicos, os servidores (cerca de 5.000) continuam a reivindicar um aumento de 70% mais Cr$ 2.000,00 fixos. Como forma de mostrar a sua força e organização, o funcionalismo iniciou uma greve, que se alastra dia a dia, ganhando grandes proporções.

Ao funcionalismo municipal e professores estaduais já em greve desde a semana anterior, juntaram-se a quase totalidade dos professores e funcionários da Unicamp, Usp, e alguns campus de Unesp. Mesmo na área dos professores primárioios e secundários a greve começou a atingir maiores dimensões. No dia 17, o Comando Geral de Greve informava que 90% das escolas da Grande São Paulo estavam paralisadas. Mesmo os dados da Secretaria de Educação naquele dia mostravam as dimensões da greve, quando admitiu que 850 escolas de um total de 1.396 aderiram ao movimento na Grande São Paulo e 210 de 2.564 existentes no interior, reconhecendo um avanço de 77% em relação ao dia anterior. No município dados oficiais indicavam que 15% das escolas estavam totalmente paralisadas e 20% parcialmente, contra um total de 11,5%, na quarta-feira.

Na área de saúde, além da greve dos funcionários do Hospital dos Servidores Públicos do Estado, iniciada dia 9, somaram-se os servidores do Hospital das Clínicas e os médicos dos dois hospitais, o mesmo acontecendo com os do Hospital Emílio Ribas. Na esfera municipal, a greve se mantinha nos hospitais do Tatuapé, Vergueiro, São Miguel Paulista e Vila Nova Cachoerinha. A decisão na paralisação dos hospitais é a de se manter o atendimento de emergência e o das pessoas internadas.

Além dos professores e da área médica, a mobilização também atingiu diversas secretarias como a de Higiene e Saúde, Secretaria da Cultura, Secretaria de Educação, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (alguns órgãos) e alguns setores da Coordenadoria do Bem Estar Social (Jesus Varela).

A maioria dos 300 postos de saúde da Grande São Paulo também pararam suas atividades. Os médicos e os funcionários desse setor receberam a solidariedade das pessoas que foram aos locais para serem atendidas. Estas se propuseram a trabalhar num Fundo de Greve, vários chegando a oferecer alimentos aos grevistas.

EM TEMPO

Vitória dos professores gaúchos

Por Airton Ortiz

Resistindo a todas as pressões por parte do Governo, os professores gaúchos se mantiveram unidos numa greve que durou 13 dias e lhes rendeu um aumento salarial entre 70 e 123%, além de outras vitórias importantes para a categoria. A Secretaria de Educação, depois de se negar a dialogar com o Comando Geral de Greve e ameaçar punir os grevistas, voltou atrás e aceitou mediadores na questão, demonstrando a fragilidade do Governo diante da greve.

Numa concorrida assembléia geral, 12 mil professores rejeitaram a proposta do Governo e decidiram continuar em greve autorizando o Comando Geral de Greve a negociar com o Governo, embora a decisão final ficasse a cargo da assembléia. O secretário de Educação, Leônidas Ribas negou-se a receber a delegação representativa dos professores e ameaçou abrir inquérito administrativo contra os grevistas. O fato apenas acirrou os ânimos, levando os indecisos a se solidarizarem com os colegas ameaçados, aumentando o número de professores parados, que já era grande em todo o Estado.

Criado o impasse, restava à parte mais fraca ceder, o que aconteceu com o governador Amaral de Souza aceitando o cardeal metropolitano dom Vicente Scherer como mediador. Ao final de uma reunião de duas horas no Palácio Piratini, o cardeal declarava que sua missão havia sido vitoriosa, pois o «Governo decidiu manter contatos informais» com os grevistas. Isto depois de uma comissão mista de deputados haver falhado na mediação.

Voltando atrás na sua decisão de não negociar, a nova posição foi encarada como mais um sucesso pelos professores.

Numa reunião entre o Comando Geral de Greve e o secretário de Educação ficou estipulada a nova proposta: piso salarial de Cr$ 4.000,00, nomeação de 2 mil professores por mês (dos 20 mil que estão lecionando a título precário e um aumento de 30% acima do índice, sendo 15% pago à partir de junho e os outros 15 à partir de dezembro, além de um compromisso por parte do Estado em abonar as faltas e não prejudicar os professores que entraram em greve. Feito o acordo, restava a assembléia geral ratificá-la.

Marcada para terça-feira, aproximadamente 5 mil professores compareceram ao ginásio de esportes do Internacional para aprovarem o dissídio.

Para os professores, a greve foi vitoriosa uma vez que «esta é a primeira vez que o magistério gaúcho negocia diretamente com o Estado e já obtemos um aumento significativo nos vencimentos». Para o presidente do Centro dos Professores Hermes Zaneti, a greve trouxe grandes vantagens para o professorado porque«asssgura, desde já a criação do vencimento básico, «principal reivindicação da categoria e «resguarda a estrutura do Plano de Carreira além dos índices de aumento terem sido satisfatórios».

Mesmo que todas as solicitações não fossem atendidas, alguns professores entendem que «valeu a pena o movimento pelo sentimento classista que despertou entre nós». Diante da vitória conquistada os professores do Rio Grande do Sul encerram a greve.